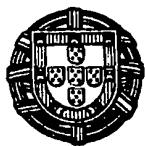


Quarta-feira, 21 de Março de 1979



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE MARÇO DE 1979

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rodrigues Vitoriano

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Alfredo Pinto da Silva  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

No início do debate na generalidade das propostas de lei n.os 222/I e 227/I — Orçamento Geral do Estado e grandes opções do Plano para 1979, depois da apresentação, pelo Sr. Deputado António Guterres (PS), do relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano e da referência, pelo Sr. Deputado Sousa Gomes (PS), a alguns aspectos, de carácter introdutório e conclusivo, do parecer da subcomissão designada para apreciar as propostas de lei, a que se seguiu a leitura das declarações de voto proferidas no seio da Comissão, a cargo dos Deputados Veiga de Oliveira (PCP), Macedo Pereira (CDS), José Vitorino (PSD) e Sousa Gomes (PS), registaram-se intervenções, a diverso título, dos Srs. Deputados Menezes Pimentel (PSD), António Guterres (PS), Carlos Brito (PCP), João Gomes (PS), Macedo Pereira (CDS), Sousa Marques (PCP), Carlos Carvalhas (PCP), Sénvilo Correia (PSD), Sousa Gomes (PS), Ferreira Lima (PS), Ângelo Correia (PSD), Veiga de Oliveira (PCP), Vital Moreira (PCP), Carvalheira Antunes (PCP), Carvalho Cardoso (CDS), Dieter Dellingen (PS), Manuel Gusmão (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Zita Seabra (PCP), Armando Bacelar (PS), Rui Pena (CDS), Basílio Horta (CDS), Manuel Moita (PCP) e Carmelinda Pereira (Indep.).

Pela parte do Governo, interviveram o Sr. Secretário de Estado do Tesouro (António de Almeida), o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Pereira Magro) e ainda, em esclarecimentos complementares, o Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações (Marques da Costa) e o Sr. Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos (Jacinto Nunes).

O Sr. Presidente, após anunciar a apresentação, por um Deputado de cada grupo parlamentar, do projecto de lei n.º 225/I — Comissão de apreciação dos actos do Ministério da Agricultura e Pescas, encerrou a sessão às 20 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)  
 Adelino Teixeira de Carvalho.

Agostinho Martins do Vale.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Amadeu da Silva Cruz.  
 António Barros dos Santos.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 Armando F. C. Pereira Bacelar.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Justino Luís Cordeiro.  
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Dieter Dellingen.  
 Edmundo Pedro.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Fernando Reis Luís.  
 Florêncio Quintas Matias.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco de Assis de M. Lino Neto.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Henrique do Carmo Carminé.  
 João Joaquim Gomes.  
 Joaquim José Catanho de Menezes.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Macedo Fragateiro.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Luís Alfredo Cardoso Monteiro.  
 Luís José Godinho Cid.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.

Pedro Amadeu de A. dos Santos Coelho.  
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
Sérgio Augusto Nunes Simões.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Amantino Marques Pereira de Lemos.  
António Augusto Gonçalves.  
António Egídio Fernandes Loja.  
António José dos Santos M. da Silva.  
Arcanjo Nunes Luís.  
Armando António Correia.  
Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
João António Martelo de Oliveira.  
João Lucílio Cacela Leitão.  
José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
José Júlio Carvalho Ribeiro.  
José Manuel M. Sampaio Pimentel.  
José Theodoro de Jesus da Silva.  
Júlio Maria Alves da Silva.  
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
Manuel Cunha Rodrigues.  
Manuel Henriques Pires Fontoura.  
Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
Manuel Valentim Pereira Vilar.  
Maria Élia Brito Câmara.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
Olívio da Silva França.  
Victor Hugo Mendes dos Santos.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
Carlos Martins Robalo.  
João Carlos F. Malhó da Fonseca.  
João José M. F. Pulido de Almeida.  
Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.  
José Manuel Maceio Pereira.  
José Vicente de J. Carvalho Cardoso.  
Luís Esteves Ramires.  
Manuel A. de A. de Azevedo Vasconcelos.  
Maria José Paulo Sampaio.  
Nuno Kruz Abecasis.  
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
Rui Mendes Tavares.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
António Joaquim Navalha Garcia.  
António Marques Juzarte.  
António Marques Pedrosa.  
Cândido de Matos Gago.  
Carlos Alfredo de Brito.  
Carlos H. S. Aboim Inglês.  
Custódio Jacinto Gingão.  
Eduardo Sá Matos.  
Fernanda Peleja Patrício.  
Francisco Miguel Duarte.  
Fernando de Almeida Sousa Marques.  
Georgete de Oliveira Ferreira.  
Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.  
Jerónimo Carvalho de Sousa.  
Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
José Carvalheira Antunes.  
José Manuel da Costa Carreira Marques.  
José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
José Rodrigues Vitoriano.  
Manuel Duarte Gomes.

Manuel do Rosário Moita.  
Maria Alda Barbosa Nogueira.  
Nicolau de Ascenção M. Dias Ferreira.  
Raul Luís Rodrigues.  
Severiano Pedro Falcão.  
Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Independentes**

José Justiniano Tabuada Brás Pinto.  
Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.  
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

**O Sr. Presidente:** — Estão presentes 112 Srs. Deputados.  
Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 30 minutos.*

*No decurso da sessão estiveram presentes, além do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Vice-Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro-Adjunto, vários outros Ministros e Secretários de Estado.*

**O Sr. Presidente:** — Vamos iniciar o debate na generalidade das propostas de lei n.ºs 227/I e 222/I, referentes ao Plano e ao Orçamento Geral do Estado para 1979.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, para a apresentação do relatório da referida Comissão sobre as propostas de lei em discussão.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: — É do seguinte teor o relatório da Comissão:

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, na sua reunião de 21 de Fevereiro de 1979, designou uma Subcomissão para apreciar as propostas de lei n.ºs 227/I e 222/I, referentes ao Plano e ao Orçamento Geral do Estado para 1979 e preparar o respectivo relatório.

A subcomissão foi constituída pelos Srs. Deputados: António Francisco Barroso de Sousa Gomes, coordenador, Manuel Branco Ferreira Lima e Dieter Dellinger, do PS; António Júlio Simões de Aguiar, José Bento Gonçalves e José Ângelo Ferreira Correia, do PSD; José Manuel Maceio Pereira, José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso e Álvaro Manuel Brandão Estêvão, do CDS; Álvaro Augusto Veiga de Oliveira, Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas e José Cavalheira Antunes, do PCP.

O relatório da subcomissão foi aprovado em reunião plenária da 6.ª Comissão, em 19 de Março de 1979, com as abstenções dos Srs. Deputados representantes dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS.

Palácio de S. Bento, 19 de Março de 1979. — O Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, António Manuel de Oliveira Guterres — O Relator, António Francisco B. Sousa Gomes.

Permitia-me sugerir ao Sr. Presidente, se fosse possível, que desse a palavra ao coordenador e relator da subcomissão respectiva, Sr. Deputado Sousa Gomes, para que este pudesse apresentar ao Plenário as conclusões da subcomissão sobre as propostas de lei em apreço.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Gomes, a fim de proceder à leitura da parte conclusiva do parecer.

**O Sr. Sousa Gomes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu proporia à Câmara que, dada a extensão do parecer da Comissão, que tem mais de trinta páginas escritas, dis-

pensasse a leitura do parecer na totalidade e me permitisse a referência apenas a alguns aspectos, de carácter introdutório e conclusivo, de forma a poder dar à Câmara uma ideia das conclusões do parecer.

O Sr. Presidente: — A Câmara não tem nada a opor?

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — O parecer da subcomissão divide-se em duas partes: uma primeira relativa ao Plano para 1979 e uma segunda relativa ao Orçamento, também, como é evidente, para 1979.

Na parte relativa ao Plano, afirma-se que, tendo em conta o facto de a proposta de lei do Plano para 1979, contendo as grandes opções, acompanhada de parecer do Conselho Nacional do Plano, só ter sido remetida à subcomissão para parecer em 14 de corrente e face ao limitado tempo de que se dispôs, decidiu a subcomissão proceder apenas a uma análise sumária da proposta, sem se pronunciar sobre a matéria de fundo que remete para decisão final, por parte dos grupos parlamentares, no Plenário.

Em relação à proposta de lei relativa ao Orçamento para 1979 foi possível proceder a uma análise um pouco mais detalhada, tendo para o efeito sido pedido ao Governo, através da Comissão, o necessário envio de elementos que permitissem tornar mais completa a proposta inicial. Após essas diligências junto do Governo puderam os membros da subcomissão dispor em 29 de Fevereiro, do relatório da proposta de lei do Orçamento, e, para esclarecimento de alguns pontos e análise de dúvidas, esta subcomissão reuniu, em 5 de Março, com o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Prof. Jacinto Nunes, com os Srs. Secretários de Estado do Orçamento e do Planeamento e Subsecretários de Estado do Orçamento, que se encontravam acompanhados dos Directores-gerais dos seus departamentos. No dia 9 de Março houve nova reunião, dedicada às questões ligadas com a aplicação da Lei das Finanças Locais, com a presença do Sr. Ministro da Administração Interna, do Secretário de Estado da Administração Regional e Local, do Secretário de Estado do Orçamento e do Subsecretário de Estado do Orçamento.

Nessas reuniões os membros dos grupos parlamentares representados tiveram ocasião de ouvir, por parte dos representantes do Governo, uma síntese dos aspectos do Orçamento considerados mais relevantes e puderam colocar as questões que entenderam para esclarecimento de diversos pontos da proposta.

Dos elementos então obtidos se dá conta neste relatório, a par de uma apreciação na generalidade.

Dessa apreciação na generalidade foi possível à subcomissão propor as seguintes conclusões:

1) A proposta do orçamento para 1979 está formalmente de acordo com os preceitos legais; mas necessita, na especialidade, de integrar, nos quadros anexos ao artigo 1.º, as receitas e despesas afectas aos serviços e fundos autónomos, como disposto na Lei de Enquadramento do Orçamento.

2) A proposta comporta um significativo agravamento da carga fiscal, sem que do lado das receitas se encontre evidenciado um esforço real de recuperação nas cobranças fiscais (existem cerca de 8 milhões de contos de cobranças em atraso, segundo informações prestadas pelo Governo) e de melhor adequação da tributação corrente.

3) A contracção das despesas correntes, por outro lado, não parece ter sido levada tão longe quanto necessário e indispensável à redução dos *deficits* das contas públicas.

Não parece de recomendar, no entanto, que even-

tuais medidas de contenção da despesa atinjam igualmente todos os sectores sem ter em conta as respectivas carências.

4) Dado o significativo volume de despesas realizadas através dos serviços e fundos autónomos, deverá o Governo remeter à Assembleia da República, em complemento dos elementos já incluídos no relatório da proposta orçamental, um documento de análise mais por-menorizada desses orçamentos privativos.

5) No que se refere às finanças locais, considera-se inadequada a proposta do Governo, que não atende ao disposto na Lei n.º 1/79, pelo que se recomenda a necessária alteração do artigo 8.º

6) É de recomendar a revisão dos termos em que, na proposta do Governo, são apresentados os orçamentos das regiões autónomas, de modo a permitir a sua apreciação mais criteriosa no âmbito da Assembleia da República.

7) Não foi observado o disposto na Lei n.º 64/77 (Lei de Enquadramento do Orçamento), no que se refere ao fornecimento de elementos globais sobre os orçamentos das empresas públicas, pelo que se deverá estabelecer no articulado da lei um prazo para o seu envio à Assembleia da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a Mesa estiver de acordo, peço que este parecer seja publicado na 2.ª série do *Diário da Assembleia da República*.

O Sr. Presidente: — Assim se fará, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, dê-me licença?

O Sr. Presidente: — Para que efeito deseja usar da palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar fez na subcomissão uma declaração de voto. Sei que todo o relatório vai ser publicado, mas deseja-valer, se V. Ex.ª o permitir, a nossa declaração de voto, que é muito curta.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — A nossa declaração de voto é a seguinte:

“Os Deputados comunistas da Comissão de Economia, Finanças e Plano concordam em geral com o relatório apresentado sobre as propostas de lei do Plano e do Orçamento, tendo entretanto objecções e discordâncias, que serão explicitadas oportunamente durante os debates em Plenário.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: Faça favor.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Nós não compreendemos a necessidade de leitura das declarações de voto, pois elas estão agregadas ao relatório da Comissão, mas, se o Grupo Parlamentar do Partido Comunista entendeu ler a sua, nós entendemos ler também a nossa, que é do seguinte teor:

O CDS absteve-se na votação dos relatórios da subcomissão sobre o Plano e OGÉ para 1979, porque, embora as análises feitas sejam, em nossa opinião, quase sempre correctas, o avançar de certos juízos críticos parece-nos prematuro, face à carência de elementos suficientes e ao curto tempo disponível para alcançar conclusões definitivas sobre ambas as leis.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, deseja também proceder à leitura da declaração de voto do PSD?

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sim, Sr. Presidente

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. José Vitorino (PSD): — É o seguinte o texto da nossa declaração de voto:

Os Deputados da Comissão de Economia, Finanças e Plano do PSD abstiveram-se relativamente ao relatório sobre o OGE para 1979, dadas as reservas que lhe merecem quer as conclusões n.ºs 2 e 6 do mesmo, quer algumas considerações relativas a aspectos sectoriais.

Relativamente ao relatório sobre as grandes opções do Plano igualmente se abstiveram por considerarem o seu conteúdo como uma valorização relativa de algumas opções e objectivos, quando o relatório se deveria traduzir apenas na análise técnica, reservando uma análise política para o Plenário.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É para proceder à leitura da declaração de voto do PS, Sr. Deputado?

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Nós, embora pensemos também que a leitura das declarações de voto é desnecessária, não nos queremos tornar um caso singular, pelo que passo à leitura da nossa declaração de voto:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dá o seu acordo ao parecer da subcomissão, reservando, no entanto, para o Plenário a sua posição de voto sobre as propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1979.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Meneres Pimentel para uma intervenção.

O Sr. Meneires Pimentel (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Ontem, quando preparava estas notas de enquadramento político do presente debate, aconteceu-me ter lido determinado apontamento político sobre o Orçamento para 1979.

Em resumo, dizia-se nesse documento: "Em primeiro lugar, a política orçamental volta a inserir-se num modelo de estabilização conjuntural ainda mais contracionista do que os anteriores. Todavia, esta verificação não significava a viabilidade de um modelo alternativo de tipo abertamente expansionista; tal constatação serviria, ao contrário, para que não se alimentassem ilusões quanto às reais possibilidades de materialização de uma política verdadeiramente desenvolvimentista. Por outro lado, continuaria por desfazer, durante os anos mais próximos, o nó górdio consistente em se obter a garantia de uma maior racionalidade nas despesas do sector público, sem provocar um aumento do desemprego.

Resumindo, poder-se-ia dizer que o contracionismo seria inevitável, apenas se abriam perspectivas, aqui e acolá — com a adopção de uma diferente taxa de inflação — de correção de algumas distorções fiscais, da eliminação de alguns (poucos) agravamentos fiscais, da melhoria do esquema do imposto extraordinário.

Assim, esse documento apontava tão-somente para algumas melhorias na especialidade das duas propostas de lei,

mas logo avisava que outra posição seria altamente desestabilizadora, pois poderia ocasionar situação de vazio de poder, já que, no seu entender, não existiria alternativa ao presente Governo e remataria com a oposição, não fundamentada, aliás, de que a realização de eleições legislativas não solucionava o impasse, recomendava a não entrada em conflito com a posição "árbitral" do Presidente da República e dizia ainda que o que importava era pôr o interesse nacional acima do interesse partidário.

Como suponho que neste momento já se sabe que o PCP, a UDP e quase todos os Deputados independentes irão votar contra as propostas de lei — todos unidos contra aquilo a que chamam o "Governo MP/PPD" ou "Governo Eanes-Mota Pinto" — como apesar da intensificação da oposição ao IV Governo, por parte do PS, não conduzirá a mais do que uma cómoda abstenção, como o CDS, ainda fulminado pelo raio do desaire sofrido aquando do debate do III Governo, irá votar a favor, mas os votos dos democratas cristãos são insuficientes, há quem reclame do PSD uma atitude de apoio total a este Governo.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Coitadinhos!

O Orador: — Desta maneira, o meu partido entronizar-se-ia, em todas as horas do estilo parlamentar, com este Governo, que, segundo a versão socialista é o mais conservador desde o 25 de Abril, Governo que, segundo a tese comunista, é reaccionário e agride os trabalhadores, Governo que, segundo a UDP, seria de deitar para o lixo.

Do exposto resulta claramente que a maioria desta Assembleia entende ser execrável este Governo. E assim, mesmo que os sociais-democratas votassem a favor das propostas de lei, para que serviria? Para amanhã o PS, com todo o peso da sua popularidade e contradição resultante do facto de se ter abstido nas votações, apresentar uma moção de censura e o PCP e seus apêndices irem votá-la pressurosamente?

Uma voz do PCP: — Ah! Ah! Ah!

O Orador: — Então, o "Governo MP/PPD" ou "Eanes-Mota Pinto", cambaliante, nem sequer esperaria pela segunda moção e, embora moribundo, talvez conseguisse obter as chaves do carro particular do Sr. Primeiro-Ministro a fim de seguir até Belém para pedir a demissão. O PSD enterrar-se-ia assim, em campa rasa, bem longe de Belém e do Governo.

Parece, assim, que os Portugueses estão condenados a assistir a este ridículo da chamada "classe política". E, a ser assim, o PSD colaboraria na farsa!

Suponhamos, porém, que os socialistas, mais uma vez, não cumprem as suas promessas e não apresentam qualquer moção de censura nem votam favoravelmente qualquer outra a apresentar pelos comunistas, por exemplo.

Suponhamos ainda que o PS deixa de votar nesta Assembleia com o Partido Comunista, como o vem fazendo, com notável regularidade, desde que viabilizou o actual Governo, em meados de Dezembro passado.

Suponhamos que o PS deixa de pedir a ratificação, de quase todos os decretos-leis importantes do Governo, para os revogar. Acreditamos que o PS deixa de se opor à despartidarização dos órgãos de comunicação social estatizados. Acreditamos que todos os governadores civis, ditos socialistas, pedem a sua demissão. Continuemos a acreditar que o PS deixa de fazer coro, ainda que desafinado, com o PCP, sobre a execução da Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária. Suponhamos também que o PS dá instruções aos seus militantes para abandonarem as confortáveis instalações do chamado aparelho de Estado. E, finalmente, suponhamos que o PS passa a considerar o PCP como dispensável para a construção da democracia em Portugal.

Mesmo que tudo isto fosse possível, nem assim os Portu-

gueses ficariam com um Governo estável. E porquê? Porque o Conselho da Revolução continuaria a dedicar-se à apreciação de documentos gravosos para o Governo sob pretexto de "o conjunto de atribuições" que lhe cabem não poder "deixar de ser considerado como uma das mais relevantes a de Conselho do Presidente da República, a qual exige da parte de todos os elementos deste Conselho uma actuação constante sobre todos os assuntos que possam influir, de qualquer forma, na vida política nacional".

É assim porque, na opinião maioritária do Conselho da Revolução que temos, "só desta forma poderá, construtiva e eficazmente, não apenas aconselhar o Presidente da República nas suas delicadas e complexas funções, mas também cumprir as restantes atribuições, por mais literal que seja a interpretação do texto constitucional".

Façamos de conta, porém, de que tudo isto é uma mera ilusão e que o Conselho da Revolução se remete a um papel de pedagogia cívica apartidária e de vigilante ou fiscal da constitucionalidade das leis deste país. Mesmo que tudo isto continuasse a ser possível, os Portugueses não ficariam sossegados e estáveis e com uma democracia estável, porque o Governo continuaria a ter militantes comunistas nos gabinetes ministeriais, apesar de ser um Governo que se afirma anticomunista e que, com medo do PS, continuaria a nomear para a direcção dos órgãos de comunicação social estatizados ainda mais militantes socialistas — não fosse o grupo parlamentar daquele partido apresentar projectos de lei dificultadores da sua acção governativa. Tal como o fez, por exemplo, para o *Diário Popular*, como para a Anop, tal como procede para a televisão, cada vez em maior número, conservando na sua administração militantes partidários.

Suponhamos, porém, que o Governo perde o medo por completo e que até não se impressiona com o alarido suscitado pelo Partido Socialista a propósito de uma mera transferência de um militante deste partido de um cargo para outro na mesma empresa pública. Mesmo assim nada se conseguiria porque continuaria a subsistir a possibilidade de um secretário de Estado ter pedido a sua exoneração, certamente por motivos políticos e ter mantido esta deliberação apesar de receber a confiança política do respectivo Ministro e de este ter sido louvado publicamente pelo Sr. Primeiro-Ministro e até pelo próprio Presidente da República.

Situações deste cariz, pela sua ambiguidade, não se podem entender e, com certeza, que os Portugueses se interrogam porque é que nada disto se esclarece precisamente na altura em que se debatem leis fundamentais para a sobrevivência deste Governo e até do próprio País.

Se o Secretário de Estado viola as leis, pois que seja imediatamente demitido; se o Secretário de Estado é, mesmo assim, apoiado pelo ministro, pois que este seja demitido igualmente; se o Ministro é apoiado pelo Primeiro-Ministro, pois que o Governo se demita. Mas, como é isto possível se o Sr. Presidente da República entende não ter qualquer dúvida a propósito de o Sr. Ministro Vaz Portugal "concretizar o programa que o Governo definiu no âmbito da política agrícola nacional, conseguindo-se, assim, com rapidez e eficácia, normalizar a situação na área de intervenção da Reforma Agrária, pela aplicação integral da Lei de Bases aprovada na Assembleia da República".

Mas o que é que se deve entender por "aplicação integral" da Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária?

Recordo a este propósito as seguintes afirmações do Sr. Primeiro-Ministro na altura do encerramento do debate do Programa do Governo: "Quanto às expropriações, problema que foi expressamente suscitado, o Governo pensa aplicar — é essa a sua resposta de princípio — a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária.

Isso significa que ela deve prosseguir desde que se cumpram as condições previstas na lei que foi aprovada nesta Assembleia por uma esmagadora maioria. Segundo as condições que resultam da letra e do espírito da lei, as expropriações realizar-se-ão, primeiro, quando estiverem previa-

mente marcadas as respectivas reservas. Só se procede à expropriação do restante uma vez demarcada previamente a respectiva reserva — é um requisito legal — desde que estejam prontos os mecanismos das correspondentes indemnizações, isto é, desde que esteja garantida a satisfação do direito à indemnização das entidades expropriadas.

Isso pressupõe, naturalmente, uma execução de uma lei reguladora das indemnizações, a publicação do diploma que disciplina as avaliações provisórias e a preparação das avaliações definitivas, a emissão dos empréstimos necessários à recolha dos fundos que permitam satisfazer as indemnizações e desde que, naturalmente, sejam emitidos os títulos de crédito respectivos. Tudo isso são as exigências contidas na lei. Finalmente, desde que — e isso é contemporâneo às expropriações — exista uma solução alternativa para a exploração da terra expropriada.

Perdoe-se-me a extensão desta transcrição, mas parece-me importante para tentar desvendar o mistério que presentemente envolve o Ministério da Agricultura e Pescas.

Como os requisitos e pressupostos exigidos pelo Sr. Primeiro-Ministro — e outros que não vale a pena referir — ainda se verificaram, não é possível iniciar, desde já, a nova fase da aplicação da Lei de Bases.

Assim, mau grado o desejo do Sr. Presidente da República e o nosso, não será ainda possível a aplicação integral da lei. Estará aqui o desentendimento entre o Secretário de Estado, o resto do Governo e o próprio Presidente da República? Afigura-se-nos que não, não só pelo que já disse como também porque o Sr. Presidente da República, na comunicação de sábado passado, julga o Sr. Ministro da Agricultura capaz de executar o Programa do Governo e este, no aspecto em causa, ficou claramente explicitado pelas palavras do Sr. Primeiro-Ministro. Ou será que o Sr. Presidente da República não considera as aludidas explicitações do Sr. Primeiro-Ministro como fazendo parte integrante do Programa do Governo? E, a ser assim, terá entendimento contrário o Sr. Primeiro-Ministro? Ou antes, não terá sido motivado da referida crise o facto, confirmado pelo Sr. Ministro da Agricultura, de o Presidente da República ter manifestado "o desejo de que, para esclarecimento próprio de alguns aspectos ligados à Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, se deslocasse ao gabinete do Ministro um dos seus colaboradores, quando julgasse conveniente"?

É, pois, com um Governo deste tipo, condicionado pelo conflito latente com pelo menos parte do Conselho da Revolução, condicionado pela oposição, quase sistemática, da maioria desta Assembleia e condicionado ainda pelas ambiguidades já referidas que a Assembleia da República se tem de defrontar.

É num quadro destes que o suposto "Governo MP/PPD" tem de dialogar com o Partido Social-Democrata. E com tudo isto é pedido patriotismo ao Partido Social-Democrata, com tudo isto é que se apela para que os Deputados sociais-democratas viabilizem este Governo, com tudo isto o Sr. Presidente da República afirma constituir falsa questão a informação da sua confiança política neste Governo.

Não, Sr. Presidente da República, o PSD não encobre outras questões "normais, reais e reveladoras", e eu sei que o Sr. General Ramalho Eanes não se queria referir ao PSD quando produziu o discurso de sábado passado.

#### Risos.

E foi por isso mesmo que declarei aos órgãos de comunicação social que a intervenção do general Ramalho Eanes pouco ou mesmo nada tinha a ver com as questões suscitadas pelo Partido Social-Democrata.

Face a esta angústia, os portugueses conscientes ficam perplexos. Então o Orçamento pode passar? Não existem outras alternativas? No decorrer deste debate outros companheiros da minha bancada tocarão aspectos não só de política geral como também de política sectorial.

Mas algo de essencial fica já aqui referido, à espera da

resposta do Governo. Governo que, na nossa óptica já se apresenta debilitado. Pertencerá à bancada governamental esclarecer toda esta "neblusa". Se o não souber ou não quiser não existe patriotismo, no sentido próprio desta palavra, susceptível de concitar o nosso apoio.

Não se trata, como se viu, de uma questão à volta de um Secretário de Estado, o problema é mais vasto, abrangendo o funcionamento minimamente salutar e harmónico das instituições democráticas e constitucionais. E quando esse funcionamento tende para a degenerescência só existe uma hipótese em democracia: a consulta popular.

De qualquer forma, ninguém nos poderá acusar de criar artificialmente crises. Apoiámos, de início, este Governo, continuámos a apoiá-lo criticamente, mas cremos chegado o momento da sua clarificação. E mesmo que o Governo não seja capaz de esclarecer tudo, o nosso patriotismo — a fim de evitar um mal maior — será capaz de, pelo voto autónomo da nossa bancada, não hostilizar frontalmente o presente Executivo.

É preciso, é urgente, salvar o Portugal democrático, mas sem adiamentos, com coragem e frontalidade. Esta Assembleia só se prestigiará com um debate franco e leal. O Governo, como ontem disse aqui o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, responderá sem demagogias e sem ambiguidades. Por termos a certeza disto, aqui fica, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, o nosso primeiro e honesto desafio.

#### *Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres, suponho que para formular um pedido de esclarecimento.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Meneses Pimentel, ao longo da sua intervenção fez um conjunto de considerações e previsões acerca das atitudes do Partido Socialista. Gostaria apenas de sublinhar que essas considerações e previsões são da sua inteira responsabilidade.

Pela nossa parte, não procuraremos fazer nenhuma previsão acerca das atitudes do PSD neste debate, até porque tal previsão se revelaria do puro domínio da astrologia.

Também não lhe vou perguntar qual vai ser, ao fim e ao cabo, a posição do PSD em relação às propostas de lei do Orçamento e do Plano agora em apreço, porque, depois de ouvir o Sr. Deputado, fiquei convencido de que ainda não sabe.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito para pedir esclarecimentos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Meneses Pimentel, como o Sr. Deputado fez várias considerações que envolviam a posição do meu partido, tomo a liberdade de lhe fazer um pedido de esclarecimento precedido de algumas considerações.

O Sr. Deputado começou por dizer que a missão que o levava à tribuna era a de fazer o enquadramento político do debate por parte da bancada do PSD. Esperar-se-ia então que o Sr. Deputado viesse clarificar — que é uma palavra cara ao presidente do seu partido — a situação, mas, na verdade, o Sr. Deputado apresentou-nos um novo de ambiguidades, equívocos e contradições que, no modo de ver do Sr. Deputado e do seu partido, caracterizam a vida nacional.

As considerações e conclusões positivas que, da parte do seu partido, aqui nos trouxe, creio que puseram isto em evidência, e é esta a pergunta que lhe faço: não está o PSD também, todo ele, enovelado nesta situação, sem saber como sair de um quadro que criou, em que é Governo e não quer parecer-lo?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado João Gomes.

O Sr. João Gomes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Meneses Pimentel na sua intervenção dispensou um tempo considerável à parte da comunicação social, procurando fazer acreditar a esta Câmara que o Partido Socialista continua a ter muitos dos seus militantes e dos seus responsáveis na comunicação social do sector público.

Esta é uma posição nitidamente injusta e o que tem acontecido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que o PSD se tem servido de um aparente ou mesmo real apoio a este Governo para conseguir ter, ele sim, um número cada vez maior de militantes seus na comunicação social.

Se me permitem, vou referir muito rapidamente três ou quatro casos. Neste momento, o efectivo responsável na RDP é o jornalista Duarte Figueiredo, membro do PSD e elemento de ligação entre a comissão administrativa e a redacção desta empresa.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É mentira!

O Orador: — E, inclusivamente, foi esse militante do PSD que interferiu na RDP de modo censório.

Fez sair recentemente o PSD um comunicado — quando se sabia já que a RDP ia sofrer uma alteração a nível de responsáveis — no sentido de pressionar a comissão administrativa da RDP, pressão essa que, aliás, foi bem sucedida, na medida em que o que estava decidido foi alterado e de cinco elementos nomeados há pouco tempo dois são militantes do PSD.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — A tal maioria!

O Orador: — Na Empresa Pública Notícias-Capital foram feitas, pelo Sr. Ministro Proença de Carvalho, duas alterações no conselho de administração, e uma das pessoas que foi substituir um dos membros do conselho de administração diz que não é membro de nenhum partido e o outro é do PSD.

Recentemente, no Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa, cujos responsáveis são quinze, sendo dois do PSD, esses dois vieram com um comunicado público fazendo crer que esse sindicato não tinha tomado a decisão democrática de aderir aos dezassete sindicatos que pediam a demissão do Sr. Ministro Proença de Carvalho. Ora o PSD é nitidamente minoritário nesse sindicato e a posição que tomou é ilegítima e inaccitável.

Perante tudo isto, pergunto ao Sr. Deputado Meneses Pimentel qual é, no fundo, o objectivo do PSD. Nega o reforço que o seu partido tem obtido através deste Governo nos meios de comunicação social do sector público? Quando é que o PSD se considera satisfeito? Quando se sentir senhor absoluto dos meios de comunicação social?

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Isto não tem nada a ver com o debate!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Meneses Pimentel para responder, se assim o entender.

O Sr. Meneses Pimentel (PSD): — Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Guterres, remeto-o para a astrologia.

Em relação às perguntas feitas pelo Sr. Deputado Carlos Brito, eu não disse que fazia o enquadramento político deste debate por parte do meu grupo parlamentar. O que eu disse foi que iria tentar fazer o enquadramento político deste debate, o que é diferente, e por isso me referi à articulação dos diferentes Órgãos de Soberania e suas posições sobre pontos que julguei fundamentais. Não sei se o Partido Comunista se sente enovelado, nós não nos sentimos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado, eu gostava de clarificar melhor a minha pergunta.

Não é o PSD, no actual quadro político português, a suprema ambiguidade?

O Orador: — No presente quadro político português é difícil estabelecer graus de ambiguidade.

*Risos do PSD.*

Quanto ao Sr. Deputado João Gomes, devo dizer-lhe, em primeiro lugar, que a pessoa que referiu, o Sr. Duarte Figueiredo, não é militante do Partido Social-Democrata.

Em segundo lugar, devo referir que...

*Apartes do PS, não perfeitamente audíveis.*

... os Srs. Deputados, se quiserem, podem intervir. E o Sr. Deputado Lino Lima, se quiser, também o pode fazer, pois dou-lhe autorização para me interromper.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Mas, Sr. Deputado, eu não disse nada!

*Risos.*

O Orador: — Como de costume, o Sr. Deputado nunca diz nada.

*Risos.*

Continuando a responder ao Sr. Deputado João Gomes, quero dizer que quanto ao comunicado do núcleo de trabalhadores sociais-democratas da RDP, acho estranho que o Sr. Deputado tenha partidarizado este assunto. Não interessa agora tal comunicado, acho eu, mas se o núcleo de trabalhadores sociais-democratas da RDP fez um comunicado e se com ele visou objectivos honestos, pois foi bom que isso tivesse acontecido. É um direito democrático e não vejo onde esteja a apropriação da RDP pelo PSD.

Quanto à Empresa Diário de Notícias, é efectivamente verdade que um militante nosso foi nomeado para a sua administração, mas isso foi feito ainda pelo III Governo Constitucional. É o único caso.

No que diz respeito ao Sindicato dos Escritórios e a um comunicado mediante o qual, segundo o Sr. Deputado, militantes nossos se dessolidarizaram da posição dos restantes componentes do Sindicato, é mais uma vez lamentável que o Sr. Deputado queira partidarizar o movimento sindical.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Macedo Pereira.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Devido às sucessivas crises políticas que o País tem atravessado, estamos na segunda quinzena deste mês de Março a proceder à discussão do Plano e OGE para 1979, não se cumprindo, mais uma vez, os prazos definidos pela lei desta Assembleia sobre o enquadramento do OGE.

Sem uma economia estável e com uma preocupante situação financeira tem-se o País interrogado sobre a incapacidade de a classe política dirigente encontrar formas de governo estáveis e coerentes, procurando-se, por um lado, simples acordos pontuais e, por outro lado, a manutenção ou sobrevivência de direcções partidárias que, desligadas dos problemas concretos do povo português e agarradas a utópicas, quando não demagógicas, propostas, têm vindo a contribuir para o falhanço, em plano inclinado, da economia portuguesa e das finanças públicas. Quiçá a própria

democracia poderá estar em perigo, embora alguns sobre isso, cinicamente, chorem lágrimas de crocodilo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O IV Governo Constitucional apresenta-nos a sua proposta de Orçamento para o corrente ano, mas, para além da análise, necessariamente crítica, sobre tão importante documento, importa não esquecer a delicada questão política de fundo que é a de fazer o balanço do sistema em que temos vivido, por forma a se concluir que se chegou a um beco sem saída.

De facto, o sistema em si não gera receitas que permitam o mínimo equilíbrio para as contas públicas.

O endividamento do Estado Português atingiu quer a nível interno quer externo montantes que em muito dificultarão o bem-estar deseável para as nossas gerações futuras, que irão assim pagar, e de que mancira, os desvios de certas forças políticas, que, a soldo de estratégias internacionalistas, nos conduziram a tão inquietante situação, pretendendo alguns dela retirar dividendos políticos com um descaramento que só a fanáticos não choca.

O Sr. João Pulido (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia política conquistada em 25 de Abril de 1974 não pode ser ela a responsável pela gravidade desta situação, pois que o esgotamento de divisas desde aí, a desvalorização do escudo, o enorme aumento da massa monetária em circulação (128 milhões de contos) são alguns dos índices que demonstram ter o sistema económico, então criado, falhado redondamente.

Efectivamente, e em termos de sistema, sem recorrermos a formas académicas, perguntar-se-á: que escolas e hospitais foram construídos? Que indústrias e correlativos postos de trabalho foram criados? Que vias de comunicação foram construídas ou melhoradas? E, em nome do "socialismo", o que se fez a favor dos pensionistas, dos reformados, das populações rurais, dos homens que labutam na faina do mar, etc., etc.?

Em contrapartida, importantes somas de dinheiros públicos que o contribuinte entrega nos cofres do Estado foram aplicadas na compra de edifícios para o Estado, que este mantém desocupados, não se sabe porquê, em que os especuladores e grandes intermediários auferem chorudos lucros, numa provocação à consciência de todos aqueles que desejariam ver mais próspera e feliz toda a comunidade nacional, recuperada que foi a liberdade das instituições. Estamos certos de que o povo português não se deixará enganar, mais uma vez, pois é paradoxal que a demagogia e a incompetência de ontem de alguns se tenha transformado na mais feroz arrogância e oportunismo político de hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O meu grupo parlamentar, reconhecendo a gravíssima situação da economia portuguesa, regista o esforço que a equipa chefiada pelo Prof. Jacinto Nunes tem despendido por forma a tentar atenuar, com realismo, as consequências que tão distorcido, anárquico e aberrante sistema tem causado.

É para nós evidente que as limitações financeiras devidas ao passado pesam seriamente na política financeira dos governantes. Como é óbvio, e por causa delas, o poder político pode ver a sua liberdade de manobra seriamente comprometida, pois que, por vezes, é impossível suprimir certas despesas públicas. Está neste caso o serviço da dívida pública, dado que se orçamentam 35,5 milhões de contos só para pagamentos de encargos dessa dívida e não se deixe de referir, por exemplo, o desconhecimento que o povo português tem do total dos compromissos assumidos em virtude da descolonização, como ainda ontem o Sr. Prof. Jacinto Nunes referiu os 600 milhões de dólares relativos a Cabo-Bassa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma análise da situação económica actual, tomado por base apenas o nosso endividamento total, mostra-nos, claramente, que existem situações de bloqueio que se tornam insustentáveis, evidencian-

do-se dessa forma que o sistema económico em que temos vivido já nada mais tem para dar.

A dívida pública interna (directa e garantida) que se encontra contabilizada é apenas parte da real. A opinião pública tem sido confrontada com informações contraditórias acerca do volume real da dívida pública interna e da forma como o Estado encara a sua amortização. Os números que o Sr. Prof. Jacinto Nunes referiu aqui ontem, aliás em resposta a uma pergunta do líder do meu grupo parlamentar, Deputado Rui Pena, são qualquer coisa como 700 milhões de contos, onde penso não estarem incluídos os números referentes ao previsível *deficit* de 78 milhões de contos para o corrente ano.

Como sente o Governo que é possível sair de uma espiral de endividamento como a que está subjacente nos números acima indicados?

Como pensa o Governo encarar o problema dos devedores duvidosos à banca nacionalizada? Devedores duvidosos que montam a qualquer coisa como 95 milhões de contos.

Quando pensa o Governo iniciar o pagamento das indemnizações devidas pelo Estado aos cidadãos? E com que financiamento conta para fazer a essas obrigações uma vez que nada consta a essa respeito no OGE?

A dívida pública poderá conduzir, em curto prazo, a que eventuais acréscimos de receitas orçamentais sejam totalmente deglutiados pela dívida pública e, como sabemos, o nosso sistema fiscal terá atingido já, ou mesmo ultrapassado, o seu ponto crítico.

Confirma o Governo que, nos termos do orçamento ora proposto, quase 50% do crédito interno a que se vai recorrer durante o ano de 1979 será para fazer face ao serviço de dívida pública? Qual será o montante do serviço de dívida em 1980? E como vai ser financiado?

Perante o agravamento exponencial da dívida pública, o que é que o Governo sente que vai acontecer a médio prazo? Reconhece o Governo que esta situação pode degenerar eventualmente numa inflação galopante e na rotura violenta do sistema?

Na óptica do meu partido, haverá que relembrar aqui os agravos e sacrifícios dos milhares e milhares de titulares de indemnizações que foram privados por forma tão injusta como absurda dos seus valores e respectivos rendimentos.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Como os Mellos!

O Orador: — Não, Sr. Deputado! Alguns empresários fizeram um dia a história da sua acção na Secretaria de Estado que ocupou. E mais: não estou aqui a defender qualquer grupo, estou sim a pensar nos milhares e milhares de titulares que têm direito às indemnizações. Há milhares de pessoas que todos os dias se dirigem a esta Assembleia e ao Governo e que vivem em condições miseráveis.

*Risos do PCP.*

Um dia a comunidade nacional se encarregará de inventariar claramente os responsáveis por isso. Permito-me não brincar com um tema que o Sr. Deputado trata tão levemente.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Está incluído entre eles?

O Orador: — Bom, se o constitucionalista Dr. Vital Moreira assim o entende, é a sua opinião.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Só queria entender! Não precisa explicar!

O Orador: — Como diria Francisco Lucas Pires, não se vê nexo entre o facto de um avião ter disparado sobre um quartel e, em consequência, se ter estatizado grande parte do aparelho produtivo da Nação — já não contando com a televisão que lá estava nesse dia para filmar aquilo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Lucas Pires *dixit*.

O Orador: — Por nós, deduziríamos desses actos políticos, que não obedeceram a uma mínima fundamentação técnico-económica, e hoje cristalizados na Constituição, que temos uma clara justificação para a grave e preocupante situação económica com que os Portugueses se debatem.

O contribuinte português, com os impostos que paga, subsidia assim empresas falidas ainda os jornais de hoje nos falam de 3 milhões e 300 mil contos só para juros em débito ao Banco de Fomento —, inviáveis ou perfeitamente desorganizadas, num país em que a produtividade não aumenta nem é estimulada e os trabalhadores usam e abusam da ausência responsável dos seus lugares de trabalho (o número de baixas “por doença” é significativo).

A Sr. Zita Seabra (PCP): — É falso!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tudo isto é tanto mais triste quanto é certo se ter chegado ao actual estado de coisas num país em que muito se tem falado de “rumo ao socialismo”. Depois de perseguida, causticada pelos mais soezes ataques, velados em certas alturas, é a iniciativa privada que contribui com mais de 95% do valor das nossas exportações, tão necessárias à redução do nosso *deficit* com o exterior, enquanto que é nos rendimentos do trabalho que o Governo espera obter mais de 50% do total dos impostos directos.

Tudo isto ultrapassa o domínio do comprehensível e as receitas dos manuais de economia política.

Mas Portugal é também um país que possui uma enorme dívida pública externa e que, a exemplo da dívida pública interna, também os dados referentes ao nosso endividamento face ao exterior não são do conhecimento público em toda a sua extensão.

O Governo pode informar qual o total dos compromissos assumidos em virtude da descolonização?

A recente diminuição verificada no *deficit* da balança de transacções correntes não correspondeu a uma melhoria consistente e estrutural, uma vez que a balança comercial não recuperou significativamente.

Efectivamente, a recuperação da balança de transacções correntes ficou-se a dever fundamentalmente às remessas dos emigrantes, bem como ao turismo, ou seja, a factores exógenos à nossa economia.

Convém ainda salientar que a melhoria verificada não vem, contudo, compensar o serviço da dívida pública externa, pelo que a evolução prevista para os *déficits* da balança de transacções correntes continuará a situar-se em níveis demasiado elevados.

Como é possível, ou como se justifica que, num país que recebe financiamentos anuais da ordem dos 1000 milhões de dólares para cobertura do seu *deficit* externo, recebe ainda outro tanto das remessas dos emigrantes, tenha de suportar os efeitos da carência dos meios de produção e ainda assista à decadência da qualidade de vida dos cidadãos e ao comprometimento da qualidade de vida dos vindouros?

Quando os nossos filhos nos perguntarem quem e como se gastou esse dinheiro que eles terão de pagar, e como se gastaram as reservas que correspondem aos sacrifícios dos pais, como vamos responder?

O Governo pode informar qual o montante do serviço de dívida externa para o ano de 1979? E qual é a sensibilidade do Governo para a evolução deste montante nos próximos anos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O imposto é uma receita do Estado, coactiva por definição, destinada à cobertura das despesas públicas que satisfazem as chamadas necessidades de satisfação passiva ou necessidades colectivas (saúde, educação, defesa, etc.). A fiscalidade é, assim, caracterizada pelo facto de o pagamento dos tributos servir para o au-

mento ou, pelo menos, manutenção do bem-estar da colectividade. Só que em Portugal tudo se passa ao contrário. Isto é, a grande maioria paga cada vez mais impostos, recebendo cada vez menos da colectividade e cobrindo assim os desmandos de ontem, reflectidos no nosso dia-a-dia de hoje.

Podemos, Srs. Deputados, divergir na análise e nos métodos para ultrapassar a situação, mas não podemos ignorar os factos, pois as realidades são já sentidas, e de que maneira, pelo nosso povo, que compreendeu já, pensamos, a lógica da política pela política, do *slogan* panfletário, seu irrealismo e negras consequências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As verbas orçamentadas para os diversos departamentos governamentais nunca seriam as melhores caso as receitas fossem elásticas e Portugal fosse um país com uma situação desafogada. Compreendemos assim a existência de prioridades e que a escassez dos recursos financeiros do Estado sujeite, por vezes substancialmente, a actuação de cada governante. Mas não alinharemos com aqueles que tratam ligieramente e por vezes demagogicamente a dotação atribuída às forças armadas. Assim, em percentagem do PIB, as despesas com a Defesa passaram de 7,4% em 1974 para se estabilizarem em torno de valores um pouco inferiores a 3% em 1978, valor razoável, pois, segundo sabemos, na Europa só o Luxemburgo, a Dinamarca e a Itália apresentam coeficientes inferiores ao nosso. Poderá eventualmente estar em causa a gestão ou a aplicação desses dinheiros, mas numa próxima intervenção o meu colega de bancada Deputado Luís Ramires trará adequadamente este tema. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na parte final desta minha primeira intervenção neste debate gostaríamos de acrescentar alguma coisa sobre um tema que não tem deixado de estar presente ao longo desta intervenção e que se prende com o nosso sistema fiscal.

Desde injusto, distorcido, aberrante, etc., tudo se lhe tem chamado, chegando Medina Carreira a baptizá-lo de "manta de retalhos".

Havia uma lógica na reforma fiscal dos anos de 1958-1964 que não se pode subestimar, em especial na forma como se caminhou para a tributação dos rendimentos reais.

A Constituição de 1976 impõe a criação do imposto único sobre o rendimento, e foi com espanto que há dias ouvimos do Sr. Vice-Primeiro-Ministro, em reunião da Comissão Parlamentar da Economia, Finanças e Plano, que foi encontrar os trabalhos preparatórios francamente atrasados. Nós que esperávamos que o anterior Secretário de Estado do Orçamento tivesse ido bem mais longe tal a dinâmica que lhe julgávamos subjacente desde o consulado gonçalista. Uma palavra de esperança e um pedido para que num futuro muito próximo os trabalhos possam avançar a bom ritmo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em próxima intervenção pensamos abordar mais em detalhe o tema dos impostos, mas não desejamos terminar sem registar a preocupante situação que são os 8 milhões de contos que existem em contencioso fiscal, a evasão e a fraude fiscal neste país. Impõe-se uma rápida e séria moralização e não descurar a sujeição a tributação de novas realidades fiscais.

Convém, sobretudo, não esquecer que a opção política e económica que é a nossa adesão à CEE nos impõe transformações substanciais no nosso sistema fiscal, desde logo a partir da tributação indirecta.

A distorção dos impostos indirectos face aos directos é gritante, e porque aqueles são cegos, tornam-se assim injustos. A proposta orçamental prevê aumentos significativos na tributação indirecta, o que se torna preocupante por serem impostos de repercussão para a frente com agravamentos de preços e limitação do poder real de compra dos mais necessitados.

Para além do sistema fiscal estão, sem dúvida, as opções

políticas que este Governo se propôs prosseguir. E se acima dissemos que o sistema económico vigente falhou redondamente, impõe-se, isso sim, que a produção aumente em termos reais e haja significativos aumentos nas produtividades sectoriais.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a anestesia fiscal neste país, resultante dos múltiplos e substanciais impostos que pagamos, não pode ser ela a responsável pelo facto de o corpo nacional ficar inerte de tal forma anestesiado, indolente ou abúlico ele se encontra. Portugal seguirá o seu caminho custe o que custar, passados os maus ventos, tal é a profissão de fé das forças verdadeiramente democráticas e nacionais em que o meu partido, com orgulho, se integra.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques, suponho que para pedir esclarecimentos.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra não para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Macedo Pereira mas para, na sequência da sua intervenção, prestar dois breves esclarecimentos.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O primeiro esclarecimento é relativo à política económica.

O CDS apoiou as medidas do primeiro e segundo "pacotes" e chegou ao ponto de dizer aqui que se tratava do 25 de Novembro económico; apoiou as receitas do Fundo Monetário Internacional; o CDS esteve no Governo; hoje é a direita que está no Governo e o CDS vem aqui tentar limpar as mãos acerca da situação económica do nosso país.

O segundo esclarecimento é este: o CDS defende outro sistema económico, que não este que temos hoje.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Felizmente!

O Orador: — É bom que fique claro que o CDS defende o sistema económico que existia antes do 25 de Abril, o sistema económico dos monopólios, o sistema económico de um Portugal de gatas perante o imperialismo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

*Risos do CDS.*

O Orador: — E depois destes dois esclarecimentos não me admira nada, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Sr. Deputado Macedo Pereira venha falar dos manuais. Isto porque o Sr. Deputado não só estudou pelos manuais antigos, como os admira e quer aplicar.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira, certamente também para dar esclarecimentos.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Bom, só faltou ao Sr. Deputado Sousa Marques falar nos 25 000 ou 30 000 manifestantes de sábado passado para ficarmos ainda mais comovidos.

Naturalmente que as suas informações a esta Câmara me merecem um brevíssimo comentário pelo que elas têm de provocação barata, diria quase teles...

*Risos do PCP.*

... em relação à defesa do sistema anterior ao 25 de Abril. A isso nem sequer lhe vou responder.

Quanto ao apoio que efectivamente o meu Governo, isto é, o meu partido...

*Aplausos do PCP.*

Está bem! O CDS foi um partido que esteve no Governo a tentar colmatar importantes brechas que o gonçalvismo nos deixou.

*Risos do PCP.*

Só por isso fez um acordo com o Partido Socialista e esteve no Governo. Disso não temos que nos penitenciar. Saiu como entrou. Criou-se um conflito e nós saímos desse Governo.

Na verdade, e por aqui termino esta breve informação à Câmara, em resposta, digamos, à intervenção do Sr. Deputado Sousa Marques, o que está aqui em causa e que coloquei em causa é a destruição que o Partido Comunista e as forças que com ele colaboraram fizeram do aparelho produtivo do País. Nós não estamos aqui a defender quaisquer monopólios, muito menos os estatais que o contribuinte português está a suportar e que o Sr. Deputado demagogicamente continua a defender. Bom! Como diria o Sr. Deputado Carlos Brito, o povo português depois que responda.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Estamos aqui evidentemente para um debate político e não para fazermos afirmações do tipo das que o Sr. Deputado Macedo Pereira fez. Depois de o ter ouvido pela segunda vez, cheguei a pensar se valeu ou não a pena ter dado os esclarecimentos que dei e que reflectem a verdade da situação económica que se atravessa no nosso país. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Macedo Pereira que em futuras ocasiões terei em conta o estilo e a forma como o Sr. Deputado — ia empregar uma determinada expressão, mas vou aplicar outra — se manifesta nesta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A situação económica, financeira e social continua a deteriorar-se. Encontramo-nos hoje pior do que há três meses atrás; encontramo-nos hoje numa situação mais difícil e mais grave do que quando aqui discutimos a Lei do Orçamento e as grandes opções do Plano para 1978.

Diminui a produção, agrava-se a situação financeira de milhares de empresas, aumenta o desemprego, as falências, o deficit da balança comercial, a dívida externa. Os preços sobem continuamente, agravam-se os impostos e os trabalhadores e as camadas médias vêm, mês após mês, o seu nível de vida a deteriorar-se.

A massa salarial no rendimento nacional passou de 54,6% em 1977 para 51,6% em 1978 e o Governo é obrigado a reconhecer que os juros e os lucros (e nós acrescentamos do grande capital) foram em 1978, como já o tinha sido no ano anterior, a principal causa da inflação, tendo contribuído com mais de 46% para a alta dos preços.

Ora, esta situação é a prova provada do fracasso, da falência, do desastre da política da direita. É a prova provada do que vale e ao que conduz a direita no Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E porquê? Porque a política económica e financeira praticada não visa o aproveitamento racional e planificado dos nossos recursos internos, a melhoria do nível de vida do povo e o alargamento do mercado interno, o apoio aos pequenos e médios empresários, comerciantes e industriais, a participação activa e criadora dos trabalhadores, a salvaguarda da independência nacional, mas sim a restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários.

E esta política é contrária ao interesse da esmagadora maioria do povo português, porque é a política da restauração do poder económico e dos privilégios da meia dúzia de famílias que foram os reis e senhores de Portugal antes do 25 de Abril.

Esta é, aliás, a consumação da política do PPD/PSD expressa em vários dos seus documentos e pelo seu presidente em mais do que um debate nesta própria Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Orçamento Geral do Estado para 1979 e as grandes opções do Plano são um amontoado desconexo de documentos que traduzem, no essencial, a acentuação da política que vem sendo seguida: política de exploração dos trabalhadores e da ruína das classes médias.

O OGE, sem qualquer articulação com as grandes opções — não há nos dois documentos qualquer referência à coordenação da política orçamental com o Plano —, traduz um ataque frontal ao poder de compra dos trabalhadores, nomeadamente pela via fiscal, não só agravando a carga dos impostos indirectos em relação aos directos, como mantendo a injustiça de a principal carga recair sobre os rendimentos do trabalho.

Para além do agravamento do imposto complementar, do imposto do selo, do imposto de transacções e da contribuição para a segurança social, é prevista ainda a criação de "um novo imposto", que irá incidir fundamentalmente sobre os rendimentos do trabalho. Por outro lado, enquanto a cobrança sobre os rendimentos do trabalho, incluindo os dos trabalhadores da função pública, incide sobre os rendimentos de 1979, em relação ao capital ele será cobrado sobre os rendimentos de 1978 que assim beneficiam de "um desconto de 20%".

A reacção a tal medida já levou o Governo a recuar, afirmando agora que este imposto só será lançado se for necessário para o equilíbrio do orçamento corrente. Mas tal habilidade encontra-se totalmente desmascarada, pois, para círculo, a receita deste imposto já se encontra inserida neste Orçamento, inclusivamente com uma verba de 16 milhões de contos.

E, como se não bastasse, o Governo pretende ainda que esta Assembleia o autorize a rever os encargos a deduzir para efeitos do imposto profissional, a rever as regras de incidência do mesmo imposto, a rever a tributação do leasing, e assim por diante, sem sequer se preocupar em informar sobre o sentido dessas revisões, nomeadamente em matéria de incidências de taxas.

Só que não estamos na Assembleia Nacional, mas na Assembleia da República do Portugal de Abril.

Mas vejamos agora alguns aspectos em relação às despesas, quando comparadas com o Orçamento previsto para 1978, aprovado por esta Assembleia. Se tomarmos a sua classificação funcional, estas apresentam uma variação que vai de um acréscimo de + 63,2% nas despesas com a segurança e ordem pública até aos — 14,4% nas despesas com a indústria e construção e aos — 11,9% nos transportes e comunicações. Verifica-se que, em termos reais, há um decréscimo para as despesas funcionais para a agricultura e pescas, educação, segurança e assistência social, e praticamente uma estagnação em relação à habitação e saúde, o que, só por si, dá o sentido do Orçamento deste Governo. Mas não fica por aqui.. Em relação à Direcção-Geral da Emigração as verbas são reduzidas em 70%, quando comparadas com o Orçamento previsto do ano passado, o que expressa bem a atenção que merecem os emigrantes.

Um outro aspecto caracterizador deste Governo é o que se prende com a atenção e respeito que dispensa à legalidade democrática. Na verdade, o Governo Mota Pinto começou por desrespeitar, ostensivamente, a Lei n.º 31/77, que define as atribuições do Conselho Nacional do Plano, apresentou o primeiro Orçamento a esta Assembleia sem cumprir um só dos requisitos que no n.º 3 do artigo 10.º da Lei do Enquadramento do OGE e apresenta-se aqui, hoje, com

a mesma desfaçatez, ignorando pura e simplesmente a Lei das Finanças Locais, orçamentando inclusivamente verbas pertencentes aos municípios (4,1 milhões de contos relativos à contribuição predial e 1,1 milhão de contos relativos ao imposto sobre veículos) como se fossem da Administração Central, sabendo que deveriam reverter automaticamente para os municípios no mês seguinte ao da sua cobrança!

Perante tais aberrações, o Governo ainda se procurou socorrer, em termos de propaganda, do velho mito salazarista do "equilíbrio orçamental". Mas o mito não colou!

Convém, no entanto dizer que o orçamento de capital apresentará um *deficit*, pelo menos, de 78 milhões de contos e que o Orçamento corrente só se apresentará equilibrado, primeiro porque essa foi uma das imposições do FMI, e segundo porque na elaboração do OGE foram transferidas, sem critério, e mesmo à última hora, no claro propósito de acertar as contas, despesas até aqui consideradas correntes para o orçamento de capital. E o Governo não perdeu tempo! Assim, tomando como pretexto a necessidade de assegurar o equilíbrio do Orçamento corrente, o Governo prepara-se para manter as reformas a cerca de 1 milhão e 400 mil reformados, e a reduzir certos benefícios sociais, como é o caso do subsídio de aleitação, que passa de 6400\$ para 2000\$ nos primeiros meses de vida da criança...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O OGE é bem o retrato de corpo inteiro deste Governo. Mas, se o Orçamento é o que se vê, o documento das grandes opções é ainda pior. Na sua leitura constata-se facilmente a profunda confusão entre os "objectivos económicos e sociais" e "as grandes opções". A leitura comparada das duas listagens mostram-no claramente, verificando-se até a utilização das mesmas palavras. Por outro lado, o Governo mistura instrumentos e medidas com objectivos e opções e nada nos diz quando prevê para o *deficit* da balança comercial, para as receitas do turismo, para as remessas dos emigrantes, e para outras verbas da balança de transacções correntes. E se, em matéria de intenções, o documento é prolixo, o mesmo não se pode dizer quanto às metas preconizadas.

Há poucos meses, nesta Assembleia, aquando da discussão do Programa do Governo, ouvimos aqui dizer repetidamente, por parte deste, que a sua opção era "desenvolvimentista". Ontem ouvimos aqui a mesma afirmação. Mas como falar em opção desenvolvimentista quando o Governo fixa um crescimento de 3% para o PIB (produto interno bruto), ao mesmo tempo que estabelece um acréscimo para a FBCF (formação bruta de capital fixo) de apenas 5%, sabendo-se o papel fundamental que o investimento desempenha numa economia em crise, na criação das condições do desenvolvimento futuro? Ou será que a opção desenvolvimentista nada tem a ver com o crescimento do PIB e da FBCF?

Aliás, mesmo numa simples análise de coerência, utilizando as taxas de variação definidas neste documento para os principais agregados económicos, facilmente se verifica a dificuldade em se obter um quadro global equilibrado de origem e utilização de recursos. Mas a demagogia do Governo não fica por aqui!

Na verdade, o documento das grandes opções dá prioridade aos sectores de exportação para depois aduzir o seu apoio à iniciativa privada. Mas desconhecerá o Governo que neste paíscem empresas detêm cerca de 50% da exportação? E, sendo assim, as pequenas e médias empresas vão exportar o quê? Desconhecerá o Governo que, só na indústria transformadora, 90% das empresas têm menos de cem trabalhadores; são constituídas por pequenas e médias empresas que vivem, fundamentalmente, do mercado interno? Desconhecerá o Governo que as empresas que vivem do mercado interno vão ver este reduzidíssimo com a contenção do consumo privado e público? Desconhecerá o Governo que sem o alargamento do mercado interno e sem o

apoio às empresas nacionalizadas, que constituem o motor fundamental da economia portuguesa, o resultado é o aprofundamento da crise?

Em nome de que iniciativa privada fala o Governo? Não é em nome dos comerciantes, a quem nem sequer dedica uma palavra. Não é em nome dos pequenos e médios empresários que vão ser estrangulados com esta política. O Governo deve dizer claramente que, quando está a falar na iniciativa privada, está a falar nos Melos, Quinas, Champalimauds e seus seguidores.

#### Aplausos do PCP.

Mas que não haja dúvidas: se este Orçamento e estas opções forem aprovadas, temos uma declaração de guerra aos pequenos e médios empresários e iremos assistir a uma aceleração de falências e ao engrossar do caudal de desempregados!

Por outro lado, como é que o Governo pode garantir que a inflação se vai fixar em 18% quando nada nos diz sobre a política de crédito, nada nos diz como vai variar a taxa de redesconto e as demais taxas de juros. No entanto, em tom propagandístico, já afirmou que tem intenção de as descer, no que estamos de acordo. Mas como compatibiliza então o Governo essa sua intenção com a opção que formula de incentivar "a formação de poupança e a sua protecção perante a corrosão monetária"? E como compatibiliza a previsão do crescimento de 3% do PIB e de 5% da FBCF com a "contenção do actual nível de desemprego", ou a "melhoria do nível de vida da população" com as limitações às despesas e investimentos e as limitações à actualização de salários?

O Governo sabe muito bem (ou devia saber) que é incompatível o crescimento do produto de 3% com a "manutenção do nível de desemprego", a não ser que admita a hipótese absurda do crescimento da produtividade não ultrapassar cerca de 1%. O Governo sabe muito bem (ou devia saber) que se deu um agravamento geral na situação da indústria em 1978. Os índices mostram que a conjuntura recessiva, iniciada no 2.º trimestre de 1978, prosseguiu e se aprofundou. No entanto, escondendo as verdadeiras razões, o Governo congelou grandes investimentos de inegável interesse nacional, como a Barragem do Alqueva e o PSN (Plano Siderúrgico Nacional), servindo-se para isso de um expediente do "antigamente", qual seja o de nomear comissões de estudo e reanálise, sem sequer apresentar um calendário para a sua execução.

Mas o Governo sabe (ou devia saber) que a única maneira de combater realmente o *deficit* da balança comercial é aumentar a produção, recorrendo à produção nacional de produtos importados, aos sistemas de compensação, à utilização das capacidades produtivas não utilizadas, ao aumento da exportação e ao alargamento do mercado interno, o mais fiel à produção nacional. Ao contrário disto, o Governo quer diminuir a produção.

Na verdade, o que é que nos diz este Governo acerca do aproveitamento dos nossos recursos, acerca do ferro de Moncorvo, do aproveitamento integral das pirites, cujas reservas se estimam em mais de 200 milhões de toneladas, do aumento da produção do manganés, do aproveitamento das lenhitas, diatomites, sal-gema, caulinhas e areias especiais? O que é que nos diz da diversificação dos mercados externos, das fontes de financiamento alternativas ou do combate à especulação dos grandes intermediários – já não falando no caso da batata – ou do escoamento dos produtos, a preços compensadores, para os pequenos produtores?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relatório das grandes opções já estava praticamente elaborado desde Novembro de 1978. Para quem tiver dúvidas, bastará consultar o relatório do Banco Mundial sobre a economia nacional, naquela data. Em alguns casos, nem o cuidado houve na alteração da linguagem. Assim, no capítulo "Moving Ahead" o Banco Mundial fixa como metas a atingir, a contenção do consu-

mo público, abrandamento da taxa de crescimento do investimento, ligeiro crescimento do consumo privado (2%), etc., etc., ou seja, o mesmo que o Governo se propõe prosseguir.

Se juntarmos a isto as imposições já conhecidas do FMI, facilmente se pode concluir quem dita a nossa política económica e a quem é que ela serve!

Mas se o Governo aceita ser tutelado pelo FMI e pelo Banco Mundial, é preciso que fique claro que os Portugueses não a aceitam. É que, na verdade, a única grande opção que o Governo defende é a de fazer pagar a crise aos trabalhadores, a de arruinar as camadas médias, a de submeter Portugal aos ditames do imperialismo.

Os Portugueses saberão dizer não a esta política, e estamos convencidos de que quem defender realmente os interesses do povo e dos trabalhadores, por palavras e por actos, não deixará de reprovar este Orçamento e estas grandes opções.

É o Portugal de Abril e a independência nacional que o exigem!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito deseja usar da palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — É para fazer um protesto, Sr. Presidente

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — O meu grupo parlamentar não poderá deixar sem resposta quaisquer acusações, ainda que repetidas, que tendam a confundir a política defendida por nós com a política seguida pelo IV Governo.

O Sr. Deputado Carlos Carvalhas tem acesso a todas as intervenções aqui produzidas durante o debate de investidura do Governo e, com base nelas, não lhe é lícito fazer essa identificação. Aliás, o Sr. Deputado, ao mesmo tempo que em determinadas passagens do seu discurso pretende — seguindo uma das técnicas da propaganda de momento do seu partido — identificar, contra a verdade, as posições do Partido Social-Democrata com as linhas políticas do actual Governo, noutras passagens dessa mesma intervenção identifica as linhas políticas do actual Governo com linhas, segundo o Sr. Deputado, preconizadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — São iguais!

O Orador: — Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas que o meu partido tem, coerentemente, defendido uma linha de política, através da integração europeia, de autonomização da Europa em relação às superpotências. Gostaria de ver idêntica posição tomada por parte do partido do Sr. Deputado.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isso é engraçadíssimo!

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Que pena o *Sempre-Fixe* já ter acabado!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Peço a palavra para fazer um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.a a palavra, Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — O PSD pode querer alijar

a carga, mas a verdade é que o PSD, juntamente com o CDS, aplaudiu o primeiro "pacote" de medidas, que — parece-me que isso é objectivo — foram as medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, como sejam, por exemplo, o aumento das taxas de juro, a desvalorização do escudo, a contenção do consumo privado, etc. Estas medidas têm sido traduzidas na política actual deste Governo.

Ora o PSD, durante os debates efectuados nesta Câmara com os sucessivos Governos, defendeu sempre a acentuação dessa política, que é, ao fim e ao cabo, a que neste momento está a ser levada à prática. Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele. Se o PSD não o quer ser, seria bom que se demarcasse objectivamente.

Mas, quer o PSD o diga quer não, a prática demonstra que este é o Governo Mota Pinto/PPD.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Gomes.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não é uma situação fácil de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tomar posição de fundo sobre as propostas de lei do Governo, relativas ao Plano e ao Orçamento para 1979.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Apoiado!

O Orador: — Não é uma situação fácil porque gostaríamos de poder expressar neste Plenário, como oposição que somos ao IV Governo, uma posição crítica mas não negativa, porque quereríamos manifestar o nosso desacordo, e não a nossa decepção, perante as propostas do actual Executivo.

Temos sabido distinguir entre a nossa posição política global face ao IV Governo; que é de si mesmo distinta da consideração que nos podem e devem merecer as individualidades que integram o Executivo, e a análise que fazemos à situação correcta e real da prática política deste Governo.

A verdade é que as propostas de lei relativas ao Plano e Orçamento revelam largamente a inconsistência da política global do Governo e a falta de um modelo económico que dé coerência às soluções esboçadas de forma genérica, nas grandes opções do Plano para 1979 e na formulação da respectiva política orçamental.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Muito bem!

O Orador: — Referiu-nos ontem aqui o Sr. Vice-Primeiro-Ministro as muitas dificuldades e problemas que enfrenta a economia do País. Fê-lo com sobriedade e sem repetir as análises de catástrofe tão do agrado de certos sectores. Foi sem dúvida um aspecto positivo; mas não suficiente.

Positivo porque efectivamente é preciso desmontar as preocupações ideológicas dos que dramatizam, com objectivos dia-a-dia mais evidentes, situações que são graves e difíceis, mas não desesperadas. Não suficiente porque o diagnóstico produzido não aceita, quanto a nós, que os problemas actuais da economia portuguesa exigem soluções novas no contexto da nossa democracia nascente e não o retorno a receitas do passado.

Fomos Governo em circunstâncias que, podemos sem receio dizer, se caracterizaram nalguns aspectos por situações bem mais difíceis. Soubemos propor soluções, defendemos uma estratégia que revelou erros e deficiências, mas que globalmente se mostrou capaz de permitir o início da solução dos problemas mais graves. E não se pode esconder ao País que foi essa política que permitiu os progressos registados na situação económica portuguesa a partir de 1977.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

O Orador: — Quer isto dizer que estamos de acordo com

o Governo quando diz que é necessário atacar com firmeza a resolução dos problemas com que se defronta a economia portuguesa. Mas tem faltado ao Governo a capacidade de enunciar com precisão e vigor uma política global adequada à solução desses problemas. Não encontramos, com efeito, nas propostas do Governo para o Plano e Orçamento para 1979 elementos que nos permitam ter outro julgamento.

Sr Presidente, Srs. Deputados: A situação de dificuldade e de crise da economia portuguesa, que não pode, de resto, ser separada da crise mundial actual, exige que o Governo saiba propor um projecto de solução para a crise que possa encontrar uma base de solidariedade efectiva e não apenas a busca de soluções de defesa de certos interesses restritos. Exige que se tenha clarividência quanto à solução proposta, não apenas a nível técnico, mas também a nível político. A adesão dos partidos, das forças políticas e da população em geral a um projecto de recuperação da economia portuguesa é possível e necessária, mas importa que o Governo saiba e queira formular esse projecto.

Exige-se, pois, para resolver os problemas do País uma política de rigor, tendo por base um modelo coerente e adequado à nova sociedade democrática. Mais uma vez o repetimos, não encontramos nas propostas do Governo a base de apoio que consideramos necessária à prossecução desse projecto.

Uma breve análise genérica da proposta de lei do Plano e do Orçamento para 1979 evidenciam essa conclusão.

Em relação às Grandes Opções do Plano, importa sublinhar, antes de mais, a dificuldade em que está colocado qualquer analista face ao texto rudimentar, incoerente e tecnicamente pobre no qual o Governo formula a sua proposta. São de resto claras as conclusões a tirar dos pareceres formulados pelo Conselho Nacional do Plano a propósito das propostas do Governo.

Sem obedecer a um padrão estrito, o I e II Governos habituaram esta Assembleia a dispor de propostas de Grandes Opções de Planos Anuais relativamente fundamentadas e justificadas. As propostas do Governo para 1979 representam, quer na sua formulação, quer na sua fundamentação, uma perda de qualidade e de critério face às propostas das Grandes Opções para os Planos anuais de 1977 e 1978.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A análise factual da proposta do IV Governo face aos trabalhos produzidos pelo I e II Governos e das rudes críticas verbalistas que então sofreram nesta Assembleia por parte dos partidos da oposição permite-nos a interrogação sobre os malabarismos a que terão de recorrer agora os partidos mais próximos do actual Governo para encontrarem a justificação plausível de apoio às propostas do Governo.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — A crítica ao Plano não se baseia numa mera apreciação qualitativa da política económica incoerente que traduz. Tem a fundamentá-la critérios objectivos:

A falta de um diagnóstico preciso sobre a situação económica do País e sobretudo total ausência de uma estratégia de ataque à crise;

A inadequação das opções essenciais da política económica e financeira a prosseguir em 1979, na formulação das quais não se definem claramente as prioridades, nem se compatibilizam as respectivas políticas globais;

A ausência de definição de medidas de política que dessem credibilidade às opções que desarticuladamente se formulam na proposta de lei relativa ao Plano para 1979.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgamos necessário con-

siderar, embora de forma sumária, com mais algum detalhe cada uma destas posições críticas.

Em primeiro lugar, no que respeita à situação económica, o Governo prescinde de formular qualquer diagnóstico preciso sobre a actual caracterização da economia portuguesa, sobre os problemas de fundo de carácter estrutural, sobre a evolução conjuntural, sobre as dificuldades criadas pela crise internacional, enfim, sobre as possibilidades e perspectivas da nossa economia.

Por outro lado, o Governo parece ignorar a evolução recente da situação económica, os seus pontos críticos e os pontos positivos.

Como é possível ignorar nas grandes opções as principais dificuldades de carácter estrutural, ou conjuntural, que persistem na nossa economia e os progressos ou retrocessos verificados ao nível dos principais aspectos caracterizadores da nossa situação económica. Como é sobretudo possível ignorar os resultados conseguidos, ou as situações não resolvidas, para formular os grandes objectivos a nível do Plano para 1979.

Conviria que ao País e a esta Assembleia fossem ditos, não apenas as dificuldades que o País atravessa e vai continuar a atravessar, mas também o progresso conseguido de 1976 para cá, na recuperação da economia.

São conhecidos os pontos fracos:

Elevado nível de *deficit* nas nossas relações com o exterior, acompanhado de forte desequilíbrio nas finanças públicas;

Taxa de inflação persistente e superior ao dobro da média dos países da OCDE;

Desemprego relativamente significativo e muito sensível à evolução de curto prazo.

São conhecidas as razões de algumas dessas dificuldades, mas importaria também revelar os aspectos positivos conseguidos a partir de 1976, na sequência da grave crise económica de 1974/75, anos em que, como se sabe, a produção nacional sofreu um forte decréscimo, enquanto o rendimento disponível aumentava significativamente, provocando distorções graves na estrutura do consumo, sem a necessária contrapartida na estrutura produtiva.

A produção nacional, não obstante as dificuldades existentes na agricultura, aumentou em 1976 e 1977 acima da média dos países da OCDE, o investimento recuperou significativamente, em particular em 1977, corrigindo em parte uma estrutura de consumo deteriorada em 1974 e 1975. As exportações iniciaram também a sua recuperação, com efeitos sensíveis já em 1977 e 1978, que permitiram registar uma melhoria nos desequilíbrios da balança com o exterior. Foi finalmente possível nesse período realizar uma política correctiva da distribuição do rendimento e preparar a progressiva redução da inflação.

Isto para sublinhar que não aceitamos a leitura derrotista e maniqueísta da realidade económica portuguesa. Persistem as dificuldades, mas foi percorrido um caminho. Sem essa perspectiva não é possível pedir sacrifícios ao povo português, nem se compreenderá certas medidas de contenção e austeridades que justificadamente serão necessárias no futuro próximo.

O Governo não explica as melhorias, nem analisa as causas da persistência de determinadas dificuldades face à evolução recente da nossa economia. Sem esse diagnóstico e sem a explicitação de uma estratégia para vencer a crise, como pode o Governo querer tornar críveis as suas propostas?

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — A afirmação simplista, repetidamente feita pelo Governo, quanto às suas teses desenvolvimentistas é, neste contexto, não apenas inconsistente, mas ridícula.

Em segundo lugar, a proposta das Grandes Opções para o Plano de 1979 são de rejeitar porque revelam uma total inadequação das opções que faz para a política económica e financeira a prosseguir neste ano, e porque não define nem compatibiliza as políticas globais que lhe estão subjacentes.

Com efeito, e a título meramente ilustrativo, não tem credibilidade possível pretender um crescimento do produto de cerca de 3% em 1979, com a manutenção do *deficit* externo a um nível inferior a 50 milhões de contos e, simultaneamente, afirmar que não será agravado o desemprego e, mais ainda, que a inflação será contida ao nível de 18%. Se, além do não agravamento do *deficit*, a prioridade for a contenção da inflação, então não se pode prometer ao País um crescimento de 3%, nem a manutenção do actual nível de emprego.

Mais grave ainda é a quantificação de um crescimento da ordem dos 3% e a manutenção das actuais medidas monetárias de estabilização, sem que, ao mesmo tempo, seja feita a definição de uma política complementar de acções selectivas. Nesse contexto não é difícil predizer que o prosseguimento em bruto da política actual conduzirá em 1979 a um crescimento muito inferior à meta dos 3% e ao aumento significativo do desemprego e provavelmente até ao agravamento da inflação.

Em terceiro lugar, a proposta das Grandes Opções do Plano para 1979 não merece o nosso apoio porque não fornece um quadro coerente e consistente das principais medidas da política económica que dêem suporte às propostas já de si desarticuladas das Grandes Opções.

Na realidade, a proposta do Governo não nos diz, por exemplo, quais as medidas que se propõe adoptar para tornar possível o padrão de crescimento que entende necessário para o corrente ano. Quais os sectores produtivos que serão privilegiados pela política sectorial do Governo, com que apoios e de que forma? Do mesmo modo nada é dito quanto à política de rendimentos e preços que torne credível os objectivos enunciados. Ao contrário, quase é evidente a incompatibilidade entre os objectivos de manutenção ou melhoria do consumo privado com a limitação salarial proposta

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, a pretensão de contenção dos preços de molde a que o nível de inflação não ultrapasse os 18% não se poderá atingir apenas com a contenção dos salários quando se sabe que na estrutura de preços implícitos do PIB os factores dominantes são actualmente a remuneração do capital e os preços de importação. Do mesmo modo, face ao padrão do crescimento, o Plano não define uma política de emprego. Trata-se de uma área que justificaria uma análise bem mais detalhada, a que procedemos em oportunidade próxima.

Finalmente, o Governo não quis ou não pode formular ao nível das grandes opções as medidas de política financeira, com vista ao restabelecimento dos grandes desequilíbrios existentes nas estruturas produtivas, a nível interno, e, nos seus reflexos, a nível da balança com o exterior.

Igualmente a opção de equilíbrio do Orçamento corrente para 1979 não tem subjacente, no Plano, a definição de uma política fiscal e de despesas públicas coerente, como teremos ocasião de referir adiante a propósito da proposta de lei do Orçamento para 1979.

De igual modo julgamos ser omissão grave na proposta do Governo, relativa às Grandes Opções do Plano para 1979, a completa ausência de indicações quanto às orientações de base a prosseguir na elaboração de um plano de médio prazo que, em cumprimento do seu Programa, o Governo deveria iniciar em meses próximos.

Essa questão liga-se, por outro lado, com a problemática da adesão de Portugal à CEE e com o prosseguimento das

negociações. Também nesta área a proposta de lei do Governo não conseguiu apresentar sequer as grandes linhas da orientação que será prosseguida no âmbito da política económica para preparar a nossa adesão à Comunidade Europeia.

Finalmente, as Grandes Opções não indicam qual o âmbito de política de investimento que o Governo quer prosseguir em 1979. É verdade que se afirma a necessidade de rever os projectos de investimento das empresas públicas. Mas que projectos e quais os critérios para realizar essa revisão?

Pretende-se que o investimento aumente em 1979, cerca de 5% em termos reais. Pois então talvez fosse útil a indicação do volume de investimentos que o Governo aceita realizar através do sector público empresarial e o volume de investimentos que espera ver realizado pelo sector privado. E que medidas se propõe o Governo adoptar para conseguir motivar os empresários públicos e privados a investir? O que será uma política "desenvolvimentista" sem política de investimento?

No que se refere ao Orçamento para 1979, Sr Presidente e Srs. Deputados, também a posição do meu grupo parlamentar não pode deixar de ser expressamente crítica, não tanto já apenas por razões qualitativas, em especial pela deficiente filosofia de orientação orçamental que revela, mas também pelas opções políticas formuladas no que se refere às finanças locais e ao imposto extraordinário sobre o 13.º mês.

A orientação em que assenta a política orçamental expressa na proposta de lei do Governo traduz a preocupação de conseguir em 1979 o equilíbrio do orçamento corrente do sector público e administrativo. Trata-se, já o dissemos, de uma orientação que basicamente consideramos correcta e que esteve na base dos esforços realizados pelo I e II Governos para a redução e eliminação dos defeitos correntes dos Orçamentos do Estado, mas que em nosso entender se encontra traduzido na proposta do IV Governo em soluções cuja adequação e critério não são aceitáveis.

**O Sr. António Aniaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Com efeito, e tal como se regista no parecer da Subcomissão Parlamentar que analisou a proposta do Governo, "o equilíbrio orçamental terá de ser conseguido não apenas através do aumento drástico da carga fiscal, nem tão-pouco exclusivamente através do corte cego das despesas, mas antes através de um conjunto de medidas que conjugue a contenção possível das despesas correntes menos justificadas com agravamentos fiscais moderados e equilibrados".

Ora, em nosso entender, não se encontra, por um lado, demonstrado que o Governo tenha feito o esforço adequado de redução das despesas correntes, antes pelo contrário, se evidenciam na proposta orçamental elementos inequívocos de que tal preocupação não foi prosseguida até onde seria possível.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E também não está evidenciado, por outro lado, um esforço de recuperação das cobranças fiscais em atraso (existem cerca de 8 milhões de contos de impostos com cobrança em atraso), nem tão-pouco garantido o combate à evasão e à fraude fiscais.

Deste modo, e a nosso ver, não se encontra justificada de forma inequívoca e criteriosa nos termos da proposta do Governo a necessidade do recurso a um imposto extraordinário para equilíbrio do orçamento corrente, pelo que votaremos contra a aprovação desse imposto.

*Aplausos do PS.*

O meu grupo parlamentar considera possível a adopção

de outras medidas de contenção das despesas correntes, cuja aplicação proporá em alternativa ao texto do Governo, para votação na especialidade.

Deixaremos de lado uma apreciação detalhada das despesas, não sem referir que faremos nossa a apreciação contida no relatório da Subcomissão quando se refere que a contenção das despesas correntes não foi levada tão longe quanto seria possível. Do mesmo modo, julgamos insuficiente a caracterização da medida a adoptar para financiar o *deficit* nas condições referidas pelo Governo.

Finalmente, e ainda no âmbito do Orçamento, queremos deixar claro que não podemos aceitar a solução proposta pelo Governo para as finanças locais, pelo que o meu grupo parlamentar apresentará para votação na especialidade um novo texto para o artigo 8.º que dê cumprimento ao disposto na Lei n.º 1/79.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Será, no entanto, nossa preocupação que a solução proposta não contribua para o agravamento do *deficit* corrente, pelo que haverá que proceder às transferências necessárias a partir das dotações actualmente consignadas aos diversos ministérios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: — A qualidade e a fundamentação subjacentes às propostas de lei do Plano e do Orçamento apresentadas pelo IV Governo a esta Assembleia não podem merecer o apoio do meu grupo parlamentar. Julgamos que expusemos com clareza as razões que nos colocam nessa situação. É preciso que fique bem claro que é a própria incapacidade revelada pelo IV Governo que nos conduz a esta posição, não obstante a preocupação que tem sido a nossa de evitar o agravamento gratuito da nossa situação política.

Quererá entretanto o Governo reformular as grandes opções do Plano, clarificando o modelo económico que quer propor ao País? Quererá o Governo aceitar alterações indispensáveis no Orçamento, designadamente no que se refere à aplicação da Lei das Finanças Locais e às medidas necessárias à eliminação do *deficit* corrente?

Numa demonstração de atitude de oposição crítica, mas responsável, o meu grupo parlamentar apresentará propostas concretas de alteração na especialidade ao Orçamento, designadamente nessas duas áreas para nós fundamentais, que julgamos poderem constituir soluções de superação das maiores deficiências reveladas na proposta do Governo.

O prosseguimento do debate permitirá ainda que, em relação às grandes áreas da política económica, sejam expressas as nossas posições sobre algumas outras questões postas pela proposta do Governo.

Esperamos que, em paralelo, o prosseguimento do debate permita também esclarecer melhor as intenções do Governo, a sua capacidade de resposta aos grandes problemas que o País defronta, e possibilite que o julgamento desta Assembleia possa ser feito com serenidade e na base de um esclarecimento mais profundo da capacidade política do actual Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação do País exige ponderação e serenidade no debate político em curso nesta Câmara sobre as linhas gerais que o Governo equaciona, a nosso ver de forma deficiente e não justificada, mas exige também que o País fique elucidado sobre a validade das propostas do Governo e sobre a sua capacidade de superar a crise.

O nosso julgamento final ponderará os resultados conseguidos neste debate, mas não se afastará de uma linha de fundo que tem a ver com o projecto que defendemos para a sociedade portuguesa: uma sociedade mais justa, mais rica e mais fraterna, uma sociedade livre e democrática.

O nosso julgamento não poderá deixar por isso, também de ter em conta a incapacidade que, pela sua prática, o Governo vem revelando, no sentido de construir uma saída

compatível com a construção desse projecto que defendemos para a sociedade portuguesa.

#### *Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. Secretário de Estado do Tesouro (António de Almeida): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na apreciação das grandes opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1979, entendeu o Governo de interesse prestar alguns esclarecimentos sobre as empresas públicas, pois às mesmas prevê-se afectar este ano apoios financeiros através do Orçamento da ordem dos 19 milhões de contos e ascendem a muitas dezenas de milhões de contos as responsabilidades já assumidas.

Trata-se de uma matéria frequentemente citada e sobre a qual nem sempre se tem efectuado a necessária análise em termos estritamente quantificados e objectivos.

É conhecida do povo português a importância que o sector público empresarial assume na estrutura produtiva da economia portuguesa, de tal modo que hoje o Estado é titular de aproximadamente cem empresas públicas e detém participações significativas em cerca de duzentas, sendo responsável, desse modo, pelo funcionamento e eficiência de sectores básicos da economia nacional, tais como: banca, seguros, indústria pesada, cimentos, transportes, etc.

Desse modo, é aceitável o facto de os sucessivos Governos terem afectado a este importante e fundamental sector verbas consideráveis e levado o Estado a assumir avultadas responsabilidades, tanto na ordem interna como na ordem externa.

#### *I — Situação financeira nas empresas públicas:*

Para uma mais correcta percepção da situação financeira das empresas públicas e para facilitar o enquadramento do problema, passo a indicar alguns valores (os que foi possível obter) reportados à situação verificada em 31 de Dezembro de 1978:

a) As comparticipações do Orçamento Geral do Estado, desde 1975 até 1978, totalizaram 42,4 milhões de contos, sendo 26,3 para subsídios e 16,1 para dotações de capital.

A estes números há que acrescentar ainda os subsídios atribuídos pelos vários fundos autónomos, com destaque para o Fundo Especial de Transportes Terrestres;

b) Em matéria de avales, o Estado havia assumido 52,3 milhões de contos de responsabilidades, sendo 7,7 milhões na ordem interna e 44,6 na ordem externa.

Dado que nos dois primeiros meses de 1979 foi necessário conceder avales no valor de cerca de 11 milhões de contos, por virtude da conclusão de negociações anteriormente iniciadas, o total de avales prestados pelo Estado a empresas públicas orça pelos 70 milhões de contos, dos quais cerca de 56 respeitam a operações externas.

Na análise desta componente há que ter presente que em alguns casos é elevada a possibilidade de o Estado vir a ser chamado a honrar os seus compromissos com o consequente agravamento da sua tesouraria.

Aliás, todo este problema dos avales do Estado merecerá a curto prazo cuidada ponderação, apesar de — justo é realçá-lo — significativos progressos terem sido feitos a partir de 1977;

c) O saldo dos avales prestados pelos vários fundos autónomos e empresas públicas totalizava 6,6 milhões de contos.

De registar que também nesta matéria é muito elevada a possibilidade de o Estado vir a ser chamado a honrar os compromissos assumidos, tanto pela situação difícil das empresas beneficiárias dos empréstimos, na maioria pertencentes ao sector dos transportes, como pela manifesta incapacidade financeira dos fundos autónomos envolvidos;

- d) Não foi possível determinar com rigor a dívida global das empresas públicas para com o sistema bancário, mas, dum amostra constituída pelas dezóito empresas mais significativas, indica que estas deviam à banca, em 31 de Dezembro de 1978, cerca de 115 milhões de contos;
- e) Não existem, com referência a 31 de Dezembro de 1978, estatísticas que nos permitam apresentar com segurança números sobre a dívida externa das empresas públicas do sector produtivo. No entanto, uma estimativa prudente indica que tal dívida não era inferior a cerca de 80 milhões de contos, valor que nos primeiros meses deste ano sofreu empolamento considerável. Podemos, pois, estimar que a dívida exterior destas empresas anará entre os 85 e os 90 milhões de contos.

Não obstante a preocupação que tais números legitimam, é justo realçar que algumas empresas públicas gozam de acentuada credibilidade, de tal modo que lhes permite efectuar operações nos mercados financeiros internacionais, sem necessidade de recurso ao aval do Estado ou mesmo ao aval bancário:

- f) Não se encontram disponíveis, do ponto de vista quantitativo, os resultados das empresas públicas relativos ao exercício de 1978.

Numa perspectiva meramente qualitativa, deve salientar-se que se prevêem: a acentuação dos resultados positivos nas empresas do sector financeiro (banca); a recuperação dos resultados das empresas industriais; e a manutenção do *deficit* global das empresas do sector transportador.

Antes de continuar, torna-se necessário esclarecer que as verbas referidas nas alíneas anteriores, apesar de impressionantes e preocupantes, não são adicionáveis. Isto para evitar tentação de por esta via se extraírem conclusões menos correctas.

## *II — Ações conducentes ao restabelecimento de equilíbrios fundamentais:*

Os números revelados são, em parte; fruto de desequilíbrios económicos e financeiros que urge ultrapassar.

Nesse sentido, embora se reconheça que nem todos os equilíbrios fundamentais possam ser alcançados a curto prazo, considera-se importante que a generalidade das empresas públicas criem excedentes e não continuem a constituir núcleos de acumulação de prejuízos, com exceção, naturalmente, das que prosseguem objectivos de natureza social — casos de algumas transportadoras —, ou se encontrarem afectadas por conjunturas desfavoráveis — caso dos estaleiros de construção naval.

Torna-se agora necessário referir que o IV Governo Constitucional considera que as empresas públicas têm de constituir um elemento vital para o progresso económico e social do País, pelo que não podem deixar de ser apoiadas, naturalmente, dentro de esquemas de recuperação e expansão realistas, sem se criarem situações de favoritismo, quando, nos sectores se confrontem com a concorrência de empresas não públicas. É, pois, um imperativo nacional estruturá-las e geri-las adequadamente.

Por outro lado, as empresas públicas podem, pela via do investimento, conduzir, a médio prazo, à normalização de

alguns sectores da vida económica nacional, tornando-se, no entanto, indispensável que as mesmas promovam os seus investimentos dentro de um plano previamente estabelecido, o que nem sempre tem sucedido. A descoordenação dos investimentos em geral e das empresas públicas em particular poderá constituir um dos factores causadores da degradação da sua situação financeira.

Considera o Governo que a discussão sobre as empresas públicas tem de ser feita não apenas à luz de critérios políticos ou programáticos, mas fundamentalmente com base nos resultados económicos e sociais alcançados.

Foi em obediência a essa orientação que o Governo se tem debruçado sobre este problema e algumas decisões têm sido tomadas, nomeadamente nos domínios da programação dos investimentos e da criação de estruturas de acompanhamento, controlo financeiro e apoio das empresas públicas.

Já aqui foi afirmado que uma das principais preocupações deste Governo é tentar evitar o agravamento da situação financeira do País, que, como é do conhecimento geral, se considera preocupante tanto em termos de curto como de médio prazo.

Entende-se que esse objectivo poderá ser facilitado através de medidas que permitem alcançar alguns equilíbrios fundamentais, tanto de natureza económica como financeira.

No que se refere às empresas públicas, tais equilíbrios passam necessariamente por uma multiplicidade de acções integradas, das quais julgo dever destacar as seguintes:

- Correcta programação, avaliação e financiamento dos investimentos;
- Adequada fixação de objectivos;
- Actualização dos preços de alguns produtos e serviços;
- Saneamento e reestruturação financeira;
- Acréscimo de produtividade;
- Não partidarização dos órgãos de gestão.

## *III — Verbas inscritas no OGE para 1979:*

No que concerne ao Orçamento Geral do Estado para 1979, incluíram-se verbas significativas destinadas a empresas públicas que totalizam 17,5 milhões de contos, sendo 6 milhões para subsídios e 11,5 milhões para aumentos de capital estatutário.

Valor semelhante havia sido inscrito no Orçamento Geral do Estado para 1978, mas com uma repartição diferente — 10,8 milhões de contos para subsídios, com destaque para a CP, a Navis, Rodoviária Nacional e a Setenave, e 7,3 milhões para aumentos de capital, salientando-se aqui a RDP, a CP, a RN, a Quimigal e a CNP.

Porquê esta alteração de política?

As principais razões que levaram o Governo a reforçar as dotações para aumentos de capital são as seguintes:

No âmbito do Plano de Investimento ao Sector Empresarial do Estado para 1978 o investimento total das empresas públicas andou pelos 31 milhões de contos. Se considerarmos como normal um grau de cobertura de capitais próprios da ordem dos 25%, seriam necessários cerca de 8 milhões de contos. Como no O.G.E. de 1978 só se atribuíram cerca de 4 milhões para este efeito, estava-se perante uma falha que é necessário atenuar, visto que a sua total resolução num único exercício se mostra claramente intingível pelos reflexos no *deficit* do O.G.E. para 1979 e nos investimentos programados para este ano.

Aliás, em 1978 assumiram-se compromissos da ordem dos 5 milhões de contos para reforço do capital de empresas públicas, os quais não chegaram a ser concretizados, porventura para não agravar o *deficit* do orçamento daquele exercício;

Por outro lado, espera-se que para 1979 se assinem novos acordos para o reequilíbrio económico e financeiro de algumas empresas — casos da CP, Setenave, TAP, etc. —, o que obrigará à afectação de verbas para aumentos de capital;

E, por fim, é ainda necessário reservar uma parte para acções a lançar no ano de 1979, sob pena de nos especializarmos no adiar da resolução dos problemas e no antecipar da assunção de encargos, deixando para os governos seguintes a sua liquidação.

Relativamente à verba inscrita para subsídios — 6 milhões de contos —, interessa salientar o seguinte:

Tem-se perfeita consciência de que a manter-se o sistema dos anos anteriores esta verba será insuficiente para fazer face às necessidades das empresas públicas mais acentuadamente deficitárias no passado recente; basta referir que nos dois primeiros meses de 1979 foram já atribuídos subsídios no montante de 1,5 milhões de contos;

O Governo interroga-se, tal como o povo português, onde se encontra a fronteira do admissível na subsidiização das empresas públicas, com o natural agravamento da carga tributária a suportar por todos os portugueses;

É que a subsidiização de empresas públicas que não seja acompanhada nas mesmas por medidas de racionalização dos seus investimentos, da sua gestão, da sua estrutura interna e organização, da tomada de medidas incentivadoras da sua produtividade e da redução do absentismo para níveis aceitáveis e, por fim, da instalação de um verdadeiro clima de austeridade, é uma forma talvez cómoda, mas incorrecta, de atacar o problema e gravemente injusta para a grande maioria dos portugueses, particularmente para as gerações vindouras.

Assim, a substancial redução dos subsídios destinados a empresas públicas constitui um teste ao próprio Governo, às administrações, aos quadros e aos trabalhadores das mesmas, no sentido de se procurarem as soluções mais adequadas que permitam a prazo trazer os subsídios para níveis aceitáveis, já que não é possível a sua completa eliminação.

Se, no entanto, por razões de ordem variável, a verba de 6 milhões de contos continuar a ser utilizada ao ritmo de 1978, a mesma só durará até Junho-Julho, altura em que se tornará indispensável tomar decisões de fundo sobre esta matéria. Até lá, haverá tempo de recolher informações mais precisas sobre empresas públicas e conhecer a disposição dos vários agentes envolvidos quanto à sua recuperação ou manutenção por prazo indefinido à mesa do Orçamento em níveis indesejáveis.

Será essa certamente a altura adequada para uma discussão aberta e completa sobre o sector empresarial do Estado, sobre as suas potencialidades e estrangulamentos, parecendo a este Governo que caberá à Assembleia da República defrontando-se com as suas responsabilidades nacionais, um papel de ajuizamento, de definição e de coragem na resolução de um problema que afecta todos os portugueses.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Como o Sr. Secretário de Estado do Tesouro reconheceu na sua intervenção, a situação difícil de algumas empresas nacionalizadas deve-se ao facto de elas se encontrarem numa situação de desfavor quanto à fixação de preços — numa situação de desfavor porque são obrigadas a ter preços sociais, porque nalguns casos lhes foi imposto o financiamento externo, sofrendo com a desvalorização do escudo, e, porque, tendo de recorrer ao crédito, com elevadas taxas de juro, como é evidente, isso vai-se reflectir nos seus resultados.

Aliás, em parte as dificuldades devem-se a alguns gestores, que são os mesmos do antigamente, são os "testas de ferro" dos grandes grupos económicos, e, portanto, o carinho que "votam" às empresas nacionalizadas é conhecido do povo português.

Porém, posto isto, estamos de acordo em que, de facto, a elevação do capital dessas empresas — e não subsídios — é importante. Mas, se não se modificar este estado de coisas, é evidente que estes "subsídios" inscritos no Orçamento Geral do Estado não são suficientes, como, aliás, o Sr. Secretário de Estado reconhece. E para as empresas transportadoras é manifestamente insuficiente.

Bem, mas a pergunta que eu formulo é a seguinte: o Governo tenta modificar algumas destas situações ou o Governo procura simplesmente elevar o capital destas empresas para que elas o utilizem na gestão corrente, como sucederá no caso dos transportes, ou efectivamente o Governo quer, por palavras e actos, apoiar o sector nacionalizado do Estado que é, na verdade, o motor da economia portuguesa, porque aí se encontra o núcleo das indústrias básicas?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Secretário de Estado, gostaria, em primeiro lugar, de manifestar-lhe o apreço com que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ouviu a forma serena e objectiva como descreveu e caracterizou a situação das empresas públicas, em contraste com a demagogia que, a um lado e outro do espectro político nacional, se tem feito ouvir a este respeito, normalmente não permitindo uma análise lúcida das questões.

Esse apreço, no entanto, não impede que manifeste a minha estranheza pelo facto de, na parte final da sua intervenção, o Sr. Secretário de Estado não ter caracterizado sectorialmente os montantes dos subsídios, sobretudo para que pudéssemos ter ficado com uma ideia mais concreta acerca de quais os montantes envolvidos que abrangem obrigações de serviço público e de quais aqueles que eventualmente estarão a cobrir deficiências de gestão que importa corrigir a curto prazo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Ouvimos com toda a atenção a intervenção do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, porque, além de tudo o mais, foi serena e procurou ser objectiva.

Há, entretanto, uma questão que nos preocupa. Para além de estarmos de acordo que é necessário sanear muitas das empresas do sector público que têm uma composição, na sua estrutura financeira, muito má, tendo herdado muitas delas essa composição, e que é necessário dotá-las de capital próprio adequado — com o que estamos de acordo —, há a questão dos subsídios que, quanto a nós, não ficou clara.

Assim, temos para nós que o Governo pensa da seguinte maneira: para já vamos apertar os cordões à bolsa, vamos ver o que sucede, e depois se verá o que tem de se fazer. O Governo propõe mesmo que no meio do ano esta Assembleia assuma as suas responsabilidades.

Ora, o que nos parece é que deveria haver um estudo adequado e que não é por se dar pouco que se gasta pouco. Há serviços que têm de se prestar e, portanto, o que o Governo deveria ter era a noção exacta de qual era a parte de subsídios que deveria ser coberta e qual a que, em seu entender, não o deveria, por qualquer deficiência. Então, sim, a Assembleia poderia aprovar ou não aquilo que o Governo lhe dissesse.

Não nos parece bom método — insistimos — que o Governo se limite a dizer: desta vez vão ver o vosso orçamento de

subsídios cortado e vamos ver como se comportam e lá para o meio do ano então veremos qual é a situação. Parece-nos que isto não é método de gestão. Aliás, o Governo, ao proceder assim, só dará um exemplo de má gestão.

A este propósito, gostaria que o Sr. Secretário de Estado, se pudesse, esclarecesse mais alguma coisa.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Secretário de Estado do Tesouro pretende responder já ou no fim?

**O Sr. Secretário de Estado do Tesouro:** — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira Lima.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Em intervenção proferida em 2 de Fevereiro de 1979, nesta Assembleia, chamava-se a atenção do IV Governo de que o II Governo Constitucional — passo a citar — “deu instruções e fez iniciar os trabalhos das comissões de apreciação dos acordos de saneamento económico e financeiro para os Serviços de Transportes Colectivos do Porto e a TAP, no sector dos transportes; a Companhia das Lezírias, no sector da Agricultura; a Docapescas, a Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Alto, a Sociedade Nacional dos Armadores do Bacalhau, a Companhia Portuguesa de Pesca e a Pescrus, no sector das pescas; a Setenave, no sector da indústria; e a RTP, no sector da comunicação social.”

Acabava esta informação, que aqui proferi, requerendo ao Governo algumas informações que até à data não foram dadas.

Assim, aproveitando esta oportunidade, passo novamente a citar:

É intenção do Governo rever o Decreto-Lei n.º 353-C/77 e legislação complementar?

Se é intenção do Governo proceder a esta revisão, em que sentido? Poderá o Governo esclarecer por que é que todos estes acordos que estavam preparados e em vias de concretização, nomeadamente no sector dos transportes, não tiveram seguimento, como se previa?

Por último, e uma vez que o meu colega António Guterres já falou do importante problema de distinguir as obrigações de serviço público nos prejuízos das empresas de transportes — nomeadamente, insisto, não é lícito afirmar que as empresas de transportes tiveram 15 milhões de contos de prejuízo em 1978, sem paralelamente se quantificar a obrigação de serviço público —, aproveitava a presença de V. Ex.a para lhe solicitar, se possível, que esclarecesse a Câmara acerca de um problema que muito tem sido falado e pouco concretizado. Passo novamente a citar:

É, aliás, também importante que o IV Governo Constitucional esclareça devidamente a opinião pública sobre o comportamento das empresas públicas face ao limite de expansão do crédito interno negociado com o Fundo Monetário Internacional.

Tendo essa expansão sido fixada em 20%, as últimas estimativas de que dispomos apontam para o crescimento de 21% para o endividamento bancário das empresas públicas, o que, caso se confirme, revela claramente que os bancos nacionalizados não privilegiaram as empresas públicas na concessão de crédito, ao contrário do que se tem afirmado ou, pelo menos, insinuado.

Esta intervenção acabava em requerimento, nos termos constitucionais e regimentais — passo novamente a citar:

Pode o Governo informar qual é o valor exacto do

crescimento do endividamento bancário das empresas públicas no ano de 1978?

Eram estes os esclarecimentos que nós muito lhe agradecímos fossem prestados.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Gomes.

**O Sr. Sousa Gomes (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente e em complemento das questões colocadas pela minha bancada, queria manifestar, antes de mais, o nosso apreço pela orientação que vemos finalmente adoptada em relação às dotações de capitais para as empresas públicas e pela análise hoje produzida pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

Gostaria, no entanto, de pedir ao Sr. Secretário de Estado que confirmasse se é válida ou não a conclusão que nos parece possível tirar da sua exposição, de que existem problemas na exploração de algumas empresas públicas, mas que não pode ser feito um julgamento sumário e genérico de todo o sector público.

É ou não verdade que existe um sector público com dificuldades, nomeadamente o sector ligado aos transportes, onde existe um problema de preço social, do custo efectivo do serviço prestado, existindo, em paralelo, no sector empresarial, empresas públicas que têm revelado, a par de dificuldades pontuais, como é o caso da construção naval, uma situação que não pode ser definida nem caracterizada, da mesma forma, degradante e de má gestão?

O Sr. Secretário de Estado poder-nos-ia dizer também o que se passa em relação aos excedentes do sector bancário. Existem ou não excedentes formados nesse sector, e de que montante? Existem ou não, face às dificuldades previsíveis de obtenção de pagamento de créditos, provisões feitas ou em curso que tornam essa situação também relativamente estável e segura?

Queria finalmente perguntar se o problema da comunicação social — que, a nosso ver, é grave — poderá, ele próprio, servir de exemplo para a caracterização que de certo modo tem sido atribuída à má gestão do sector público empresarial.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

**O Sr. Secretário de Estado do Tesouro:** — Bem, procuraria responder com os elementos que aqui tenho, mas se não responder a todas as questões haverá decerto outra oportunidade para o fazer.

Não seguirei a ordem das perguntas, como aliás é natural.

Quanto aos subsídios por sectores, tem interesse revelar como foi feita esta repartição, porque permite um juízo mais perfeito.

No que diz respeito aos subsídios não reembolsáveis para cobertura de déficits de exploração, reportando-me ao exercício de 1978, a parte maior coube ao Ministério dos Transportes e Comunicações. Cerca de 8 200 000 contos destinam-se à subsidiaria de empresas de transporte, enquanto às empresas do sector industrial se destinaram apenas 1 400 000 contos e às do Ministério da Comunicação Social 520 000 contos. Portanto, a grande percentagem coube ao sector dos transportes.

No que se refere às dotações de capital, a repartição foi sensivelmente igual: 2 670 000 contos para o sector dos transportes e 2 560 000 contos para o sector industrial.

Quanto à metodologia indicada na minha exposição, de deixar correr os subsídios até Junho, chegar a Junho e ver a bolsa vazia e depois vir à Assembleia perguntar como é, devo dizer que não é esse o sentido do Governo nem é esse o esquema que o Governo quer adoptar. O que nós temos é perfeita consciência de que não é fácil para nenhum gover-

no conseguir fazer infletir num mês ou em dois um determinado sentido que se verifica nas empresas públicas que estão a ser subsidiadas. Nós estamos conscientes de que alguma coisa é possível fazer, mas essa recuperação durará alguns anos. Desde 1975 que se subsidiam essas empresas. Nessa altura não sei que medidas foram tomadas. Em 1976 elas foram também subsidiadas. Alguma coisa foi feita, mas também se recorreu ao crédito bancário para poder tapar alguns buracos e poderemos dizer que, a partir de 1977-1978, se começaram a tomar algumas medidas no sentido de se conseguir um reequilíbrio racional das empresas públicas.

O que o Governo julga é que, se deixar correr os subsídios livremente, sem uma acção muito firme por parte da tutela, sem uma acção muito firme por parte dos conselhos de gestão, nós corremos, de facto, o risco de não sermos capazes de encontrar a solução que permita estancar esta sangria até aos meses de Junho-Julho. O que nós fazemos é um desafio a todas as partes envolvidas, no sentido de permitir encontrar a solução.

Pessoalmente, estou convencido de que se vão aplicar estes milhões de contos e de que em Junho, Julho ou Setembro vai ser necessário um reforço para esta verba. Mas diferente seria se o Governo atribuisse verbas logo à partida, permitindo uma certa gestão fácil e mole, e não fossem tomadas as medidas julgadas convenientes.

Quanto à pergunta sobre o crédito bancário às empresas públicas, penso que é altura de esclarecer esta Assembleia de que, apesar de o sector empresarial do Estado representar um peso importante na vida económica deste país, não existe nada que faça o acompanhamento das despesas públicas. Portanto, gostaria de poder responder, mas esses números não existem.

O número do endividamento de 115 milhões de contos relativamente a dezoito empresas foi conseguido através de inquéritos directamente junto das empresas e junto do Banco de Portugal. O próprio Banco de Portugal não faz a distinção entre empresas públicas e empresas não públicas, de modo que não tenho possibilidades de lhe responder.

De qualquer modo, lançámos as bases, há quinze dias, no sentido de ser possível dotar a máquina política deste país de um organismo que permita, a prazo relativamente curto, responder com certeza e segurança às questões que os órgãos de soberania têm necessidade de conhecer.

Quanto ao sistema bancário, refiri na minha exposição que ele apresenta uma acentuada melhoria, em termos de resultados positivos. Não contando com o Banco de Portugal, que é um caso especial e penso que não deve ser incluído nesta análise, os lucros líquidos devem ultrapassar em 1978 — embora as contas não estejam ainda fechadas — cerca de 3 milhões de contos.

É evidente que nesta soma temos de contabilizar à parte verbas apreciáveis de provisões — muitos milhões — que os bancos têm constituído no sentido de reforçar a sua estrutura financeira e poder ocorrer aos tais 95 milhões de contos de dívidas incobráveis e que, em determinada percentagem, ficam assegurados por esta técnica seguida no sistema bancário.

Bem, agora, embora não tenha tomado nota de todas as perguntas, creio seguir-se a questão quanto aos acordos de saneamento financeiro.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — O Sr. Secretário de Estado dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Deputado.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Peço desculpa, mas, uma vez que já foram apresentados pelo Governo dois valores substancialmente diferentes para os prejuízos das empresas de transportes em 1978, eu insistia em saber qual o valor e quais as obrigações de serviço público, já que, mais uma

vez, não é lícito indicar o montante do prejuízo sem a dedução prévia das obrigações do serviço público.

**O Orador:** — O Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações terá muito gosto em responder-lhe.

**O Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações (Marques da Costa):** — Sobre a dúvida levantada pelo Sr. Deputado Ferreira Lima, deve dizer-se que, de facto, excede ligeiramente os 14 milhões de contos o chamado *deficit* (entre aspas) do sector público dos transportes. Digo entre aspas, numa tentativa de resposta à segunda questão. É que, de facto, não se deve considerar como *deficit* efectivo aquilo que resulta das contas de exploração das empresas, e isto porque há que definir exactamente o que são os custos sociais dessas empresas, o que representa a parte social na definição desses custos. Embora havendo já um conjunto de ideias sobre a situação, esse aspecto ainda não está definitivamente arrolado, como também não está feita a definição da indemnização compensatória. Portanto, em cada caso e para cada empresa pública que presta um serviço social, deverá ser, de facto, definido o que é a indemnização compensatória, sem o que não se consegue definir — é um problema levantado pelo Sr. Deputado — aquilo que é uma boa ou má gestão. É um assunto que se mantém em estudo quanto aos transportes, havendo já uma proposta para definição das indemnizações compensatórias do sector, embora, de facto, exista uma evolução em algumas das partes mais sensíveis deste sector, uma solução sensivelmente melhorada dessas partes, nomeadamente no que se refere à Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, que tem sido talvez a empresa portuguesa mais atacada como empresa pública e de todos os serviços de transportes é efectivamente aquela que anda na boca de toda a gente. Ora, o que se pode dizer quanto à Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro é que ela atingiu já índices de exploração que a colocam em posição relativamente melhor que a posição de 1973. Essa posição não era, de facto, louvável, mas a empresa ultrapassou a fase difícil dos anos de 1974 e 1975 e a inflexão da situação sucedeu já em meados do ano transacto, isto em todos os aspectos — não apenas na exploração, como na tomada de algumas posições tendentes ao aumento da produtividade do pessoal e à exploração dos meios que tem à sua disposição. Portanto, não há uma resposta cabal ao Sr. Deputado sobre o que é o custo social em termos de definição efectiva. Quando tivermos definidas as indemnizações compensatórias, poderemos avançar.

Há ainda o ponto dos acordos de saneamento económico-financeiros celebrados com as empresas. De entre esses acordos, referem-se, no sector de transportes, os da Rodoviária Nacional e o problema da TAP e dos transportes colectivos.

Relativamente à TAP, o acordo está ultimado. Há uma proposta já feita que deve avançar, em termos definitivos, pelos próximos dias — aliás, acabei a sua leitura há muito poucos dias.

Relativamente ao serviço dos Transportes Colectivos do Porto, a situação não irá ter o mesmo andamento, porque aí coloca-se o problema das finanças locais. É um assunto que ainda está em estudo, tendo em conta o facto de não se ter constituído ainda o Serviço de Transportes Colectivos do Porto em empresa pública. A sua definição, também em termos de saneamento, ainda não está feita.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

**O Sr. Vice-Primeiro-Ministro:** — Ao encerrar este período de respostas do Governo relativamente à intervenção do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, gostaria de chamar a atenção da Câmara para o facto de a elucidada que aqui foi trazida — e que foi elogiada, por elementar justiça, por alguns Srs. Deputados — traduzir a preocupação deste Go-

verno manifestada nos mais variados contactos com os grupos parlamentares e na comparência perante esta Assembleia, procurando clarificar a sua acção, ao contrário do que dão a entender as críticas que muitas vezes recebe. O Governo procura ter uma acção transparente, comunicando à Assembleia da República os elementos de que dispõe.

Há ainda um outro facto, embora sob pena de parecer repetitivo, para o qual não posso deixar de chamar também a atenção da Assembleia. Quero referir-me à determinação dos custos sociais; ou seja, da medida em que algumas empresas públicas que prestam serviços de natureza social devem ser subsidiadas. Este Governo está a estudar, como disse o Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações, esse problema. Mas não se pode pedir tudo de uma vez só. Depois de quatro anos passados desde que essas empresas passaram a fazer parte do sector público, não será lícito exigir que em dois ou três meses, dada a multiplicidade das empresas que hoje constituem o sector público — e, como se sabe, são empresas de grande dimensão — tendo em conta as muitas preocupações simultâneas do Governo, este apresente o estudo que em quatro anos não foi feito. É também quanto a este aspecto que se pede a melhor compreensão da Assembleia, muito embora se tenham já iniciado os respectivos estudos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Apenas queria confirmar que foi com justiça que manifestámos o apreço pela forma objectiva como o Governo descreveu estas matérias. Só lamentamos que em outros sectores da actividade governativa essa objectividade não seja sempre patente.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo. Srs. Deputados: Os trabalhos estão suspensos. Recomeçaremos às 14 horas e 30 minutos.

*Eram 13 horas.*

*No recomeço da sessão assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 5 minutos.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia para uma intervenção.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Encontra-se esta Câmara a analisar e discutir as propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e das grandes opções do Plano para 1979.

Cremos bem que uma análise correcta e adequada desses documentos deverá ter em conta quer a situação que antecedeu a sua elaboração quer os objectivos que se apontam para o futuro.

Iludir ambas as perspectivas, centrar a análise nas propostas que nos são presentes sem ter em conta os cenários retrospectivo e prospectivo que lhes servem de suporte não é a atitude mais consequente e correcta. O ano de 1979 tem antecedentes que não devem ser ignorados, nem podem ser menosprezados.

Uma política ruinosa e anárquica em 1975, que descapitalizou as empresas, liquidou a poupança nacional e inibiu o investimento, agravando os desequilíbrios financeiros que se começavam a manifestar desde 1973. Uma deterioração que se acentuou nos anos seguintes, fruto, quer da política contraditória ou mesmo da ausência de qualquer política e que teve a sua expressão mais visível na inexistência de um Plano a Médio Prazo, quer na não manifestação de uma

vontade clara e firme que reflectisse um apoio parlamentar maioritário, sólido e estável à acção do Executivo.

1978 constituiu uma relativa pausa nesse processo, na exacta medida em que o II Governo aceitou e aplicou a política do FMI tendente ao saneamento da economia e das finanças portuguesas através de medidas que não se inseriam numa óptica desenvolvimentista.

Desse modo, o Plano e o Orçamento Geral do Estado para o corrente ano estão inevitavelmente condicionados pelas concepções traduzidas pelo acordo com o FMI, pelo financiamento de *deficits* orçamentais dos anteriores Governos, pelos encargos da descolonização e pelos erros, omissões e incapacidades que se verificaram no passado, sobretudo nos últimos anos.

O IV Governo tem, pois, de resolver, e sobretudo que pagar as contas que antes dele foram criadas.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Para referir um exemplo, os encargos da dívida pública e da descolonização representam em 1979 um dispêndio previsível de 39 milhões de contos, ou seja, mais do que o Estado prevê cobrar com a totalidade da contribuição industrial e os impostos profissionais, de capitais e complementar. Por outro lado, em 1978 agravou-se a situação financeira do Estado.

O Orçamento previu as receitas de um modo incorrecto ou não houve a capacidade de cobrar as previstas. Não se cobraram, por exemplo, cerca de 5,7 milhões de contos no imposto de transacções e o *deficit* do OGE foi superior em mais 23 milhões de contos relativamente ao previsto, atingindo 9% do PIB, dada a diminuição total das receitas em 27 milhões de contos.

Não pretendemos ser exaustivos, mas tão-só destacarmos alguns factos que devem fazer meditar as forças políticas responsáveis pela gestão e decisões do passado, que se reflectem no presente.

É que criticar violentamente o Governo quando este está tão fortemente marcado por decisões que não são suas, é no mínimo atitude contraditória e demagógica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Naturalmente, naturalmente.

O Orador: — Por isso não entendemos a generalidade das críticas do PS quando foi este um dos responsáveis pelo estado de coisas a que chegámos, e sobretudo o seu comportamento duplo, criticando tão levianamente um Governo que consentiu e consentiu.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Muito menos compreendemos o PCP. Foi a sua acção em 1974, e sobretudo em 1975, que levou à ruína de muitas empresas, ao desemprego que lhe sucedeu e à criação de expectativas desencorajantes do investimento e do consequente aumento de riqueza.

Vozes do PCP: — Não apoiado!

O Orador: — Só por ironia o PCP pode dizer que está ao lado dos trabalhadores, quando foi ele próprio que lançou a grande machadada no seu meio de sustento, ou seja, as empresas portuguesas que lhes dão trabalho.

Vozes do PCP: — Não apoiado!

O Orador: — Já se esqueceu o PCP de que foi a sua influência que determinou a queda da poupança a apenas 5,1 do produto interno bruto, quando em 1973 esse valor era percentualmente cinco vezes maior?

**O Sr. Cavalheira Antunes (PCP):** — O resto está na Suíça!

**O Orador:** — Já se esqueceu o PCP da quebra dramática de produção industrial nesse ano, arruinando as empresas e originando o desemprego que se lhe seguiu? Já se esqueceu o PCP das invectivas ao sector privado, conotando-o com o fascismo, o capitalismo selvagem e os sabotadores da economia?

**Vozes do PCP:** — É falso! É mentira!

**O Orador:** — Ao tomar uma parte restrita pelo todo, o PCP limitou decisivamente o investimento-quebra de 54% em 1975, e a expansão, bloqueando psicologicamente o empresário.

**O Sr. Cavalheira Antunes (PCP):** — É sabotagem!

**O Orador:** — Já se esqueceu o PCP da sua contribuição para a política de nacionalizações precipitada que em parte determinou, quer o não pagamento das justas indemnizações quer a acumulação de prejuízos vultosos no sector público?

**A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PSD):** — Querem é viver à custa dos trabalhadores...

**O Orador:** — Já se esqueceu o PCP dos saneamentos, chantagens e pressões que militantes seus realizaram sobre trabalhadores e empresários, enviando muitos deles para a miséria, o sofrimento ou a emigração?

**Uma voz do PCP:** — Para o Brasil? ...

**O Orador:** — A análise do comportamento do PCP, seus militantes ou órgãos está ainda por fazer e nem esta é a sede própria para o realizar.

Mas lembrar a sua grande responsabilidade pelo que está a acontecer e o elevado preço que por isso pagamos e pagaremos, é o mínimo que devemos fazer.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se o Plano e o OGE se ressentem de um passado comprometedor, ressentem-se igualmente da ausência de uma visão para o futuro.

O Programa do Governo não é suficientemente esclarecedor, tal como disséramos aquando da sua discussão. Só uma quantificação traduzindo metas, objectivos e acções permite o rigor adequado às necessidades, sobretudo numa sociedade em crise como a nossa.

Essa tradução tem-nos faltado e continua a faltar. Mas não só. Opções de fundo relativamente a problemas e sectores importantes não foram tomadas ou estão a ser revistas.

O plano energético, a adaptação de alguns sectores industriais e comerciais à óptica europeia, o plano do Alqueva, a introdução de novas culturas na agricultura, o complexo de Sines, o Plano Siderúrgico e a reconversão da indústria automóvel são exemplos bem flagrantes cuja indefinição já por si própria determinante provoca ainda dificuldades em outras áreas e sectores que lhe estão a montante e a jusante.

Portugal, que constitucionalmente deveria ter um planeamento rigoroso e eficaz, encontra-se desarmado, desarticulado e em alguns casos à deriva. O próprio momento de apresentação do Plano e do OGE a esta Assembleia contém inúmeras dificuldades e ambiguidades para o Governo que ainda não tem quatro meses de vida.

O Governo não sabe o resultado das negociações com o FMI, não conhece completamente as consequências da aplicação integral da Lei das Finanças Locais, promulgada depois da sua entrada em funcionamento, não possui ainda as estimativas da quebra de produção agrícola e no armamento

derivada das cheias e temporais e os consequentes reflexos na balança comercial alimentar.

Por tudo isso, reconhecemos a dificuldade em se apresentar um conjunto coerente e ordenado de opções para 1979 e a sua tradução em acções concretas e meios financeiros que lhes sirvam de suporte.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** — Apesar do ónus do passado que recai sobre este Governo, apesar das contradições do presente que o atingem, apesar da ausência de um projecto de futuro de sociedade cujos contornos não estão ainda desenhados, o Plano e as realizações previstas pelo Governo poderiam e deveriam ser melhores.

Vejamos sucintamente onde e porque.

Para o PSD, uma das questões-chave do sistema económico português é o da sua organização e funcionamento, mormente no que respeita aos sectores públicos administrativo e empresarial. Curiosamente, e significativamente, nem uma referência é feita ao primeiro Plano, quer como objectivo correctivo por parte do Governo quer como condição implícita em acções de âmbito sectorial.

O nosso quadro institucional caracteriza-se pela pulverização de órgãos encarregados da execução de acções no mesmo domínio e cuja influência se desenvolve em vários casos, de forma não articulada e muitas vezes até diferente.

Em muitos casos a dispersão dos organismos, a ambiguidade das metas a atingir e a existência de competências sobrepostas resultam de uma verdadeira ausência de coordenação.

Se no Plano fossem estabelecidos de forma clara e inequívoca os objectivos, as medidas de política e acções a empreender, a coerência interna da actuação das várias entidades, seria salvaguardada e Portugal não seria um País desarrumado.

Mas a realidade é diferente. Planos deficientes ou vazios de conteúdo prático, desconexão de acções, atomização de intervenções na mesma área, coordenação ineficaz são o "pão nosso de cada dia" de que toda a gente se queixa.

Não considerar prioritária a intervenção neste domínio é permitir continuarmos a ter um sector público acéfalo e descomandado e por via disso um sistema económico anêmico e incapaz de superar as suas enormes crises. Assim, continuamos a desconhecer o papel futuro do Instituto das Participações do Estado, dos operadores sectoriais, ou da articulação entre empresas públicas, Ministérios de Tutela e respectivos serviços ou órgãos.

Parce que o IV Governo considera como de pacífica aceitação e deseabilidade o presente funcionamento e interligações entre aquelas entidades, o que se nos afigura preocupante, já que consideramos este domínio como o maior estrangulamento à eficiência deste ou de qualquer Governo. O Plano silencia este assunto, considerando-o, pois, como irrelevante ou resolvido.

Quer uma quer outra óptica, são para nós inaceitáveis.

Escamotear o problema é cometer um erro de análise ou não se desejar proceder com a firmeza e a necessária clarificação que as circunstâncias impõem.

Uma máquina administrativa que não consegue cobrar impostos e que permite a evasão e fraudes fiscais é ainda uma tradução flagrante do problema apontado.

Tudo isso nos faz duvidar da exequibilidade de algumas das grandes opções que o IV Governo aponta para 1979.

Que sentido faz propor "a implantação ou alargamento dos equipamentos educativos de apoio e segurança social" ou "a prioridade aos investimentos em infra-estruturas de saúde" se a prática quotidiana apenas torna patente a incapacidade de resposta que ocorre nesses domínios?

A explicitação desse objectivo por sugestão do Conselho Nacional do Plano é pura artificialidade, sem consequências de maior, a não criar mais uma vez expectativas que não vão poder ser satisfeitas.

Como travar a evasão e fraude fiscais com a mesma máquina que sempre permitiu isso? Que inovações nos propõe

o Governo para tornar mais operativa e capaz essa acção de prevenção e combate?

A estas ou outras perguntas do género o Governo não responde, ficando nós sem saber se aceita o *statu quo* porque o deseja ou porque não tem capacidade e força para o alterar.

Concordamos com a opção de "aumentar a produção nacional dando prioridade aos sectores virados para a exportação, turismo, construção civil e agricultura e pescas", o mesmo se dizendo do aumento das exportações em mais de 7% do valor real e das importações em cerca de 3%.

Contudo, e a esse propósito, põe-se-nos a questão de não só nos interessar o objectivo, mas sobretudo a viabilidade na sua obtenção.

Ora não se nos afigura favorável a conjuntura económica imanente em vários sectores da indústria ligada à produção de equipamentos, em particular a química de base e metalmecânica.

Dada a elevada componente externa na variável investimento e as actuais dificuldades cambiais, uma diminuição sensível na produção nacional de bens intermediários e de equipamento compromete o crescimento da formação bruta de capital fixo nos termos propostos pelo Governo e bem assim o aumento da produção nacional, designadamente nas áreas atrás referidas. Os últimos meses têm, aliás, confirmado esta perspectiva desfavorável criada pela política do II Governo Constitucional...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ...como, por exemplo, nas vendas de cimento e aço para construção, fruto da diminuição de um quantitativo legalmente construído, o que não permite grande optimismo quanto à recuperação do sector.

A resolução concreta de certos aspectos que a inibem, como, por exemplo, a revisão do regime de arrendamento, o sistema de crédito à habitação, dos contratos de trabalho a prazo e a reorganização do Fundo de Fomento da Habitação seria um estímulo e criaria condições favoráveis ao seu arranque.

A quebra da produção agrícola, associada à instabilidade que se vive na zona de intervenção da Reforma Agrária e às trágicas cheias que assolararam vastas áreas do País, não permite, por outro lado, considerar este como um ano de provável elevado crescimento do sector.

Dificuldades adicionais, pois ao cumprimento da opção "aumento da produção nacional", e que até poderão influenciar negativamente o cumprimento do objectivo "saldo negativo da balança de transacções correntes inferior a um bilião de dólares".

De tudo isso resulta que o aumento do produto interno bruto em 3%, não sendo passível de um qualificativo desenvolvimentista, não parece ser viável face à conjuntura que se atravessa.

Mas até mesmo essa taxa de crescimento só se nos afigura realizável pela alteração durante o corrente ano de determinados condicionalismos que pesam sobre o sistema económico.

O desincentivo ao investimento, fruto das elevadas taxas de juro, a ausência de um mercado financeiro suficientemente atraente, a complexidade do sistema de crédito e bonificações, o *contrôle* da expansão da massa monetária devido, em parte, às necessidades de financiamento dos *deficits* do sector público, a ausência de revisão e regulamentação apropriadas em leis fundamentais da estrutura do sistema económico e social, são condicionantes poderosos que travam o sentido desejável da expansão e do crescimento.

O próprio investimento estrangeiro disso se ressente, independentemente da qualidade do respectivo código que, sendo-lhe favorável, não tem constituído, contudo, elemento suficientemente mobilizador para um volume de captação de capitais externos mais amplo.

Considera-se, pois, como de difícil obtenção o aumento do investimento nos termos propostos pelo Governo, para o que também contribui naturalmente a anunciada compressão da sua realização no sector público, dada a política de restrições ao crédito, afigurando-se-nos que o objectivo "incremento do número de postos de trabalho por forma a não aumentar o actual nível de desemprego" pode também encontrar-se comprometido.

Aliás, a política do II Governo do PS contribuiu decisivamente para agravar este problema.

Em 1978 o número total de desempregados cresceu 17,5%, nele se reflectindo um aumento de 25,2% para aqueles que procuravam o primeiro emprego.

Paralelamente, as ofertas reduziam-se de 28,6%, pelo que as colocações baixaram face a Dezembro de 1977 em 23,1%.

Desse modo, o problema tende a agravar-se na sociedade portuguesa, não se vislumbrando ainda uma inversão nessa tendência. Parece-nos, pois, como inadiável...

**Vozes do PCP:** — Ah!

**O Orador:** — ...uma aceleração por parte do Governo das acções legislativas e executivas que relevam não só dos domínios já enumerados, como de outros cujos reflexos contribuem para a clarificação da política económica, financeira e social.

A sua não implementação torna inviáveis os objectivos a que o Governo se propõe, sendo então legítimo afirmar-se que a sua sobrevivência e eficácia também dependem dele próprio, e até ao momento não julgamos que a acção desenvolvida tenha sido tão eficaz e decidida quanto poderia e deveria ter sido.

Também a taxa de crescimento positiva no consumo privado parece de duvidosa aceitação. Com efeito, a imobilização crescente da massa monetária atraiendo disponibilidades cada vez mais avultadas para os depósitos a prazo tem determinado o crescimento da poupança, cuja expansão marginal tem sido, contudo, canalizada para despesas, nomeadamente para o consumo público. Tem-se, pois, assistido a uma substituição parcial do consumo privado pelo consumo público.

A inversão dessa situação não parece estar a revelar-se nos primeiros meses deste ano, facto que pode contribuir para a não obtenção do objectivo proposto.

Por outro lado, julgamos que o financiamento às actividades produtivas poderia ser incrementado, já que a liquidez do sistema bancário tem aumentado, fruto de uma subida de volume de crédito inferior à correspondente aos depósitos.

É, pois, desejável uma alteração na política monetária e financeira que poderia não só permitir o aumento dos *plafonds* ao crédito como até fazer diminuir em alguns pontos a taxa de desconto, e, consequentemente, as taxas de juro para o crédito. Assim, algumas das restrições que foram introduzidas à expansão do investimento poderiam ser minoradas, desde que, e é bom lembrá-lo, a renegociação com o FMI o permita.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Já era tempo!

**O Orador:** — Voltando à proposta orçamental, parece-nos que ela não contempla alguns dos objectivos prioritários explicitados no Plano, mormente no que concerne aos sectores da educação, saúde, segurança social e habitação.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A afectação dos recursos financeiros não traduz algumas dessas opções, antes pelo contrário.

Dir-se-ia que foram diferentes as entidades que fizeram o Plano, por um lado, e o Orçamento, por outro.

Um certo imobilismo transparece ainda da sua apresenta-

ção, responsabilidade, aliás, que não pode ser assacada a este Governo.

A reforma fiscal prometida há dois anos pelo Governo do PS, para ser aplicada em 1979, não é reflectida neste Orçamento nem se sabe quando o será.

Por via disso, e de uma contenção das despesas públicas pouco adequada com o clima de austeridade em que se vive, a estrutura da tributação aparece ainda distorcida, privilegiando em demasia os impostos indirectos, o que decorre quer da incapacidade em reformar o sistema fiscal, quer da maior facilidade de colecta para aqueles do que para a maior parte dos directos.

Imobilismo também na incapacidade de prevenir a fraude e evasão fiscais, na dificuldade em cobrar certos impostos e em recuperar as dívidas à Previdência, algumas originadas em empresas do próprio sector público. Nesse sentido, apreciamos a autocritica que o ex-Ministro do Plano e Finanças, engenheiro Sousa Gomes, fez ao reconhecer a incapacidade dos jovens do seu partido resolver esses problemas. Contudo, e esse é um aspecto positivo, a relação entre os impostos directos e as contribuições para a segurança social, por um lado, e os impostos indirectos, por outro, é mais favorável em 1979 do que no ano anterior.

O mesmo se diga quanto a uma relativa inversão na tendência na distribuição da carga fiscal.

O peso dos rendimentos de trabalho representa no presente ano 75,3%, contra 78,3% em 1978, e se acaso o imposto extraordinário não for cobrado na parte que incide sobre os rendimentos de trabalho, então a tributação sobre ele representará 73,3%.

Registe-se ainda a tentativa de obtenção de um equilíbrio no Orçamento corrente, facto que desde há muito nenhum Governo conseguiu.

O próprio *deficit* global do OGE é, em termos percentuais, inferior ao observado em 1978 — 8% do produto interno bruto contra 9%.

Contudo, esse equilíbrio só é conseguido pela criação do chamado "imposto extraordinário", o que não se nos afigura a melhor solução.

Preferiríamos, de acordo com uma política de austeridade, que se traduzisse por uma contenção das despesas correntes no sector público.

Não compreendemos como é que a aplicação de restrições na admissão de pessoal e do reajuste do mesmo existente em certos sectores não permite um agravamento menos sensível que o verificado.

Paralelamente, consideramos como exagerados os dispêndios com bens não duradouros e com a aquisição de serviços.

Por tudo isso, o PSD manifesta grandes dúvidas sobre a aplicação de uma verdadeira política de austeridade do sector público traduzida no OGE para 1979.

Cremos bem que este Governo poderia e deveria ir mais longe.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A análise que sucintamente expusemos é manifestamente insuficiente.

O Plano e o Orçamento consagram a política que o Governo pretende levar a cabo durante o presente ano e a sua tradução concreta é feita através de decretos, propostas e projectos de lei e acções a realizar pelos serviços e órgãos do Estado.

É, pois, indissociável o conteúdo das grandes opções do Plano e do OGE e o dia-a-dia legislativo e executivo do Governo e da Assembleia da República.

Desse modo, mesmo que aquele fosse correcto e adequado — o que não corresponde ao ponto de vista do PSD —, é a sua concretização quotidiana que permite ajuizar da sua viabilidade e eficácia.

Precisamente neste domínio o Governo movimenta-se num espaço que lhe é desfavorável.

De qualquer decreto-lei pode ser pedida ratificação. Na

Assembleia da República propõem-se projectos e propostas de lei que são analisados e votados pela mesma Assembleia.

A experiência que o País tem retido nos últimos tempos e a expectativa que algumas forças políticas estão a criar legitimam a conclusão de que bastantes acções programadas ou a realizar pelo Governo são e serão contrariadas pela "maioria de esquerda", ou seja pelo PS, PC e UDP.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — E o PPD?

O Orador: Está a acontecer e parece avolumar-se ainda mais para o futuro uma oposição da Assembleia em vários domínios ao Governo.

Este legisla num sentido e a Assembleia vota contra essa intenção ou formula-a em sentido oposto, retirando-lhe a possibilidade de utilizar instrumentos fundamentais da sua política.

O IV Governo propõe medidas e opções que a prática da Assembleia vai limitar, inverter ou pura e simplesmente anular.

Responsabilizar-se o Governo pelos males, carências e dificuldades é incorrecto, quando em inúmeros casos tal é o fruto da acção de determinada maioria na Assembleia da República.

Ó PCP pode realmente dizer que está em oposição frontal a este Governo. O PS oscila entre uma atitude duplice, entre o apoio à manutenção do Governo e o contraria-lo em várias acções no âmbito de Assembleia e do seu discurso.

É precisamente por isso que decretos-leis são alterados ou não ratificados, que aspectos importantes da vida portuguesa não são clarificados e resolvidos. que legislação oriunda da Assembleia tem um sentido oposto ao da política do Governo, em suma, que a instabilidade se mantém.

O PS e o PCP continuam, pois, a ser parcialmente responsáveis pelas dificuldades que atravessamos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não silenciaremos a origem de toda esta situação. O carácter apartidário do IV Governo, sem apoio parlamentar claro e permanente, constitui o centro das suas dificuldades e ambiguidades.

Uma voz do PCP: — Está a ver-se!

O Orador: — Este Governo foi permitido por uma maioria da Assembleia da República (PS, PSD e CDS), mas uma outra maioria, constituída pelo PS, PCP e UDP, vota e legisla em sentido diverso daquele que corresponde ao Programa e óptica do Governo.

Deste choque de posições resulta uma dificuldade assinalável para o Governo e de que ele não é responsável.

Podiam o Plano e o OGE ser óptimos. — o que não é o caso —, mas a prática de certa maioria desta Assembleia já o demonstrou que os esvaziaria de conteúdo e lhes meteriam outro que pouco teria a ver com as intenções iniciais.

Vivemos numa contradição permanente que é sempre potencial e muitas vezes real: Governo a fazer, e maioria de esquerda a desfazer.

Ó OGE e sobretudo o Plano são, quanto muito, uma intenção que o dia-a-dia poderá vir a contrariar.

As grandes opções não nos parecem em grande parte exequíveis face aos instrumentos e acções que o Governo propõe utilizar e à conjuntura que se atravessa.

O Plano não satisfaz, pelo que se torna difícil a nossa aprovação.

Será então legítimo pensar em aprovar o Orçamento quando este é uma consequência daquele?

Estamos ainda distantes da estabilidade e do progresso.

Portugal é ainda um país adiado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito para pedir esclarecimentos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Ângelo Correia: O Sr. Deputado iniciou a sua intervenção com uma diatribe contra o meu partido a que não vou responder. As coisas valem por quem são ditas...

Risos.

O Sr. Deputado tentou fazer como que um apuramento de responsabilidades e queria lembrar que não é a primeira vez que o PPD/PSD tem responsabilidades governamentais: teve responsabilidades governamentais em praticamente todos os Governos Provisórios e de uma maneira acentuada teve que ver com pastas que se relacionam com a matéria em debate. Depois disso não me recordo de grandes decisões de natureza económica e financeira que tivessem merecido oposição do PPD/PSD, mesmo durante a vigência dos dois Governos presididos pelo Dr. Mário Soares. Recordo que, tendo o PPD/PSD interpelado o Governo sobre o 1.º pacote", terminou a interpelação numa imagem de... — espero não ofender a sua bancada — fraternidade e abraços, dizendo que, afinal, aquelas medidas eram as que o próprio PSD/PSD preconizava, lamentando unicamente que tivessem sido um tanto tardios, esperando, no entanto que se pudesse reconquistar o tempo perdido!

Em matéria de responsabilidades, como se vê, é razoável concluir que se há algum partido que em Portugal tenha responsabilidades na política económico-financeira-política que conduziu à situação desastrosa em que nos encontramos — esse partido é o PPD/PSD!

Aplausos do PCP.

Risos do PSD.

O Orador: — Queria fazer-lhe duas perguntas, que se tornam legítimas, mesmo a mais indiscreta, pelo facto de o Sr. Deputado se ter referido a nós, Partido Comunista Português, com tanta veemência.

Disse o Sr. Deputado que a Assembleia da República está a legislar — e depreende-se que é em matéria de política económico-financeira — em sentido oposto ao da política do Governo. Perguntava ao Sr. Deputado quais foram as leis aprovadas pela Assembleia da República que encerram esse conteúdo?

A certa altura diz o Sr. Deputado que a sobrevivência do Governo depende do próprio Governo. O Sr. Deputado, de algum modo, retomou as considerações feitas de manhã pelo presidente da Comissão Política do seu partido, Deputado Meneres Pimentel, e que tive ocasião de comentar dizendo que o PPD era a suprema ambiguidade do nosso momento político.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Olhe que não, olhe que não!

O Orador: — Por isso perguntava ao Sr. Deputado Ângelo Correia — que não foi esclarecedor — o que é que quer significar ao dizer que a sobrevivência do Governo depende do próprio Governo?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ângelo Correia, há mais Srs. Deputados inscritos. Quer responder agora ou depois de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Deputado Ângelo Cor-

reia, devo dizer, desde já, que algumas das suas considerações serão contempladas em futuras intervenções do meu Grupo Parlamentar, razão por que não lhe vou fazer qualquer pedido de esclarecimento quanto a elas.

No entanto, gostaria de fazer uma muito curta observação. Tendo o Sr. Deputado falado da existência na Assembleia de maiorias ou de uma maioria contra este Governo — facto que é verdadeiro, visto que essa maioria se verifica não só dentro desta Assembleia, como fora dela —, gostaria de perguntar se o Sr. Deputado Ângelo Correia manifestou algum desejo de fazer parte dessa maioria? Isto porque pôs em dúvida quase todas as grandezas macroeconómicas apontadas como principais objectivos nas propostas de lei do Plano e do Orçamento. Curiosamente, esqueceu-se de duas: o limite de 18% para os aumentos salariais e a ausência de uma política de preços, donde a questão que se pode colocar é esta: será por aí que o PPD/PSD vai apoiar este Governo, embora criticando todo um conjunto de medidas e objectivos apresentados?

É caso para perguntar, Sr. Deputado Ângelo Correia, se será apenas aquando das votações que iremos conhecer a posição do seu grupo parlamentar? Será caso para pensar que sob "o manto diafano" das fantasias habituais do Sr. Deputado Ângelo Correia, vamos assistir à dureza crua dos votos do PPD/Sá Carneiro?"

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, não desejo pedir esclarecimentos. No entanto, como tenho direito a usar da palavra...

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — O Sr. Deputado Ângelo Correia certamente não se vai ofender, porque não vou usar nenhuma palavra ofensiva, mas devo dizer-lhe que tem um certo jeito de farsa, no bom sentido, que muito apreciamos.

O Sr. Deputado fez algumas apreciações que até são positivas. Disse, por exemplo, que o sistema económico era anémico, atribuindo isso a um sector público acéfalo. Significa isso que concorda que o sector público é fundamental para que o sistema económico deixe de ser anémico através de uma maior capacidade e intervenção?

Seja como for, o seu anticomunismo é postoço!

Risos.

E lamentamos que o Sr. Deputado venha para aqui com postícios quando se está a discutir uma questão tão importante como esta.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ângelo Correia, creio que depois de o ouvir se reforça a convicção de que o PPD/PSD se sente metido numa alhada...

Risos.

O Orador: — Por um lado, quer ter as vantagens de ser Governo e, por outro, não quer ter os respectivos prejuízos. Ou seja, procura enjeitar o menino, primeiro, tentando atirá-lo para os braços do Presidente da República e agora — suprema ironia — pretendendo atirá-lo para os braços da oposição!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E são verdadeiramente tocantes as queixas

do Sr. Deputado em relação à oposição parlamentar feita a este Governo, quando diz que o Governo faz e a maioria na Assembleia desfaz".

Gostaria de lhe pôr as seguintes questões: será que o Sr. Deputado, ao constatar esta oposição parlamentar ao Governo por uma maioria da Assembleia, está a criticar a Assembleia? Significa isso que o Sr. Deputado pretenderia que a Assembleia se demitisse das suas funções de criticar e de se opor ao Governo? Será que o Sr. Deputado Ângelo Correia tem uma certa nostalgia da independência e da irresponsabilidade parlamentar e democrática dos Governos? Ou será que o PPD/PSD, só pelo próprio facto de anomaliamente ser o partido do Governo, quer, a partir daí, transformar-se de minoria em maioria parlamentar?

A segunda questão é mais simples: não será o simples facto de este Governo não ter apoio parlamentar maioritário uma prova provada do carácter anómalo, em termos democráticos, deste Governo? O facto de ele ser um Governo do seu partido e de ser apêndice parlamentar — o CDS — ...

*Risos do CDS e do PSD.*

O Sr. Carlos Brito (PCP): — E não só parlamentar...

O Orador: — ... Não quererá dizer que este Governo não corresponde ao sentir político do País, tornando-se um Governo anómalo em todos os sentidos da palavra, e que o PSD ao apoia-lo e ao fazer dele o seu Governo está a apoiar uma anormalidade constitucional e democrática?

*Vozes do PCP:* — Muito bem!

*Vozes do PSD:* — É sempre a mesma *cassete!*

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Ângelo Correia: Não me vou referir às diversas ocasiões aproveitadas pelo Sr. Deputado para fazer afirmações, quanto a nós falsas ou deturpadas, acerca do comportamento do Partido Socialista na Assembleia, no passado ou no presente.

Nem vou sequer responder à pergunta que visava saber a nossa opinião sobre o facto de o PSD, ao não apoiar o Plano, poder ou não votar o Orçamento. Pensamos que é uma questão que o PSD deve pôr a si próprio e não a esta Assembleia.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Não me diga!

O Orador: — Vou fazer-lhe três perguntas, muito concretas e muito precisas, acerca de três questões que preocupam todos os portugueses e, consequentemente, os seus representantes nesta Câmara.

A primeira visa saber se o Sr. Deputado e o partido que representa apoia ou não a redacção proposta para o artigo 8.º da Lei do OGE e que diz respeito à aplicação da Lei das Finanças Locais, para o que também gostaríamos de ter uma resposta clara.

A segunda pergunta é se o PSD concorda ou não com a indicação de uma taxa de inflação para este ano de 18%? Em função disso, concorda ou não com o limite proposto para a elevação da massa salarial em 18%, uma vez conhecida a posição das centrais sindicais e, em particular, da União Geral dos Trabalhadores, que já repudiaram esse objectivo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia para responder, se assim o desejar.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Devo e desejo, Sr. Presidente,

Não vou seguir exactamente a ordem por que foram formuladas as perguntas, mas vou tentar responder em conjunto às que têm pontos em comum.

Começo por uma palavra extremamente apropriada que o Sr. Deputado Vital Moreira empregou: a palavra "alhada". Quando o Sr. Deputado Vital Moreira diz que o PSD está numa "alhada", devo rebater a afirmação dizendo que quem está neste momento numa grande alhada é o povo português!

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — Quem está numa "alhada" não somos nós, é o povo português, que sente que em quatro ou cinco anos a situação piorou, os reflexos de uma revolução foram adulterados, o nível de vida baixou e que as esperanças de saída de uma situação dramática e difícil, talvez não desesperante, são poucas. A "alhada" é psicológica, é da parte do povo português, não é nossa. Mal de nós que o próprio PCP, os seus dirigentes e os seus votantes, não tenham consciência das dificuldades em que os portugueses se encontram, porque isso seria uma irresponsabilidade da vossa parte!

*Aplausos do PSD.*

A Sra. Alda Nogueira (PCP): — Não passe a bola, Sr. Deputado...

O Orador: — O segundo conjunto de questões prendem-se essencialmente com a natureza deste Governo.

Não poderá ser surpresa pára ninguém o facto de lembrar aquilo que dissemos aquando da votação e discussão do Programa do IV Governo Constitucional, ou seja, considerávamos que na génese do IV Governo havia passos atrás em relação ao III, III que tolerávamos ou aceitávamos porque a crise aberta, motivada pelo fracasso da coligação PS/CDS, não tinha sido possível resolver através da resposta positiva à proposta de um Governo de salvação nacional que formulámos, de modo a construir nesta Câmara um Governo apoiado numa maioria estável, sólida e maioritária.

A Sra. Alda Nogueira (PCP): — Não passe a bola!

O Orador: — Neste momento estamos a viver das consequências dolorosas provocadas pelas atitudes prematuras e inconsequentes de algumas forças políticas deste País.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Ainda bem...

O Orador: — O IV Governo, na sua génese, tal e qual como o III, é um Governo de responsabilidade presidencial, é um governo "tolerado", porque não corresponde a uma vivência democrática normal. O próprio Partido Comunista teve nas suas mãos a possibilidade de evitar esta situação quando votou contra a moção de confiança apresentada pelo I Governo Constitucional. O PCP nesse domínio também é responsável, também é um dos geradores da situação política que atravessamos.

*Risos do PCP e do PS.*

O Sr. Deputado Carlos Brito diz que o PSD é o partido responsável pela política económica e financeira dos últimos três anos.

Pois, Sr. Deputado, aprecio o seu espírito de humor e aprecio-o talvez por não conseguir descrever o estado em que o País está...

Agora o que não posso conceber é que o Sr. Deputado escamoteie o comportamento político do PSD, um partido que votou contra os dois instrumentos fundamentais e legi-

timadores da política do I e II Governo Constitucionais, ou seja, o Plano e o Orçamento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Escamotear esta questão revela incoerência e é recusar um facto político por nós aqui praticado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Partido Social-Democrata criticou muitas vezes a política do I e do II Governos, quando o próprio PCP o não fez. Quando o PCP sabia das possibilidades oferecidas pelo I e II Governos para celebração de acordos, mais ou menos camuflados, de acções que objectivamente o favoreciam em terrenos como o da comunicação social, da Reforma Agrária ou da não nacionalização do sector público, calava-se e consentia, recusando assim o estatuto de ser um partido da Oposição!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PCP “bebía” da incapacidade e ingenuidade desses Governos!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Partido Social-Democrata, esse, sim, teve sempre uma atitude de demarcação, de forma clara e insufismável, em relação a esses Planos e Orçamentos...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — E os “pacotes”?

**O Orador:** — O “pacote 2.º”?

**Vozes do PCP:** — O 1.º...

**O Orador:** — Vamos discutir com todo o prazer o problema dos “pacotes” se, é claro, VV. Ex.<sup>as</sup> me cederem parte do vosso tempo...

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Não queria mais nada!

*Risos do PCP.*

**O Orador:** — Nós estamos aqui para vos esclarecer, se bem que não acreditemos que VV. Ex.<sup>as</sup> queiram ser esclarecidos...

**Vozes do PCP:** — Muito obrigado, estamos esclarecidos!

**O Orador:** — No “1.º pacote” a nossa política foi clara. Dissemos claramente que algumas das medidas tomadas pelo Governo estavam certas, mas a sua eficácia e resolução não dependeram do I Governo e sim do facto de não existirem por parte de outros Governos medidas de saneamento e de austeridade económica que deviam ter sido tomadas logo em 1976. O Partido Socialista aderiu a uma óptica desenvolvimentista que veio a negar durante a vigência do II Governo Constitucional, encontrando-se na situação de ter de resolver pontualmente alguns problemas. Na altura, dissemos abertamente em várias intervenções que essas medidas só eram eficazes se fossem acompanhadas de outras que propusemos e que o I e o II Governos não aceitaram.

Quanto ao “2.º pacote” devo lembrar que surgiu no âmbito do Plano e do Orçamento Geral do Estado do II Governo. O PSD, ao votar contra esses dois diplomas, votou contra o “2.º pacote”, facto que não nos responsabiliza, antes, pelo contrário, só manifesta uma frontal oposição à política proposta.

O Sr. Deputado Veiga de Oliveira falou de factos postiços ou de anticomunismo. Penso que o adjetivo, ou qualificativo, não tem em si qualquer significado... O anticomunis-

mo em Portugal “bebe-se” do antifascismo e na exacta medida em que existe um, existe o outro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Na exacta medida em que os senhores se sustentam e alimentam ideologicamente do anticomunismo. Este é uma força para o PCP, porque faz congregar oposições, clivagens e fricções internas em torno de um adversário fictício e não real.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PCP necessita que alguém seja anticomunista em Portugal, de modo a assegurar a sua própria sobrevivência e valorização.

*Protestos do PCP.*

Quem carece de anticomunismo é o PCP e não nós.

Na nossa intervenção não fizemos anticomunismo; citamos, sim, as estatísticas, citamos os factos — e a não ser que o próprio Partido Comunista conteste a acção dos institutos oficiais e governamentais que se debruçam sobre essas matérias...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Dá-me licença, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Com certeza.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Deputado, há dias, em Bragança, o PSD apelou num comunicado público para o boicote a uma manifestação promovida pelas estruturas sindicais, terminando o comunicado com a frase: “É preciso dar aos comunistas o tratamento que merecem” — e os filiados do PSD, de facto, deram aquilo que tinham por comunista o que no pensamento do PSD eles devem merecer, isto é, houve boicote da manifestação, atentado contra veículos, etc. E o que quero perguntar é apenas isto: considera que esse acto do PSD — democrático como todos os actos do PSD — foi um serviço que o PSD prestou ao PCP?

*Risos do PCP.*

**O Orador:** — Indirectamente foi, Sr. Deputado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Risos do PCP.*

**O Sr. Aboim Inglês (PCP):** — Que malabaristas, hem!

**O Orador:** — Sr. Deputado Aboim Inglês, V. Ex.<sup>a</sup> deve passar a falar búlgaro para que nós o possamos entender melhor...

*Risos do PSD.*

**Uma voz do PSD:** — Ele não sabe falar búlgaro mas diz “bulgaridades”...

**O Orador:** — Mas, respondendo à sua questão, Sr. Deputado Vital Moreira, o Partido Social-Democrata é contra qualquer tipo de violência...

**Vozes do PCP:** — Ah! Ah!...

**O Orador:** — ...física, ideológica ou mental.

Quando o Partido Comunista condiciona, no seu discurso e pela prática, a opção, a acção, a mentalidade dos portugueses, está a exercer sobre eles uma forma de violência.

A violência não tem só contornos físicos, tem, sobretudo

em Portugal e noutras sociedades em desenvolvimento, conteúdo e contornos psicológicos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que tristeza! Caiu-lhe o postigo por terra...

O Orador: — Mas mais: quando o Partido Social-Democrata ou militantes seus dizem que se deve tratar o Partido Comunista no seu lugar, dizem claramente com isso duas coisas muito simples: não se deseja, não se pretende e não é tolerável democraticamente o regime de "caça às bruxas", abrangendo neste amplo sentido toda e qualquer força política, mas é razoável tratar um partido, que tem 12% ou 13% do eleitorado...

Vozes do PCP: — É falso! É falso!

O Orador: — ... na exacta medida daquilo que representa do ponto de vista nacional, ou seja, tratá-lo como um partido de oposição, tratá-lo como um partido com que há e pode haver diálogo parlamentar, mas não mais do que isto. Quer dizer: é evidente que qualquer Governo que na exacta medida dessa afirmação possa fazer uma política que na prática, no dia-a-dia, faça favores, jeitos ao PCP, não é por nós aceitável, e tal foi o caso de Governos anteriores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E quando há pouco o Sr. Deputado falou na "suprema ambiguidade" do PSD, não deixa de ser curioso notar que o seu camarada Sousa Marques disse que alguns pontos por nós focados serão esclarecidos e analisados posteriormente, isto é, a ambiguidade não existe a não ser no espírito, Sr. Deputado Carlos Brito, e não propriamente na dos seus outros colegas...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Já estou a ver que o Sr. Deputado não percebeu o que eu disse, já estou a ver...

O Orador: — Quanto a saber se o Partido Social-Democrata é ou não um partido que pretende estar incluído na maioria, o sentido em que nós abordamos essa questão — e repito a frase — é o seguinte: "Vivemos numa contradição permanente, que é sempre potencial e algumas vezes real." Ou seja: potencialmente, um Governo sem apoio parlamentar sólido, claro, coerente e maioritário corre o risco de, em qualquer instante, ver serem derrogadas acções e instrumentos que propõe. O caso do pedido de ratificação do decreto-lei sobre os 18%, o da zona de jogo de Tróia e o do estatuto da RDP são, por exemplo, casos evidentes de acções que contendem com a lógica, com a filosofia deste próprio Governo.

O que está em causa, o que constitui o cerne da questão é a própria constituição do Governo, é a sua lógica interna. Mas por essa lógica não é responsável o Partido Social-Democrata, antes é muito responsável quem abriu as crises neste país e quem, a certa altura, poderia ter ajudado a dar mão à tão apregoada e tão desejada "maioria de esquerda", tão reclamada por VV. Ex-*as*, PCP, que na altura própria se "cortaram" de o fazer... E quando o podiam ter feito com o Partido Socialista na altura da apresentação da moção de confiança ao I Governo Constitucional, o vosso discurso lá de fora traduziu-se aqui, na prática, por uma atitude em contrário; quando deveriam ter feito a "maioria de esquerda", foram os senhores que a ela se recusaram, donde o vosso slogan "maioria de esquerda" ser, essa sim, uma situação postica e falsa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não puxe o saco...

O Orador: — A situação é anómala e é um facto que o IV Governo vive numa contradição.

Qual a saída para a situação? Entendemos que é a mesma saída política que o Partido Social-Democrata tem apontado desde a criação do III Governo Constitucional: eleições gerais antecipadas. O povo que escolha e que dê representatividade suficiente aos partidos políticos para que nessa altura se possa constituir um Governo que tenha apoio parlamentar e que não seja incoerente.

O Sr. Deputado António Guterres colocou-me três questões relativas às finanças locais, ao imposto sobre o 13.º mês e ao *plafond* de 18%, mas antes de as abordar quero dizer ao Sr. Deputado que se não andasse tão preocupado com o Congresso do seu Partido — o qual é legítimo e natural — teria percebido que, há três semanas o PSD, no seu Conselho Nacional do Vimeiro, referiu dois aspectos muito concretos que queria que o Governo explicitasse. Acontece que até este momento, e segundo consta do próprio relatório da Subcomissão de Economia, Finanças e Plano, aprovado pela própria Comissão, ainda se aguarda uma resposta do Governo quanto ao artigo 8.º do Decreto n.º 183 — Finanças Locais.

Quanto ao 13.º mês, é conhecida a nossa oposição, e quanto ao limite dos 18%, respeitamos integralmente o ponto de vista de correntes sindicais que se expressam em termos sociais-democratas. Pensamos que essa posição é legítima, que é uma posição eminentemente social, mas que talvez não tenha em conta todos os contornos económicos que decorrem da política de qualquer Governo. Mais: nesse aspecto, em Portugal, estamos a fazer demagogia. É que falar em termos de aumentos de salário sem ter em conta o que é que esse adicional de aumentos pode comprar a mais ou a menos é pura demagogia. Interessa, sim, falar em termos reais.

Assim, quando for a altura, quer da discussão na especialidade, ou seja, quinta e sexta-feira, quer quando houver a discussão e votação do pedido de ratificação do decreto-lei dos 18%, o Partido Social-Democrata pronunciar-se-á com a mesma lealdade, a mesma frontalidade e, sobretudo, com o mesmo sentido de responsabilidade ao seu eleitorado.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira para formular um protesto.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que o Sr. Deputado Ângelo Correia deu como resposta à minha interpelação é, a meu ver, grave e não pode ser deixado passar em silêncio.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Citei um caso em que o PSD através de comunicado público apelou e incitou ao boicote violento de uma manifestação, ao boicote do exercício de uma liberdade democrática na cidade de Bragança. O Sr. Deputado Ângelo Correia não só não se demarcou dessa posição como pretendeu inclusivamente justificá-la.

Ficamos agora a saber que para o PSD basta que ele próprio entenda que uma força política não deve ter o direito de manifestação para ser legítimo incitar, concitar e convocar publicamente o boicote violento a essas manifestações.

Até agora julgávamos que o PSD tinha aqui na Assembleia uma linguagem diferente da linguagem caceteira que tem noutras sítios. Porém verificamos que já nem isso acontece e que o "postigo" democrático do PSD ameaça cair mesmo na Assembleia da República!

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia para um contraprotesto.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Diz o Sr. Deputado Vital Moreira que o “postigo” democrático do PSD caiu nesta Assembleia, mas eu diria de outra maneira: o “postigo” misticador do PCP mantém-se.

O que disse há pouco foi que a violência é condenável por quem quer que seja. Se o Sr. Deputado não ouviu isto, das duas uma: ou pede ao seu partido que o trate ou está com atenção, porque escamotear expressões ditas aqui é, além de demagógico, uma atitude inconsequente da parte de qualquer Deputado.

O Sr. Cavalheira Antunes (PCP): — É provocador!

O Orador: — Eu disse que a violência, venha ela de onde vier, é indesculpável. Foi este o sentido exacto das minhas palavras e os registos prová-lo-ão.

Mais: peço ao Sr. Deputado Vital Moreira que leia aqui o comunicado do PSD de Bragança, que fala em boicote violento. Peço-lhe que o leia se for capaz, mas se não for capaz então, que se retrate.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Sr. Deputado, além de provocador, é estúpido...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente — O Sr. Deputado Vital Moreira pretende dar uma explicação?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, não pretendo fazer um protesto, porque creio que há certas atitudes que nem sequer merecem protesto, mas a miserável, baixa e mesquinha provocação do Sr. Deputado Ângelo Correia merece, pelo menos, que fique registado aqui o meu repúdio.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Há formas que não devem ser utilizadas e que nem sequer atitudes mais ou menos histriónicas podem justificar em ninguém.

O Sr. Deputado Ângelo Correia não tinha o direito de fazer aquilo que fez. Eu não lho admito e espero que a Assembleia também não!

Aplausos do PCP e do PS.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Lembre-se de 1975, Sr. Deputado!...

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente? É para dar uma explicação à Câmara.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — A Câmara ficou a ver que o Sr. Deputado Vital Moreira não respondeu ao meu pedido, ou seja, a sua afirmação anterior ficou por provar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É provocador e relapso!...

A resposta está nos jornais.

O Sr. António Guterres (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Guterres, pode dizer-me para que efeito pede a palavra?

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, se necessário, poderei usar a fórmula regimental do protesto...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. António Guterres (PS): — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que estamos aqui para discutir as propostas de lei do Plano e do Orçamento e que a intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia e o tipo de polémica que suscitou, pela sua própria intervenção e pela forma como respondeu às perguntas, não contribui para o bom andamento dos trabalhos nem dignifica esta Câmara.

*Aplausos do PS e do PCP.*

Por isso mesmo, embora o Partido Socialista tenha sido várias vezes referido ao longo dessa polémica, não vamos responder porque isso certamente nos levaria muito longe...

Houve, no entanto, uma pergunta que fiz e para a qual não ouvi a resposta clara que pretendia, quer ela fosse sim ou não ou houvesse uma pura e simples recusa em responder. A pergunta era esta: o PSD concorda ou não com o *plafond* de 18% para a elevação da massa salarial em 1979, nas condições concretas em que estamos?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ainda não tem a resposta...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ângelo Correia, deseja responder ou não?

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Desejo e devo, Sr. Presidente.

A questão que o Sr. Deputado Vital Moreira...

*Risos.*

O Sr. Lino Lima (PCP): — É uma obsessão...

O Orador: — ... digo, o Sr. Deputado António Guterres colocou lamentando o estilo de resposta por mim dadas, deveria dirigir-se acima de tudo a quem a provocou e não a quem respondeu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ao apontar o alvo sobre o Partido Social-Democrata, esquecendo o Partido Comunista Português, o Sr. Deputado António Guterres, membro do Secretariado do Partido Socialista, mais uma vez mostrou com quem está...

Vozes do PSD: — Muito bem!

*Risos do PS e do PCP.*

O Orador: — Em relação à pergunta concreta sobre o *plafond* dos 18% na discussão na especialidade e não na generalidade — foi o que há pouco disse — daremos a nossa resposta clara, pois é aí a sede própria para o fazer.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Por enquanto ainda não sabe responder...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Ângelo Correia, por amor de Deus, não vamos continuar com este tipo de observações... O que lamentei foi a sua intervenção e a polémica que a mesma suscitou. Se a intervenção tivesse partido de um Deputado do Partido Comunista eu teria lamentado igualmente a intervenção do Deputado do Partido Comunista e a polémica que tivesse suscitado. Penso que

a questão é clara e não vale a pena atribuir-lhe um sentido político que não tem. Aliás, creio que só nos estamos a enganar uns aos outros se continuarmos a discutir netes termos.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Que inocência, Sr. Deputado...

O Orador: — Não é para isso que aqui estamos, estamos aqui, sim, para nos pronunciarmos com clareza sobre as propostas de lei do Orçamento e do Plano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cavalheira Antunes para uma intervenção.

O Sr. Cavalheira Antunes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O menos que se pode dizer da política fiscal contida nas propostas de lei em discussão é a de que ela se traduz num ataque frontal ao poder de compra dos trabalhadores e põe a nu, com crueza, o carácter do Governo Mota Pinto.

Não bastava fixar um tecto salarial de 18%, que a experiência e os dados mostram que sempre será ultrapassado pelo aumento não controlado dos preços; não bastava propor a estagnação e mesmo o corte na satisfação de necessidades colectivas fundamentais, como no campo da educação, da saúde e da segurança social.

O Governo vai mais longe. A sua política fiscal, ela também, é um instrumento de recuperação do capital à custa dos trabalhadores e das restantes camadas laboriosas.

Dois traços fundamentais enformam, assim, a política fiscal do Governo.

Por um lado, o assalto aos rendimentos do trabalho e, por outro, o cruzar de braços e a complacência perante a fuga e a evasão fiscais praticadas sistemática e organizadamente pelo grande capital.

Para os trabalhadores, sob a ameaça de um novo impulso na degradação dos salários reais por via da contenção salarial e da inflação, o aumento dos impostos vai traduzir-se, forçosamente, num factor adicional do seu empobrecimento. Mas o Governo Mota Pinto/PPD não hesita.

A coberto do equilíbrio do orçamento corrente, erigido em mito, o Governo lança um conjunto de adicionais a que eufemisticamente chamou de imposto extraordinário e que bem podemos nós dizer ser a via "ordinária" para o desequilíbrio do orçamento familiar.

A técnica seguida para lançar estes adicionais é, em si mesma, aberrante e seria incompreensível se não fosse visível que ela procura atingir um objectivo político claro: o de sonhar e esconder perante a opinião pública e os trabalhadores o aumento brutal que vêm a sofrer os impostos sobre o trabalho e em particular o imposto profissional.

A opção de classe do Governo aparece aqui com transparência: o acréscimo da cobrança prevista para o impostos sobre o trabalho representa sensivelmente o dobro do acréscimo previsto para o capital.

E quando a opção de direita deste Governo, por força das circunstâncias, tende a vir ao de cima, as frases demagógicas assumem o seu real significado. Que o digam os trabalhadores da função pública, a quem o Governo em vez dos prometidos 17 milhões de contos, que ninguém encontra no Orçamento pretende fazer um abatimento de 4% nos seus salários. Que o digam também os reformados, a quem por este caminho enviesado se pode estar a dar o primeiro passo para o pagamento de imposto profissional.

O próprio sistema de isenções e a exiguidade prevista para a subida dos respectivos montantes vai jogar contra os que menos têm e menos ganham. Milhares de trabalhadores vão passar a pagar imposto, só porque os seus salários nominais ultrapassam os limites da isenção, isto quando têm

como certo que as subidas de salários não acompanharão a taxa de inflação. Ou seja: à subida de preços, que lhes rouba o poder de compra, junta-se o imposto, como novo factor de degradação dos seus salários reais.

Só que este Governo tão ágil e tão expedito a ir buscar dinheiro a quem sempre tem de pagar e onde lhe é fácil arrecadá-lo, já se mostra lento, tímido e pouco interessado quando se trata dos rendimentos do capital e de combater a evasão e a fraude fiscais.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo estaria seguramente em condições, se nisso estivesse interessado, de quantificar com precisão os milhões e milhões de contos que o grande capital tem esbulhado ao erário público e, afinal, à satisfação das necessidades da colectividade.

O ano passado tive a oportunidade de referir aqui que por isenção, fuga, evasão ou fraude, metade dos lucros reais das empresas não estavam a ser tributados. E sublinhe-se que esta situação se refere, fundamentalmente, ao grande capital, visto que a generalidade das pequenas e médias empresas são tributadas através da presunção dos seus lucros pela Administração.

Por outro lado, são notória e publicamente reconhecidas a fuga e a ilegal retenção da cobrança do imposto de transacções praticada por grandes grossistas sem escrúpulos. E os exemplos não ficariam por aqui. Mas nada disto preocupa o Governo.

Para o grande capital, beneficiado já com a liberalização e a anarquia dos preços, e com a política de contenção e degradação dos salários, a política fiscal deste Governo funciona como um prémio e como um factor de aceleração da acumulação e concentração capitalista.

Em vez de procurar as formas adequadas e eficazes para combater a evasão e a fraude fiscais; em vez de procurar tributar rendimentos ainda não sujeitos a imposto, como os que resultam da transmissão de propriedade de ações onde outras partes de capital das empresas; em vez de corrigir gritantes injustiças do sistema, como a que resulta de não serem considerados para efeitos de imposto complementar vultosos rendimentos do capital; em vez de proceder à actualização do valor dos prédios nas matrizes e aos registos dos omissos; em vez de rever a política de isenções, benefícios e situações injustas e imorais de não sujeição a imposto; em vez de dar eficácia e prontidão ao sistema de cobrança das receitas do Estado, resolvendo assim escandalosas situações como a que se verifica com as dívidas à Previdência; em vez de pelo uso combinado, destas e de outras medidas da política, fazer pagar aqueles que podem e deviam pagar, o Governo Mota Pinto/PPD quer fazer com que sejam os trabalhadores e as restantes camadas laboriosas a suportar os custos mais gravosos da crise e escolhe o caminho fácil e imoral de ir sacar os fundos que necessita àqueles que já pagam mais e que não escondem os seus rendimentos e não fogem ao imposto.

A política fiscal deste Governo, completamente afastada do caminho traçado pela Constituição da República (que aponta para a criação de um imposto único e progressivo sobre o rendimento individual, visando a diminuição das desigualdades e tendo em conta as necessidades do agregado familiar), vem agravar ainda mais a confusão, complexidade e extrema injustiça do sistema fiscal.

Como sucede com o orçamento da segurança social, com o limite dos 18% para ajustamentos salariais, com a não aplicação da Lei das Finanças Locais e com outros aspectos das propostas em discussão, o chamado "imposto extraordinário" tem vindo a merecer a oposição das mais largas camadas da população.

O PCP votará, sem hesitações, contra a aplicação deste

agravamento da carga fiscal sobre os ombros dos trabalhadores.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** O PCP está seguro que a oposição das massas laboriosas encontrará completo eco junto das forças democráticas aqui representadas e que por isso a Assembleia rejeitará este imposto!

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso para uma intervenção.

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Tem sido preocupação de todos os Governos Constitucionais considerar como um imperativo e uma constante da sua política a prioridade da agricultura em relação aos outros sectores, prometendo garantir efectivamente os meios institucionais e financeiros necessários à recuperação da agricultura portuguesa, sem a qual não é possível resolver a crise económica e social que o País atravessa.

Também este Governo não fugiu à regra e afirmou, no seu Programa, que a agricultura seria um dos sectores prioritários da sua política de desenvolvimento. E nas grandes opções do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para 1979 não deixou de incluir o aumento da produção nacional, dando prioridade, entre outros sectores, ao da agricultura e pescas.

Estará isto, porém, claramente expresso no Orçamento Geral do Estado para 1979?

Creinos que não.

Embora as despesas públicas previstas para o sector da agricultura, silvicultura e pescas tenham aumentado 12,6% de 1978 para 1979, o que se verifica é que, percentualmente, elas diminuíram 0,4%, baixando de 4,4% do total do Orçamento Geral do Estado para 4,0% o mesmo acontecendo à educação (- 0,2%), às indústrias e construção (- 0,7%) e aos transportes e comunicações (- 1,5%), em contraste com o previsto para sectores mais privilegiados, como a segurança e assistência social (+ 0,1%), a habitação e equipamento urbanos (+ 0,2%), a defesa nacional (+ 0,5%), a segurança e ordem públicas (+ 1,1%), a saúde (+ 1,6%) e as operações de dívida pública (+ 1,6%).

Portanto, é legítimo concluir que só através de uma muito mais racional aplicação dos dinheiros e de uma maior produtividade e eficiência dos serviços poderá a tão apregoada prioridade para a agricultura ter expressão quantitativa na prática, porque as dotações ficaram aquém da expectativa.

Mas como vislumbrar a concretização de tal hipótese se a antiga orgânica do MAP (boa ou má, era uma que existia) foi destruída na vigência do I Governo Constitucional sem ter havido a elementar prudência de a substituir gradualmente pela nova estrutura institucional que de uma penada se quis implantar?

E aí temos agora mais de 13 000 funcionários esforçando-se, em muitos casos, por fazer o impossível, isto é, actuar com eficiência numa espécie de jogo de xadrez em que se dispõe apenas das pedras, mas não há tabuleiro, nem regras de jogo, nem se conhece como alcançar a vitória ou sequer o empate, como já aqui referi nesta tribuna.

Este Governo prometeu institucionalizar rapidamente as leis orgânicas dos diversos serviços, tal como o fizeram os seus antecessores, mas o tempo passa e tudo continua na mesma, gerando-se situações de frustração e ausência de expectativas que agravam a ineficácia da actuação do aparelho administrativo e provocam um mau-estar no mundo rural que não sente a contrapartida dos sacrifícios que lhe são exigidos crescentemente.

É sabido que a agricultura portuguesa se tem mostrado

nos últimos anos cada vez mais incapaz de satisfazer o consumo interno, ao menos dos produtos susceptíveis de serem produzidos em boas condições económicas o que tem diminuído a sua contribuição para o abrandamento do déficit da balança comercial.

Os produtos agrícolas representaram, em 1977, 21,8% do valor das nossas importações totais (21,9% em 1976 e 22,9% em 1975) e somente 16,5% das exportações (17,2% em 1976 e 16,6% em 1975), pelo que se torna evidente ser imperioso conseguir um acentuado aumento das produções e fazer um grande esforço de exportação dos produtos que, competitivamente, podemos vender.

Entendemos, por isso, que o Governo não se deveria ter cingido a enunciar as orientações gerais que vai seguir com vista a atingir, a médio ou a longo prazo, os três objectivos globais da política agrícola que correctamente aponta, mas antes deveria esforçar-se por indicar acções concretas de curto prazo, como seriam, entre outras, as seguintes:

- a) Aumento significativo da produção nos anos agrícolas de 1978-79 (culturas de Primavera e Verão) e 1979-80, sobretudo de cereais e oleaginosas, através de uma acção concreta nos domínios da extensão, do crédito, dos preços e do seguro, criando mesmo prémios de produtividade para as áreas e culturas seleccionadas;
- b) Melhoramento urgente dos aproveitamentos hidroagrícolas, colmatando as suas principais deficiências (nomeadamente introduzindo a rega por aspersão onde ela se justificar) e promovendo a sua máxima utilização produtiva;
- c) Garantia de preços e de escoamento dos produtos que mais interessam fomentar;
- d) Colocação sob a tutela do MAP de toda a comercialização dos produtos agrários, incrementando a luta contra a desenfreada especulação e o criminoso açaibramento que reinam por toda a parte quase impunemente, mas promovendo a sua gradual liberalização, de acordo com as regras da CEE, e a constituição de associações de agricultores devotadas à exportação.

No domínio do crédito agrícola nada se diz quanto à bonificação das taxas de juros para a agricultura, nem quanto ao Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), criado há mais de um ano, e que deveria já estar em pleno funcionamento, em estreita colaboração com o MAP, dentro de uma política coerente de crédito à agricultura, servida por um eficiente serviço de extensão rural que teima em não existir ou em funcionar, em muitos casos, mais como veículo de manipulação política ao serviço de ideologias totalitárias do que como auxílio desinteressado aos agricultores e suas famílias.

E quanto à vaga promessa de implantação do seguro agrícola, continua a ignorar-se ter o II Governo Constitucional aprovado um decreto-lei criando um instituto de protecção agrícola, com três modalidades de seguro, cobrindo os riscos naturais não controláveis, dando apoio ressegurador às mútuas de gado e oferecendo apólices multi-riscos que abrangessem, gradualmente, as culturas cuja tecnologia esteja perfeitamente dominada e garantindo aos agricultores um rendimento mínimo desde que aceitassem utilizar obrigatoriamente a técnica cultural mais aconselhável. Tudo indica que se impunha a imediata promulgação de tal diploma e já deveria estar inserida no Orçamento Geral do Estado a dotação necessária para o seu arranque imediato.

Tem este Governo, com louvável determinação, tentado fazer cumprir a Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, arrostando com a guerrilha global que lhe têm movido os que não olham a meios para que a vontade da maioria, democraticamente expressa, se vergue aos seus conhecidos designios de domínio a todo o custo.

Não lhe temos regateado o nosso apoio nesse estóico empreendimento, mas há que reconhecer que os serviços não têm tido a capacidade de acelerar o processo, de modo a concluir-se, em tempo aceitável, a devolução das terras não expropriáveis e a entrega de todas as reservas já referidas. Por outro lado, não se iniciou ainda a regularização da entrega para exploração das terras expropriadas e nacionalizadas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 118/78, estabelecendo-se e cobrando-se as previstas contraprestações em dinheiro das empresas explorantes, desprezando-se, assim, verbas apreciáveis numa altura em que se pedem mais sacrifícios aos já tão esgotados contribuintes. Desperdício semelhante e indesculpável se verifica por se não fazer cumprir integralmente o Decreto-Lei n.º 260/77, sobre a comercialização da cortiça, desviando-se criminosamente dos cofres do Estado quantias volumosas que legalmente aí deveriam entrar e que terão de se ir sacar a outro lado para cumprir as obrigações decorrentes do pagamento das indemnizações.

É lamentável que se continue a dar cobertura à manutenção de novos e maiores latifúndios na zona de intervenção da Reforma Agrária, ao abrigo de uma lei que pretendia, por imposição constitucional, extinguir o latifúndio. Nada se tem feito no sentido de privilegiar a formação de empresas familiares modernas nas áreas expropriadas ou nacionalizadas, provado como está à saciedade que estas ultrapassam de longe em êxito as soluções colectivas de exploração da terra, o que, aliás, não admira, porque isso deriva de uma conceção de democracia que assenta na família, na liberdade, na responsabilidade, na solidariedade e no progresso.

Têm sido reduzidíssimos os esforços desencadeados a favor da viabilização das novas empresas agrícolas constituídas na zona de intervenção da Reforma Agrária, assegurando-lhes condições de estabilidade, modernização e acesso ao crédito bonificado, e isso é indispensável para a renovação da nossa agricultura.

Não conseguimos encontrar no Orçamento Geral do Estado qualquer indicação sobre o financiamento do pagamento das indemnizações devidas pelo Estado aos titulares dos bens expropriados ou nacionalizados, cujos critérios de avaliação para indemnização provisória respeitante a prédios rústicos foram fixados (de forma pouco justa, diga-se de passagem) no Decreto-Lei n.º 2/79. E sem se pagarem as indemnizações, já tão atrasadas, haverá coragem e desplante de prosseguir com as expropriações num Estado que se declara de direito e proclama acatar a Convenção Europeia para Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais?

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No sentido de, construtivamente, contribuir para uma actuação mais eficiente da governação no ano de 1979, o CDS irá apresentar um conjunto de propostas relativas à política agrícola. Elas visam dar forma concreta, no espaço e no tempo, a muitas das orientações gerais subscritas pelo próprio Governo, e que consideramos essenciais se se quiser começar a fazer sair a nossa agricultura do marasmo (e até retrocesso, alguns casos) em que se encontra e que compromete gravemente o desenvolvimento socio-económico global do País. Trata-se, porém, somente de soluções possíveis no quadro constitucional e conjuntural em que nos encontramos. Porque só quando pudermos viver na plenitude das regras fundamentais de um sistema político-económico semelhante aos que desfrutam os nossos futuros parceiros da Comunidade Económica Europeia os Portugueses poderão realmente demonstrar que ainda valem mais a trabalhar na sua terra do que como emigrantes, louvados e desejados, é certo, mas valorizando antes a terra dos outros.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Dieter Dellinger para uma intervenção.

**O Sr. Dieter Dellinger (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A simples leitura do documento a que o Governo dá o nome de grandes opções do Plano para 1979 permitiriam a defesa da tese de que não vale a pena falar num papel que não contém opções válidas e não chega a ser um plano. Efectivamente, desacompanhado de uma análise da situação económica do País, desprovido das necessárias projecções macroeconómicas e sem uma seriação dos investimentos, para além de apontar em frases vagas objectivos e opções contraditórios entre si e inconciliáveis com o OGE, o documento não merece um debate, servindo, quanto muito, para aclarar alguns aspectos da política económica do Governo.

Não pretendo dizer com isto que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Prof. Jacinto Nunes, não seja capaz de elaborar um bom plano em circunstâncias diversas e que não seja um técnico competente. Só que lhe falta, em termos de orientação política governamental, o essencial para o estabelecimento de verdadeiras opções e para o planeamento dos meios para atingir objectivos. Isto é: falta-lhe o modelo político-económico de enquadramento do Plano. E falta-lhe, porque inserido num Governo de direita, não encontra a mínima possibilidade de executar um plano de acordo com as balizas político-jurídicas estabelecidas pela Constituição da República, por uma parte importante do seu corpo de leis e, principalmente, pela vontade maioritária da população, expressa em sucessivos actos eleitorais e perfeitamente traduzida nesta Câmara.

Assim, num modelo económico singularmente misto, no qual vigoram três componentes: o sector de economia de interesse geral, o sector de interesse privado e o sector de interesse estrangeiro, o Governo não foi capaz, ou não quis, optar por uma estratégia que inter-relacionasse as três componentes, construindo um modelo subordinado aos interesses superiores da Pátria, que é dizer dos Portugueses.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Até agora, e não obstante algumas afirmações de favoritismo para com o sector privado, o Governo do Sr. Prof. Mota Pinto só se preocupou em dinamizar o sector resultante dos interesses estrangeiros, parecendo que o quer elevar à categoria de sector dominante, o que é tanto mais grave quanto uma das características do modelo actual consiste precisamente na ausência de componente dominante.

Nos objectivos do Governo para 1979 está bem patente a sua incapacidade, pois os mesmos não surgem como ultrapassagem da crise actual, sendo antes a sua confirmação, a começar pelo *deficit* da balança de transacções correntes que se pretende que seja igual, ou mesmo ligeiramente superior, ao do ano anterior. Neste aspecto teria sido interessante apresentar a esta Assembleia alguns dados dos últimos meses de 1978 e de Janeiro e Fevereiro do ano em curso, para que os Deputados pudessem ter uma ideia da situação presente da balança de pagamentos, até porque as exportações, em dólares, terão subido cerca de 20% no ano passado, enquanto as importações só cresceram de 5% a 7%. O *deficit* de 1978 foi de 920 milhões de dólares, portanto menos do que o bilião de dólares assumido como objectivo para 1979 pelo Governo. Acrescente-se aqui que estão criadas algumas condições para a concretização de uma política mais eficaz de gestão selectiva das importações, e mesmo contenção administrativa, dada a habituação dos agentes económicos, que em muitos casos estão a produzir artigos anteriormente importados, e pela reestruturação efectuada nos últimos anos nos serviços de licenciamento. Além de que os objectivos de crescimento moderado do PIB de só 3% de contenção do consumo público e de rentabilidade

económica e social do sector empresarial do Estado, que significa redução do investimento e aumento de preços, não apontam para um crescimento de importações.

A contenção da inflação em 18% é um objectivo estabilizador que surge no seguimento de idêntica política praticada no ano anterior, que conheceu uma redução da tensão inflacionária de 27% em 1977 para 22% em 1978.

O objectivo expresso nas opções do Plano de conter o *deficit* do Orçamento Geral do Estado contrasta com o enorme *deficit* orçamentado para o sector público administrativo, em termos de contabilidade pública, o qual se aproxima da gigantesca verba de 100 milhões de contos, mais 63% que o *deficit* orçamentado no ano anterior, um verdadeiro espanto, não obstante não estar aqui incluída a aplicação correcta da Lei das Finanças Locais e apesar de a carga fiscal aumentar para 16,3% do PIB com a aplicação do imposto extraordinário.

No combate à fraude e evasão fiscal o Governo propõe-se tomar algumas medidas não especificadas nas opções do Plano, mas que em resposta à questões postas pela Comissão de Economia disse centrarem-se nos sectores dos vendedores ambulantes, importadores e rendimentos prediais, relativamente aos quais possui estudos adiantados.

O Governo desconhece um importante estudo do Conselho da Europa sobre a matéria e o facto que muitas empresas estrangeiras a laborar no nosso país declaram na origem avultados lucros produzidos pelas suas filiais, sendo como tal tributadas por governos estrangeiros, enquanto aquelas mesmas filiais declaram prejuízos ou lucros ínfimos. Tanto o Estado Alemão, como o Holandês, Suíço, Francês e Americano arrecadam avultadas verbas provenientes dos lucros das suas empresas em Portugal, as quais são assim sonegadas ao Fisco português por inépcia governamental. Por via dos acordos contra a dupla tributação, essas empresas chegam a declarar na origem impostos fictícios que teriam pago em Portugal às finanças portuguesas. Mas, mesmo assim, o Governo continua a acreditar que a salvação da economia nacional está no investimento estrangeiro, que não é tributado aqui, enquanto o trabalhador português vai ser gravosamente tributado no seu miserável décimo terceiro ordenado.

Num conjunto de afirmações estranhas e duvidosas quanto às suas verdadeiras intenções, o Governo afirma a propósito da existência de assimetrias salariais e de regalias sociais que tomará medidas para redistribuir aquilo que designa por excedentes relativamente a normas socialmente adequadas à situação de crise económica e financeira que atravessamos. Mas que excedentes e provenientes de onde? O Governo está pois preocupado com o desequilíbrio na distribuição do rendimento gerado pelo trabalho, mas o que pretende fazer concretamente para remediar tal mal? E o desequilíbrio entre rendimentos do trabalho e do capital, nomeadamente a quebra da participação percentual dos salários no rendimento nacional a favor do capital? Parece que os Deputados eleitos não têm o direito de conhecer o significado de afirmações tão imprecisas e pouco esclarecedoras.

Nas opções do Plano saltam à vista, um pouco por toda a parte, as profundas contradições de um Governo, que o são também de uma burguesia que não sabe governar o País num enquadramento democrático avançado, sem o monopólio da informação, ou a censura, e limitada no uso descricionário dos meios coercivos do Estado, isto é, numa situação não clarificada, para ela burguesia, como é evidente.

Efectivamente, anuncia-se como opção o aumento da produção nacional, dando prioridade aos sectores virados para a exportação, ao mesmo tempo que se afirma que as encomendas em carteira esgotaram já a capacidade exportadora das respectivas empresas e, por isso, não é aconselhável a desvalorização tão acentuada do escudo. Também se pretende incrementar o turismo este ano, com toda a capacidade esgotada. Ao mesmo tempo, nada se diz quanto a

medidas de futuro para favorecer esses sectores, nomeadamente quanto a bonificações reais que não se limitem só ao último elo da cadeia exportadora, mas também aos produtores intermédios, dos quais, naturalmente, também depende o aumento da capacidade produtiva no campo da exportação.

O total dos investimentos do Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Pública (PIDDAP) para 1979 é mesmo inferior em 261 mil contos ao orçamentado no ano passado, salientando-se que o referido programa foi também apresentado a esta Câmara no mês de Março, precisamente a 16.

O aumento moderado do produto interno bruto em 3%, do consumo privado em 2% e da formação bruta de capital fixo (FBCF) em 5% anunciados nas grandes opções do Plano surgem desgarradamente sem qualquer explicitação e não são acompanhadas de projecções macroeconómicas, que o Governo declarou ao Conselho Nacional do Plano não possuir.

Ao invés disso, o I Governo Constitucional, através do Ministério do Plano e da Coordenação Económica, apresentou a esta Câmara e ao País, em Novembro de 1977, um interessante e completo estudo económico que acompanhava as grandes opções do Plano para 1978 do mesmo Governo, isto depois de em Junho de 1977 ter apresentado a mais completa série de estudos económicos que o nosso país alguma vez conheceu, que acompanhavam o grande trabalho, aliás inútil, que foi o Plano para 1977-80. Havia então um modelo económico e os subsequentes estudos, elaborados pelo I Governo Constitucional de Mário Soares, então tão caluniado como incompetente, por muitos dos que hoje nem já os dados económicos do passado recente sabem coligir, quanto mais fazer projecções macroeconómicas e elaborar um modelo coerente. Depois, com a queda do I Governo Constitucional e o aparecimento do II Governo Constitucional, o problema do modelo começou a ser posto, mas mesmo assim não faltou uma certa coerência nas grandes opções do Plano, apresentadas em Março de 1978, em cujos estudos anexos não faltaram as indispensáveis variáveis macroeconómicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A história do planeamento económico e dos estudos de modelo em Portugal acabou com a exoneração de Mário Soares do cargo de Primeiro-Ministro. Em pouco mais de seis meses, todo o labor de quase dois anos do Departamento Central do Planeamento parece ter sido destruído pela burguesia tecnocrática que a partir de então assumiu o *contrôle* absoluto da administração deste país. Nunca mais se apresentaram a esta Câmara análises conjunturais e de planeamento. O País está hoje completamente às escuras, nada sabemos das grandes variáveis macroeconómicas, as estatísticas chegam atrasadas e após a queda do II Governo Constitucional, tanto o Instituto Nacional de Estatística como o Departamento Central do Planeamento recusaram-se a endereçar directamente aos Deputados os dados coligidos. Não fora algumas afirmações produzidas por um ou outro governador do Banco de Portugal, nada saberíamos sobre a evolução da balança de pagamentos, balança comercial, crescimento do produto interno bruto, etc. Nem no seu discurso de ontem o Sr. Vice-Primeiro-Ministro se dignou a apresentar ao País alguns dados concretos.

A forma como estão a ser sonegadas ao País e à Assembleia da República os mais elementares dados sobre a economia portuguesa assume as proporções de autêntico escândalo nacional e de um atentado vil à democracia. A este propósito recordo o notável discurso produzido pelo nosso colega Dr. Cunha Leal no Conselho da Europa acerca do acesso público à documentação governamental, que gostaria de ver repetido nesta Câmara pois o problema é bem mais grave no nosso país do que na maior parte da Europa. Disse então o nosso colega: "O *contrôle* parlamentar não se deve limitar aos actos finais, mas exercer-se sobre a prepara-

ção das decisões e a sua fiscalização". Pobres de nós, nem as mais elementares variáveis macroeconómicas conhecemos com a prontidão suficiente para podermos fazer alguma uso das mesmas.

Quanto à contenção simultânea dos preços e salários, o Governo pretende fazer crer que pode limitar eficazmente os respectivos aumentos a 18% quando, na verdade, só dispõe de instrumentos legislativos para limitar os salários, dependentes como estão da contratação colectiva, para além de que há uma verdadeira dessincronia entre preços e salários, podendo os primeiros aumentar várias vezes no ano sem limites temporais. Esperemos que o Governo elabore a legislação suficiente para limitar todos os aumentos de preços a esse *plafond* máximo, ou teremos que ser nós a fazê-lo, e não venha o Sr. Primeiro-Ministro dizer que isso é prejudicar a sua democracia.

A contenção do actual nível de desemprego, bem como a correcção dos desequilíbrios sectoriais, regionais e do sector público administrativo e o desenvolvimento concertado dos mecanismos económicos como aqueles que asseguram o nível e a qualidade de vida das populações são frases vazias de qualquer significado, quer por contrastarem com a própria política orçamental, quer porque o Governo não se dá ao trabalho de as explicitar minimamente perante os Deputados eleitos pelo povo português.

A implantação ou alargamento dos equipamentos educativos de apoio e de segurança é outra afirmação farisaica do Governo, dado que o próprio Orçamento Geral do Estado reduz as verbas para a saúde e educação. Foi tal a contracção de verbas que, segundo técnicos do Ministério da Educação, não vão ser utilizados alguns empréstimos estrangeiros para determinados fins educativos, nomeadamente equipamento e construção de instalações escolares, por estar comprometida a participação financeira portuguesa nos respectivos projectos, que andava geralmente pelos 40%.

Também a forma apagada como o Plano contempla o sector cooperativo e esquece o sector autogerido é profundamente criticável, quer por significar uma oposição do Governo a princípios constitucionais, quer por significar ainda uma clara oposição do Governo à maioria da Assembleia da República, que se vê obrigada a fazer leis para obrigar o Governo a cumprir a legislação elaborada anteriormente por esta Câmara...

#### *Aplausos do PS.*

Depois vêm dizer que a oposição é a da maioria da Assembleia da República contra o Governo, como se isso fosse possível, pois se o Governo reconhecesse não ter essa maioria por si nem sequer deveria ter aceite ser empossado.

No Plano e no OGE duas grandes áreas estão ainda postosadamente omissas, a da aplicação da Lei das Finanças Locais ou o avanço para uma democracia mais participada pelas populações e a do sector empresarial do Estado ou o avanço para a democracia económica. Significa isto tão-só que o Governo do Prof. Mota Pinto impôs-se a si mesmo a tarefa de ser uma paragem no processo do desenvolvimento da democracia participativa e económica em Portugal.

A gravidade do primeiro dos aspectos é exposta por outros colegas, pelo que me vou ater à problemática do sector empresarial do Estado.

Sendo que o único tipo de gestão moderno é o por objectivos, não se comprehende que o Governo surja perante esta Câmara, representativa do povo português, o verdadeiro proprietário do sector empresarial do Estado, sem objectivos, sem uma auténtica política de *goals*, como dizem os especialistas do *management* para o sector empresarial do Estado.

O Governo que tutela centenas de empresas públicas, controladas ou participadas, cujo valor acrescentado bruto terá ultrapassado em 1978 os 100 milhões de contos, empregando cerca de 140 mil trabalhadores e com uma formação bruta de capital fixo da ordem dos 30 milhões de con-

tos, não dedica mais do que umas poucas linhas ao sector nas opções do Plano, afirmando querer elevar a sua eficácia, logo seguida da indicação programática de que é o sector privado que deve ser desenvolvido.

Relativamente ao importante sector empresarial do Estado no seu todo, compete aos Deputados desta Assembleia serem o órgão fiscalizador por exceléncia na qualidade de representantes eleitos do povo português. Não podem pois os Deputados aceitar que o Governo se exima a prestar contas e a estabelecer uma política económica para o sector empresarial do Estado sob pena de estarmos a trair o mandato que nos foi confiado. Não fomos eleitos para passar cheques em branco que não seremos nós a pagar, mas sim os trabalhadores portugueses. Como escreveu em Novembro passado a Dr.ª Manuela Silva, o critério que preside à diferenciação das empresas públicas e privadas não pode ser fundamentalmente o da apropriação do capital, mas antes o seu comportamento como órgão de socialização. Assim não tem sido, e tem sido relegada para plano secundário – disse Manuela Silva – a exploração das possibilidades que a empresa pública oferece como instrumento da política económica estatal na sua dupla dimensão, conjuntural e estrutural.

Efectivamente, no presente estado evolutivo da civilização, caracterizado pela generalização mundial da economia de estado, com ou sem a figura jurídica da empresa privada, as políticas de condução económica pelo exclusivo da via monetarista são cada vez mais insuficientes. Ao Estado compete pois uma intervenção estrutural na produção, como forma de ultrapassar sucessivamente as duas grandes contradições do presente momento histórico: a entre o carácter social da produção e a apropriação privada do capital e a entre o carácter também universal da produção e a apropriação pelos Estados – nações mais ricas dos principais meios e resultados da produção.

Por isso, é errada a concepção da empresa pública como emanado de um simples capitalismo de Estado, sem esquecer que “uma empresa pública antes de ser pública é uma empresa”, como o disse o representante da UGT no Conselho Nacional do Plano, Torres Couto, antes de afirmar que se o Governo se esquece de investir no sector público arrastará as empresas ainda hoje frutiferas para a falência.

Mas o que é fundamentalmente o sector empresarial do Estado para os Portugueses? Será um conjunto de empresas que devem produzir lucro como qualquer restaurante, loja de electrodomésticos, fabriqueta de botões ou camisas? Ou serão os transportes, a energia eléctrica, o abastecimento de água, a refinação de petróleos, a produção de cimentos, adubos, produtos químicos de base, ferro e aço, fibras sintéticas, papel e pasta, assim como os seguros, a banca e muitas outras actividades industriais e de serviços.

Quando o Governo se propõe este ano investir no sector público 11,5 milhões de contos para elevação do capital estatutário e 6 milhões de contos para subsídios, que mal dão aos preços actuais após a inflação para os reforços de capital da Setenave e das transportadoras, cujas necessidades, para o pagamento de novo material circulante ultrapassam largamente as dotações fornecidas pelo Governo, está ou não a pôr em causa futuros empreendimentos em sectores tão importantes como a electricidade, adubos, ferro, cimentos, etc.

Por opção direitista, não se torna possível cortar gradualmente os fluxos de capital para as empresas públicas sem curar de comparar as vezes que estas aumentaram os seus preços com as privadas. E basta perguntar a qualquer construtor civil para que ele diga que não conseguiu, nos últimos dois anos, fazer duas aquisições sucessivas de tintas, azulejos, madeiras, alumínios produzidos por empresas privadas sem aumentos de preço, mesmo quando se trata de compras intervaladas de dias ou semanas, enquanto o cimento, o ferro, a electricidade, os adubos, etc., têm sofrido

aumentos, moderados espaçados de um ano, numa forma genérica.

O Governo não apresentou uma lista completa de investimentos no sector empresarial do Estado e não se separou concretamente as empresas públicas que fornecem serviços de alto relevo social e económico, como as transportadoras, do florescente sector industrial do Estado e dos sectores básicos, parecendo que só o problema do lucro é relevante, sem haver a considerar a problemática dos custos sociais.

Na realidade, se considerarmos o alto nível salarial praticado no sector empresarial do Estado verificamos que a sua situação até não é tão má como parece. Em Portugal, qualquer empresa que pague salários médios de 5 a 6 contos, sem regalias, produz um lucro equivalente à massa salarial, como acontece com parte do sector privado, nomeadamente com as empresas têxteis e de confecções, que empregam uma mão-de-obra predominantemente feminina paga pelo salário mínimo. Se todos os salários fossem a miséria do salário mínimo não haveria problemas de balança de pagamentos, déficits do Orçamento Geral do Estado, prejuízos empresariais, etc. Haveria, sim, miséria para a esmagadora maioria dos trabalhadores.

Mas, dado que mesmo um ordenado de 12 contos não permite que se viva condignamente, não se pode pôr o problema em termos salariais, tendo a economia de ser gerida em função de objectivos que apontem para o crescimento salarial, apesar das dificuldades que isso levanta aos maus gestores.

Fundamentalmente, urge arrancar com o Plano Siderúrgico Nacional, pois no ano passado importámos quase 10 milhões de contos de ferro e aço. Também urge iniciar a construção de novas unidades fabris para a produção de metanol, amoníaco, ureia, ácido nítrico, gás de cidade, etc. Por exemplo, a não concretização imediata da substituição das actuais unidades de amoníaco, em vias de pararem por envelhecimento, fará com que a actual produção de 260 000 t desça para 150 000 em 1983, necessitando então o País de importar 180 000 t do produto. O mesmo se passa com o ácido nítrico e com os adubos nitro-amoniaxicos.

No sector da produção da energia eléctrica, o País tem de construir até 1990, pelo menos, nove centros de produção hidroeléctricos e dez centros de produção a carvão, fuel e, eventualmente, nuclear, totalizando uma capacidade de 16 952 GWh, ou seja, tanto como a produção actual. Pois aqui parece que vamos estar mesmo às escuras daqui a uns anos, já que o Governo não apresenta qualquer indicação dos projectos a realizar, estando a atrasar todos os projectos já estudados. As dotações orçamentais para o desenvolvimento económico no âmbito do Plano destinam-se quase exclusivamente para obras já iniciadas e em apreciável estado de desenvolvimento, com excepção de novas pistas de aviação militar para um país que não tem uma força aérea minimamente capaz e que se arrisca a não ter electricidade suficiente e a repetir em anos secos o que sucedeu em 1975, quando no mês de Agosto foi preciso paralisar toda a indústria durante a manhã ou a tarde por falta de electricidade.

O mesmo se passa, pois, com a siderurgia, a petroquímica, etc., cujos projectos vão ser revistos depois de terem sofrido uma paragem na segunda metade de 1978.

Qual o nosso futuro no fim da década de 80 se hoje consentimos que, por motivos ideológicos, se deixe de investir num sector constituído por empresas públicas, como acontece em quase todos os países da Europa.

Enquanto uns lunáticos falam em revisões constitucionais, em matar o socialismo, atirar o PC para um *gheto*, o País estará condenado a viver às escuras no fim da década de 80, ou a importar electricidade, adubos, produtos químicos de base, alimentos, ferro, cimento, etc. Teremos então como únicas matérias-primas verdadeiramente nacionais o ar e a água, importando tudo o resto para produzir umas

confecções têxteis, uns sapatitos, etc., que exportaremos, porque esses serão os artigos fabricados em empresas privadas e só estas parecem interessar o Governo. É evidente que se fala muito em crise de certos sectores básicos na Europa, nomeadamente o siderúrgico e o químico. Mas só os ignorantes e os imbecis é que não conhecem o carácter cíclico da maior parte das produções dependentes de grandes investimentos. É natural que um qualquer jurista de província não saiba o que foi a alta especulativa do ferro e aço e dos químicos em 1972, 1973 e 1974. Nessa altura, grande parte das empresas consumidoras foi vítima de uma política de rateio dos grandes monopólios estrangeiros e dos preços especulativos. Hoje, a siderurgia europeia está empenhada em reduzir a sua capacidade de produção, liquidando duzentos mil postos de trabalho para daqui a quatro ou cinco anos voltar a uma fase de subida especulativa dos preços por falta de oferta. Se até então nada fizermos, condenaremos o povo português a uma tremenda situação de dependência e faremos perigar não as empresas públicas, mas toda a nossa capacidade produtiva.

Não se pode pois dissociar o sector empresarial do Estado daquilo que produz e deixar de lhe imprimir a dinâmica correspondente às necessidades de uma vasta gama de produtos e serviços básicos.

Temos que exigir do Governo uma verdadeira política industrial para o sector empresarial do Estado ou tomar medidas mais drásticas para substituir a respectiva equipa por uma mais capaz, pois não parece que um elenco que não se mostrou aqui entusiasta do sector empresarial do Estado possa resolver os seus problemas.

*Aplausos do PS e de alguns Deputados do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gusmão, também para uma intervenção.

**O Sr. Manuel Gusmão (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É fácil encontrar afirmações demagógicas do Sr. Primeiro-Ministro sobre a importância da educação e da cultura.

Entretanto, a verdade é que o orçamento do Ministério da Educação, comparado com o do ano anterior, é o que menos aumenta em termos monetários e, por isso, o que mais desce em termos reais. Mais ainda, a dotação inicial para a educação no conjunto do Orçamento Geral do Estado desce para o seu ponto mais baixo desde 1975. Em 1976 atingiu-se a dotação inicial mais elevada; desde então, o peso relativo das verbas para a educação no conjunto do OGE tem vindo a diminuir até chegarmos a esta situação de forte restrição que hoje nos é proposta. Estes são indicadores claros da demagogia com que a direita agita o problema da educação e das deformações grosseiras com que procura atribuir a degradação do ensino aos primeiros anos da Revolução.

Esta forte redução real das possibilidades de expandir e melhorar o sistema educativo é tanto mais grave quanto é facto que, em resultado das sucessivas restrições orçamentais, a situação do sistema de ensino se tem vindo a degradar nos últimos dois anos. Mantém-se a falta de vontade política e de capacidade técnica para empreender a resolução do problema do analfabetismo, e para aplicar a lei desta Assembleia que cria o sistema público de educação pré-escolar; descem as dotações para o ensino especial; deteriora-se a rede de estabelecimentos escolares, agravam-se as carencias de equipamento e funcionamento das escolas; mantém-se a pobreza e mesmo a falta de apoio pedagógico e didáctico dos professores.

Importa antes de avançar salientar uma nota: o mapa de resumido comparativo dos orçamentos da educação em 1978 e 1979 estava completamente distorcido. Só ontem o mapa corrigido nos foi entregue. Excluindo a hipótese de se ter querido esconder a realidade dos números, os erros na sua indicação dão uma bela imagem da apregoada competência

deste governo... Só que, ao que parece, o FMI está mais bem informado da situação do que a própria Assembleia da República.

Entretanto, foi fácil detectar uma clara contracção das verbas com a educação permanente, que subindo no orçamento ordinário descem acentuadamente nos investimentos do Plano. Isto é tanto mais escandaloso quanto foi no ano passado que esta Assembleia aprovou a lei sobre alfabetização e uma vez que no Plano ela se aponta como um dos objectivos prioritários. Esta ignorância na prática da lei da Assembleia, assim como se ignora a Constituição nesta matéria, denuncia claramente a retórica da direita e o sentido real do seu voto ao aprovar certas leis.

O mesmo, aliás, se passa com a aplicação da Lei da Assembleia da República que cria o sistema público de educação pré-escolar. O Governo Mota Pinto reduz as verbas orçamentadas para a educação pré-escolar. Isto no Ano Internacional da Criança. Isto quando a situação é de que a grande maioria das crianças portuguesas não beneficia dessa educação, nomeadamente os filhos dos trabalhadores e em geral da população do interior, das zonas rurais e suburbanas.

A Sr.a Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Outro estrangulamento grave dá-se no que diz respeito às construções escolares, ao equipamento e funcionamento das escolas, nomeadamente no ensino básico e secundário. Estes estrangulamentos vão agravar carências, degradar ainda mais as condições de trabalho e de estudo de professores e estudantes, levantar mais obstáculos à gestão democrática, reduzir ainda mais a qualidade do ensino. Por outro lado, no que diz respeito à formação docente e ao apoio pedagógico, o aumento dos investimentos do Plano situa-se muito abaixo da taxa de inflação, deixa também aqui todas as razões para recuar a redução da qualidade de ensino.

No que toca à Secretaria de Estado da Cultura, mantém-se na posição relativa muito baixa de 0,39 % do OGE. Isto quando a UNESCO e mesmo o Conselho da Europa recomendam que devem atingir 1 %, e quando a situação em várias esferas da nossa realidade cultural é dramática. O aumento efectivamente verificado é ainda assim e por muitos e largos sectores reconhecidamente insuficiente. Nota-se um esforço para aumentar as verbas para o património cultural e, nomeadamente, para investir na formação de técnicos de conservação e restauro e na criação de centros para essas acções. Entretanto, é de salientar que para estas actividades o aumento do custo dos materiais necessários é superior à inflação e que o nosso património se encontra em muitos aspectos numa situação à beira do desastre.

É igualmente preocupante o fraquíssimo peso relativo das verbas para a Direcção-Geral da Ação Cultural e de modo geral para as acções de apoio à descentralização cultural, à actividade cultural amadora e popular, pelo que se receia legitimamente a manutenção da travagem da democratização da cultura. Uma nota final: a abolição dos adicionais que revertem a favor do Instituto Português de Cinema e do Fundo de Teatro geram uma situação que não pode ser aceite, como aliás o próprio Secretário de Estado da Cultura manifestou na Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Nada garante que a Secretaria de Estado da Cultura seja integralmente compensada por essa abolição. Havendo reposição integral, não se percebe porquê então abolir os adicionais; não havendo tal reposição, tornar-se-ia impossível erguer uma cinematografia nacional e seriam acrescidas as dificuldades para a actividade dos grupos profissionais de teatro.

Entretanto, convirá sempre lembrar que uma das bases seguras em que assenta qualquer política séria de democratização da cultura é um sistema educativo de qualidade. Ora vimos o que neste sector se passa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Investir na educação é investir no futuro. Isto não é difícil de entender para quem compreenda que o ensino e a educação de qualidade são um factor de enraizamento da democracia e de progresso económico e social independente. Isto pode ser executado por quem não paute a sua actuação pela submissão aos interesses das classes exploradoras e parasitárias. Não o entende assim, não procede assim o Governo Mota Pinto/PPD, que submete Portugal ao imperialismo, agrava a exploração dos trabalhadores, atenta contra as liberdades democráticas. Este Governo, com que a direita nos desgoverna, ao retrair drasticamente as verbas para a educação hipoteca assim também o presente e o futuro de Portugal.

O Sr. Aboim Inglés: — Muito bem!

O Orador: — Por isto, este Orçamento deve ser rejeitado; por isto, a esmagadora maioria do povo português rejeita esta política.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Na apresentação das propostas de lei do Plano e do Orçamento, o Sr. Vice-Premier-Ministro voltou a insistir na teca já gasta de que os pesados sacrifícios exigidos ao povo são necessários para garantir o futuro dos nossos filhos. Ora nada é mais querido aos trabalhadores que o futuro do seu país e nenhum sacrifício será regateado na condição de efectivamente contribuir para se entregar às gerações futuras um Portugal melhor. Mas precisamente o que faz a UDP rejeitar as presentes propostas de lei do Plano e do Orçamento é que se destinam a sobrecarregar o povo com mais e mais sacrifícios, em nome dos interesses de uma minoria privilegiada, dos grandes capitalistas e do imperialismo internacional. A ser aplicado o modelo económico preconizado por este Governo, o Portugal que entregaremos aos nossos filhos será um Portugal ainda mais dependente do estrangeiro, onde a miséria do povo será a riqueza de uma pequena camada de privilegiados.

Senão vejamos. As duas principais características do modelo económico deste Governo resumem-se em ser um modelo exportador que faz assentar o desenvolvimento económico sobretudo nos sectores virados para a exportação aos quais são concedidos toda a espécie de sacrifícios e facilidades; ser um modelo claramente dependente do imperialismo, de que o Fundo Monetário Internacional constitui e é o principal promotor. Como não podia deixar de ser, este modelo corresponde nos seus traços essenciais às exigências formuladas pelo grande capital no recente Congresso das Actividades Económicas, que corresponde à associação cada vez mais íntima entre os grandes monopolistas corridos depois do 25 de Abril e o capital internacional — de que é exemplo de ponta a MDM dos Melos —, no quadro da integração na CEE e da aceitação, sem um só protesto, das exigências do Fundo Monetário Internacional.

Um tal modelo aponta para alterações importantes no conjunto da sociedade portuguesa, nomeadamente para alterações na estrutura produtiva através de cada vez mais violenta destruição das pequenas e médias empresas, com elevadas taxas de juro, e, além disso, esmagando-as pela eliminação das medidas protectoras (direitos alfandegários, sobretaxas às importações, contingentação, etc.). Um tal processo acabará abrindo o mercado interno às grandes empresas estrangeiras. Paralelamente, o sector público vai sendo preterido em nome da iniciativa privada. Em contrapartida ganharão peso na estrutura produtiva portuguesa as indústrias fortemente utilizadoras de uma mão-de-obra que terá de ser cada vez mais barata e dócil, indústrias essas

voltadas para mercados externos e baseadas na exploração de recursos naturais nos sectores tradicionalmente exportadores ou de tecnologia intermédia, trabalhando sob a forma de subcontrato. Neste processo assumirá papel de relevo a acção de sociedades de investimento, cuja criação o Governo vai incentivar. É aí que o grande capital congregará os meios de financiamento suficientes para deitar mão a inúmeras empresas, relançando o seu poderio. As chorudas indemnizações, as grandes fortunas pessoais e o crédito externo não faltarão para a prossecução dos objectivos dessa autêntica banca privada de investimento.

Uma consequência clara deste projecto será a forte concentração de riqueza em determinados extratos sociais, que condecorará novo impulso com o consequente agravamento das desigualdades sociais. Na verdade, desde 1976 a participação dos rendimentos salariais no rendimento nacional vem diminuindo a ritmo acelerado, sendo hoje a estrutura de distribuição idéntica à existente em 1973. Ainda por cima, para 1979 o Plano aponta uma diminuição da parte dos salários no rendimento nacional, ao prever uma quebra dos salários reais e um aumento de produtividade.

Outra consequência extremamente grave deste projecto é o abandono de qualquer processo de desenvolvimento autônomo. Todas as indústrias que efectuem substituição de importações capazes de promover um desenvolvimento de base nacional serão contrariadas e impedidas. Disso são exemplos as contrariedades que vem sofrendo o plano siderúrgico as ameaças que pairam sobre a Metalúrgica Duarte Ferreira, o esquecimento do projecto do Alqueva, etc. Mesmo no plano de agricultura e pescas, que são por excelência dois campos para o desenvolvimento do projecto de independência nacional, mesmo aí o Governo destrói o que de bom já existe, em nome dos interesses dos camponeses ricos, dos grandes rendeiros capitalistas e dos grandes intermediários. Basta olhar para as verbas inscritas no OGE para estes sectores para vermos que o Governo não está interessado em qualquer esforço sério. O desenvolvimento da actividade dos intermediários vai seguir-se ao apagamento do papel dos organismos de intervenção económica, como já se tem visto nos recentes escândalos nos sectores das sementes, do vinho, do azeite e do peixe congelado. A destruição violenta da Reforma Agrária é uma prova clara de como o Governo vira as costas à independência nacional — e ainda por cima sobrecarrega com 300 000 contos de impostos as cooperativas e UCPs!

Uma última consequência do projecto do Governo, e que é apresentada como muito boa pelo Governo, obviamente, é o previsível aumento no futuro do investimento estrangeiro. Só que é preciso dizer ao povo que o Governo pensa atrair o investimento estrangeiro, oferecendo-lhe mão-de-obra barata e consequentes taxas de lucro elevadas, ou seja, pensa atrair o investimento estrangeiro ou a miséria do povo português. E é preciso dizer que muito do capital estrangeiro de que o Governo está à espera não é nem mais nem menos do que o dinheiro desviado de Portugal pelos grandes monopolistas. Segundo o próprio Governo suíço, só nos bancos suíços encontram-se depósitos de cidadãos portugueses da ordem dos 44 milhões de contos. E assim o grande capital monopolista, que fugiu fraudulentamente após o 25 de Abril porque o povo queria uma vida melhor, pretende ir regressando sobretudo agora que este Governo promete restaurar o seu poderio sob as ruínas do 25 de Abril!

É claro que este projecto implica que sejam comprometidos os esforços que se requerem no campo da saúde, da habitação e da educação. As empresas públicas vêem os seus subsídios reduzidos em 50%, e o Governo esforça-se por impedir a aplicação da Lei das Finanças Locais. E o povo tudo paga para o Orçamento Geral do Estado, do qual nenhum benefício acabará por retirar. Como se já não chegasse os impostos existentes, ainda querem tirar metade do 13.º mês em vez de obrigar o capital a pagar os seus

impostos. É claro que a aplicação de um tal projecto claramente contra o povo exige uma política autoritária, mesmo fascizante. O povo e os democratas não o podem ignorar que o projecto do FMI e deste Governo nem sequer é original, pois já foi aplicado noutros países da Ásia e da América Latina. Por exemplo, na Argentina, no Brasil, na Indonésia a sua aplicação foi sempre acompanhada pela instauração de regimes fascistas que amordaçaram os protestos populares e que permitiram à grande burguesia desses países, aliada ao imperialismo internacional, engordar com a miséria e a exploração desses povos. E hoje é contra tais planos económicos, é contra as ditaduras que o sustentam que lutam os povos desses países.

Face a tudo isto comprehende-se por que é que, apesar de o Governo se dizer em austeridade, as verbas para a PSP e a GNR são generosamente alargadas; percebe-se por que é que o Governo procura estabelecer no Alentejo um autêntico estado de sítio, com grandes contingentes de polícia fazendo barragens nas estradas e agredindo selvaticamente os trabalhadores. Percebe-se por que é que o Ministro Proença de Carvalho procura amordaçar a imprensa a rádio e a televisão, expulsando as vozes discordantes, anulando os programas progressistas; percebe-se por que é que andam aí em grande agitação os defensores das teses de referendo da Constituição, aos quais já se juntou o próprio Primeiro-Ministro; percebe-se por que é que se anda a criar um clima golpista que possibilite o golpe de Estado mais ou menos violento, e percebe-se ainda melhor a agitação de Sá Carneiro por o Conselho da Revolução ter desaprovado a violência no Alentejo. A extrema-direita não é inocente e sabe bem que nos outros países onde projectos destes foram aplicados foi preciso implantar regimes antidemocráticos. E, naturalmente, de forma implacável, procura aplicar a mesma solução política em Portugal.

Importa, pois, que as forças democráticas não repitam aqui os mesmos erros que foram cometidos noutros países. É possível vencer a direita reaccionária e é possível derrubar este Governo, impor eleições gerais antecipadas, salvaguardar o regime constitucional. Os trabalhadores, dando mostra da sua profunda consciência democrática, estão já na rua para defender a liberdade e derrotar este Governo. E é na força imensa dos trabalhadores que reside a única saída capaz de salvar o 25 de Abril e conquistar o socialismo!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vamos agora fazer o intervalo regimental, recomendando os nossos trabalhos às 17 horas e 50 minutos.

Está suspensa a reunião.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Está reaberta a reunião.

*Eram 18 horas.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Pereira Magro):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As grandes opções e o Orçamento, no que ao Ministério dos Assuntos Sociais se refere, foram elaborados tendo em consideração a conjuntura actual e as consequências de decisões tomadas por Governos anteriores que, naturalmente, condicionam as metas mais ambiciosas que se desejariam alcançar. Mas mais, naturalmente, que aquelas opções têm como base o Programa que esta Assembleia apreciou e não rejeitou e como objectivo atingir, apesar dos condicionalismos já referidos, uma melhor satisfação dos justos anseios dos beneficiários das suas acções, que são a quase totalidade do povo português.

Analisemos separadamente os dois grandes domínios de

preocupações deste Ministério: a saúde e a segurança social.

No que à saúde se refere, a situação de partida é a seguinte: um orçamento para 1978, no montante de cerca de 19 milhões de contos, que foi largamente ultrapassado, tendo sido despendido mais cerca de 9 milhões do que o previsto e ainda restando, aproximadamente, 3 milhões de contos de despesas de 1978 para liquidar no corrente ano. E, por outro lado, todas as críticas, muitas delas reais, sobre a má qualidade dos serviços prestados e a deficiente cobertura de muitas zonas periféricas, para só falar dos problemas mais importantes. Como se compatibilizará a possibilidade de melhores cuidados de saúde com um orçamento que é, em relação à execução orçamental do ano findo, em 3,6% inferior em valor monetário e em 14% em valor real? Pensamos que essa compatibilização é possível porquanto analisámos preocupadamente a gestão dos anos anteriores e verificámos que uma mais eficiente organização e gestão vão permitir importantes economias; aliás, algumas acções nesse sentido estão já em curso e outras serão em breve lançadas.

Não irei nesta minha intervenção tratar exaustivamente este problema, mas simplesmente apresentar alguns casos frisantes:

Lançamento de compras conjuntas da maior parte dos bens que os hospitais necessitam trazem seguramente – e posso afirmar seguramente, porque das primeiras acções já tenho os resultados – economias que se aproximam do nível dos 15%.

Limitação da prescrição nos Serviços Médico-Sociais no que se refere a quantidades, de que se prevê também reduções daquele nível;

Reorganização dos serviços implicando, por um lado, que quando da necessidade de hospitalização de um doente os meios auxiliares de diagnóstico efectuados nos cuidados primários sejam transferidos para o respectivo hospital, por forma a evitar a sua duplicação e a aumentar a rapidez do tratamento daquele, e, por outro lado, um melhor aproveitamento dos equipamentos oficiais, promovendo uma maior utilização destes e, concomitantemente, um menor acesso a meios convencionados;

Progressiva diminuição do recurso a cuidados no estrangeiro e melhor distribuição dos meios humanos existentes pelo território português, do que decorre, além do benefício directo às populações por mais fácil e rápido acesso aos cuidados de saúde, a economia inerente ao facto de os cuidados primários serem menos onerosos que os prestados nos hospitais distritais e estes menos do que os prestados nos hospitais centrais.

Em resumo, é através de uma racional definição da competência de cada elemento do sistema e do seu integral cumprimento que se conseguirá a melhor satisfação das necessidades dos utentes com a maior economia de meios.

No que à segurança social se refere, a situação de partida também não é brilhante. Com efeito, medidas tomadas nos últimos anos têm provocado, por exemplo, que o número de pensionistas aumentasse entre Janeiro de 78 e Fevereiro de 79 em 250 000, isto é, 20%, o que tem como consequência que mesmo sem aumento do valor das pensões o seu montante em 1979, em relação a 1978, seja 28% superior para a invalidez e reabilitação e 22% superior para a terceira idade, traduzindo-se num acréscimo de encargos da ordem dos 7,5 milhões de contos. Mas mais, se verificarmos a evolução dos encargos com prestações diferidas no período de 1976 a 1979, constatamos que a sua taxa de crescimento é de 31% (18 milhões de contos em 1976 e 42 milhões em 1979). Se tivermos em consideração a moderadíssima evolução do nível de emprego e do produto interno bruto nestes anos, somos forçados a concluir sobre o negro futuro que estamos a construir para os nossos filhos, somos forçados a reconhecer quanto estaremos a prejudicar os elementos activos de hoje, pensionistas de amanhã.

Também a nossa preocupação se avoluma quando nos debatemos sobre as prestações por doença. Com efeito, olhando para a evolução dos valores entre 1972 e 1978, vemos que, para uma população beneficiária activa que aumentou de 25%, os dias indemnizados tiveram um acréscimo de 85% e o *ratio* dias/beneficiários/ano sofreu um aumento de 48%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não posso nem quero acreditar que sejamos um País doente! Não posso deixar de chamar a atenção a esta Assembleia e ao povo português que a abusiva, ou pelo menos, desregada utilização da baixa, fere gravemente a economia e a médio prazo prejudica também quem dela abusa.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, um problema que não pode ser menosprezado é o dos *atrasos de pagamento à Previdência*. Analisando também a evolução destes atrasos, verifica-se que o seu montante no fim do ano passado era vinte vezes superior ao existente em fins de 1972 (1,1 milhões de contos em 1972, 22,3 milhões em 1978). Porque as contribuições para a Previdência são a principal receita do orçamento da segurança social e porque não podemos admitir que aquela funcione como elemento paralelo do sistema bancário, consideramos a absoluta necessidade de sustar este processo e de lançar medidas que provoquem a sua progressiva recuperação; mas também não temos dúvidas de que este processo, que se consolidou ao longo de cinco anos em praticamente todos os sectores de actividade e em todos os tipos de empresas, terá de ser atacado de forma muito criteriosa e através de um amplo leque de acções, sem o que se corre o risco de provocar prejuízos talvez irreparáveis a muitos sectores da nossa economia. São estas preocupações que baseiam, justificam e norteiam as grandes opções e o Orçamento que ora se apresentam.

Algumas medidas que no relatório se explicitam são impopulares, eventualmente discutíveis e podem talvez parecer desgarradas. Impopulares porque, visionando sobretudo o futuro, geram alguns sacrifícios imediatos. Eventualmente discutíveis, na medida em que, por nem sempre ser objectivamente possível discriminar a sua incidência somente nos prevaricadores, se é forçado a atingir um universo mais amplo. Desgarradas só porque naturalmente o Orçamento e o seu relatório não explicitam, porque não é esse o seu fim, todas as outras medidas em que aquelas se inscrevem, formando um sistema coerente e que ou já foram ou a breve trecho serão postas em execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É nosso firme propósito tudo fazer para prosseguir as acções tendentes a uma maior arrecadação de receitas e à sua harmoniosa distribuição no sentido de as utilizar equilibradamente nos vários grupos de utentes, não esquecendo as prioridades existentes que são os rurais e os beneficiários da pensão social. Este propósito já começou a ter os seus frutos e é com satisfação que posso informar esta Assembleia que, graças às acções já desenvolvidas, nos dois primeiros meses deste ano se conseguiram arrecadar 10,8 milhões de contos de contribuições, o que indica pelo menos uma forte contenção nos atrasos de pagamento e permite prever uma progressiva recuperação. Assim, estamos convictos que, continuando intensivamente as acções de promoção da arrecadação de contribuições e do *contrôle* de despesas e de concessão de prestações, teremos o prazer de em princípios do próximo mês de Junho apresentar a esta Assembleia uma proposta de revisão do orçamento da segurança social em que, mantendo o seu equilíbrio sem recurso ao Orçamento Geral do Estado possamos melhorar significativamente a situação dos beneficiários de prestações diferidas sem com isso contribuir para pôr em causa o futuro da economia portuguesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra para pedir esclarecimentos.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro, antes de mais, não posso deixar de dizer que considero um pouco estranho que o Sr. Ministro, ao apresentar um orçamento da segurança social, termine a sua intervenção anunciando uma revisão desse mesmo orçamento.

Sendo assim, pergunto: então o que é que estamos aqui a discutir? Um texto provisório que terá de ser revisto? Que consideração é que o Sr. Ministro tem, afinal, pelo trabalho que estamos aqui a desenvolver?

O Sr. Ministro admitiu também que algumas das medidas contidas na proposta de orçamento da segurança social são impopulares. Crejo que o termo rigoroso não é bem esse, pelo menos na opinião do meu grupo parlamentar, mas sim que são anti-sociais.

Vou fazer algumas perguntas que provam o que acabo de dizer, embora numa intervenção que iremos fazer sobre o assunto tenhamos depois oportunidade de o demonstrar mais pormenorizadamente. É o caso das medidas propostas relativamente aos reformados e pensionistas. Sr. Ministro, no orçamento da segurança social, sendo certo que hoje a larga maioria dos reformados e pensionistas — um milhão e meio de portugueses — vive abaixo dos níveis médios de subsistência.

Numa entrevista que o Sr. Ministro deu ao jornal *A Capital*, em 26 de Dezembro passado, anunciou que este ano o Governo iria propor um significativo aumento das pensões de reforma.

Há dias, creio que na passada sexta-feira, na Televisão, sobre o mesmo assunto, o Sr. Ministro revelou que o aumento das pensões de reforma seria pelo menos idêntico ao verificado no ano passado. Ora, o aumento que se verificou no ano passado foi significativamente insuficiente, não tendo abrangido as pensões sociais. Mas, mesmo assim, por cálculos que são muito fáceis de fazer, verifica-se que no ano passado houve um aumento que rondou os 3 140 000 contos.

No orçamento da segurança social que o Sr. Ministro agora apresenta há uma disponibilidade de verbas para um aumento das pensões de reforma que não vai além de 1 800 000 contos. Onde é que o Sr. Ministro vai buscar o resto do dinheiro para proceder a esse tal aumento, pelo menos idêntico ao do ano passado? Ou estaria o Sr. Ministro, na Televisão, a criar falsas expectativas à um sector da população, esse milhão e meio de reformados, que nos merece a maior consideração?

Outra pergunta, Sr. Ministro: o orçamento da segurança social prevê um aumento da taxa de desconto para segurança social dos trabalhadores e da entidade empregadora, que, quanto a nós, não se traduz em benefícios para esse campo. Qual é, portanto, o fundamento legal de tal medida? Aumentar a taxa para a segurança social — como se fosse para a segurança social! — e depois desviar esse montante para financiar o Orçamento Geral do Estado? E nesta matéria a Constituição é muito clara estabelecendo que deve ser o Orçamento Geral do Estado a financiar a segurança social.

Relativamente à concessão do subsídio de baixa por doença pergunto, nomeadamente, se o Governo não pensa subscrever a Convenção n.º 102 da OIT, que data de 1952 e entrou em vigor em 1955, em que se recomenda que o tempo máximo de espera pela concessão do subsídio de baixa não deve ultrapassar três dias e se aconselha mesmo os Governos a prescindirem desse prazo.

De seguida, referir-me-ei ao campo da saúde. O primeiro texto que nos foi entregue e a que o Governo chamou "Lei do Plano", no que diz respeito ao seu Ministério, prevê-se a introdução de taxas moderadoras em matéria de saúde e na segunda versão desse texto já não se inclui essa medida. Quererá isso significar uma revisão dos planos que o Governo tinha inicialmente?

No caso de o Governo lançar uma taxa moderadora nos serviços de saúde, não pensa o Sr. Ministro que isso é flagrantemente inconstitucional, uma vez que a Constituição

consagra o direito à saúde como um direito gratuito e universal?

Em nossa opinião, o lançamento de uma taxa moderadora ou não modera nada ou modera os que economicamente não têm qualquer poder de compra em relação a uma radiografia, a uma operação ou a uma consulta.

Oportunamente, como já disse, abordaremos outros aspectos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Armando Bacelar, também para pedir esclarecimentos.

O Sr. Armando Bacelar (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Segui com atenção a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, mas notei diversas lacunas sobre que desejaría formular algumas perguntas.

Uma das necessidades primárias do sector da segurança social consiste na criação de um diploma que estabeleça uma política unificada em matéria de assuntos farmacêuticos.

Quando deixei o Ministério dos Assuntos Sociais ficou pronto e já apresentado em Conselho de Ministros um projecto de decreto-lei que estabelecia a criação da Direcção-Geral dos Assuntos Farmacêuticos, em cumprimento do Programa do I Governo Constitucional. Gostaria de saber quais as posições tomadas pelo Ministério que V. Ex.<sup>a</sup> dirige acerca deste diploma e de mais alguns que irei referir.

Também uma das acções fundamentais em matéria de saúde que já estava estabelecida em despacho, mas sem estruturação legal, era a criação de uma instituição, que se julgassem mais conveniente, que correspondesse aquilo que se criou em 1977 na segurança social e que foi o Instituto Financeiro da Segurança Social. Em matéria de saúde é absolutamente necessário, desde que optemos por um sistema unificado e integrado da saúde e para a implantação de um serviço nacional de saúde, que se estabeleça também um financiamento que se processe por compartimentos estanques. Ficou perfeitamente delineado, embora sujeito a alterações devido a mudanças de critério, um projecto de diploma que criava um instituto equivalente para o sector da saúde sob a forma de Direcção-Geral das Finanças da Saúde.

Encontrava-se também em adiantado estado de elaboração um formulário nacional — de que muito se falou no I Governo Constitucional —, visando diminuir os custos da Previdência e racionalizar o consumo de medicamentos, mas, desde então, nunca mais ouvi falar no assunto.

Por outro lado, a Lei Orgânica da Secretaria de Estado da Saúde estava já em fase adiantada em anteprojecto, e não podemos ignorar que sem ela não é possível estabelecer um programa de saúde devidamente acompanhado das acções necessárias para racionalizar e organizar estas instituições de saúde.

Tinha ficado mesmo gizada a primeira unidade de um serviço que prestará, quando o seu funcionamento se der à escala nacional, altos serviços às populações: o Samur. Com este serviço pretende-se não que seja a ambulância a transportar o doente ao hospital, mas sim que uma equipa de saúde devidamente integrada se desloque ao local. Essa orgânica foi estabelecida por despacho meu, tendo sido criada a primeira unidade no Porto, a qual, segundo me dizem, ainda não arrancou passado tanto tempo, não havendo mais nenhuma no País. Neste momento já deveriam estar criadas mais unidades destas — o que não comportaria, aliás, grande esforço financeiro —, de que se orgulhariam os hospitais e que permitiria poupar mais vidas e dar mais eficácia à assistência.

Não há serviço nacional de saúde — o que motivou de resto, certas resistências... —, nem há organização da medicina em Portugal sem a criação — tem de ser uma especialidade — de um médico generalista. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> o que se pensa no Ministério dos Assuntos Sociais a tal respeito.

to e o que se tem em vista fazer. É que a medicina portuguesa não pode ser apenas um conjunto de especialistas. Para o sector da saúde primária, da saúde básica, da medicina preventiva e da medicina curativa tem de se estabelecer em Portugal esta especialidade de médico generalista.

Lembro também que, de 1977 até Fevereiro de 1978, foram criadas e estabelecidas em todo o país todas as administrações distritais dos serviços de saúde, sendo certo que em 1976 não havia nenhuma e havia um regulamento sobre a nomeação de pessoas para os lugares, pois não basta nomear pessoas, é preciso que elas saibam o que vão fazer e haja legislação adequada, e que havia um projecto de lei sobre a orgânica, as atribuições e a institucionalização dessas administrações distritais dos serviços de saúde.

Por outro lado, parece que com os últimos despachos publicados na Secretaria de Estado da Saúde foi destruída, pelo menos em parte, toda a política do Serviço Nacional de Sangue, o que originou o retorno à fase anterior, confusa, caótica e desorganizada do Instituto Nacional de Sangue. Pergunto: por que é que foram feitas essas alterações?

O sistema de segurança social unificado e descentralizado previsto no artigo 63.º da Constituição obriga a acções no sentido dessa integração. O grande problema é a aproximação da segurança social no sector privado com a segurança social no sector dos funcionários públicos, isto é a ADSE. O que é que o Ministério pensa fazer a esse respeito?

Finalmente, queria dizer que estão previstos os mecanismos indispensáveis, num diploma publicado em 1977 e que estabelece uma lei orgânica da segurança social que revolução o sector, para uma mudança total no sentido da introdução do espírito do 25 de Abril no campo da segurança social e que prevê as acções necessárias para pôr em prática as linhas-mestras a estabelecer.

Queria ainda fazer notar que o Orçamento não contempla o Serviço Nacional de Saúde — sabendo-se que a sua apreciação está já em estado adiantado nesta Assembleia —, caso venha a ser aprovado, como é de esperar. Será que o Governo pensa que o diploma não será aprovado na Assembleia da República? E caso o Governo conte com essa aprovação não pensa conferir-lhe expressão orçamental este ano?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvalo Correia.

**O Sr. Sérvalo Correia (PSD):** — Não é fácil em períodos de recessão económica, num período em que a população envelhece e em que, infelizmente, o despedimento grassa ser-se Ministro dos Assuntos Sociais.

Todos sabemos que em países muito mais desenvolvidos do que o nosso, neste momento, a conjugação de factores desta ordem com uma incidência quantitativa menor do que no nosso país levanta sérios problemas. Fala-se, crescentemente, na necessidade de se fazer uma revisão de fundo sobre as concepções vindas do período que se seguiu ao fim da última guerra Mundial em matéria de financiamento da política social.

Por isso, não irei aqui arvorar o Sr. Ministro em réu, fazendo acusações que qualquer outro que estivesse sentado no seu lugar, fosse de que partido fosse, teria provavelmente de ouvir das oposições.

Penso, no entanto, que há esclarecimentos que não estão dados e que são de grande oportunidade. É nesse sentido que lhe vou formular algumas perguntas.

Uma delas será um pouco repetitiva na medida em que já a tinha dirigido ontem ao Governo, tendo o Sr. Vice-Premier-Ministro para os Assuntos Económicos dito que ela seria respondida hoje. Mas a verdade é que, a menos que tenha havido uma falha de atenção da minha parte, não ouvi, que o Sr. Ministro tivesse expressamente respondido a essa minha pergunta de ontem que versava o problema da transferência de 1 800 000 contos do orçamento da segurança social para o Orçamento Geral do Estado.

Acontece que já há muitos anos — é, aliás, uma característica que vem do antes do 25 de Abril e se tem mantido ao longo dos vários Governos do pós-25 de Abril, com maiores ou menores incidências, mas a linha de fundo penso que tem sido sempre a mesma — que Portugal é na Europa ocidental uma curiosa exceção, na medida em que lá fora os sistemas de segurança social, não deixando de ter uma base contributiva — isto é, de serem financiados com base em contribuições directamente pagas pelos trabalhadores — têm vindo a ser crescentemente financiados por verbas que se vão buscar ao Orçamento Geral do Estado. Isto é, a base contributiva revela-se crescentemente insuficiente e a diferença é coberta através de recursos cobrados pelas vias tributárias normais.

Nesse aspecto, temos sido repito, uma exceção, na medida em que o nosso sistema se tem mantido, abstraindo-se dum certa cobertura por parte do Estado de *deficits* do regime especial de previdência dos rurais, auto-suficiente. Mas dir-se-ia que, desta feita, a particularidade se agrava e ganha novas cores na medida em que se continua a não contar com uma significativa contribuição financeira do Estado — cobrada através dos impostos — que significaria também uma intensificação da solidariedade social que não é suficientemente garantida apenas pelo método contributivo da Previdência, já que pelo contrário, é com o produto do esforço contributivo dos trabalhadores que se vai ajudar a cobrir, de uma forma que não é clara e que aparentemente é indiscriminada, o *deficit* do Orçamento Geral do Estado.

Qual a razão, Sr. Ministro, desta medida, aparentemente muito estranha?

Desejaria, em segundo lugar, perguntar por que motivo não são desde já quantificadas as actualizações das prestações pecuniárias, nomeadamente das pensões.

Creio que este tipo de debate parlamentar é objecto de grande atenção por parte da opinião pública em geral e o problema da quantificação das pensões é uma questão que diz directamente respeito a muitos cidadãos que se encontram, de uma maneira geral, em situações muito difíceis.

Nós sabemos que se hoje em dia é difícil a situação da maior parte das famílias portuguesas, a situação da terceira idade e dos reformados é particularmente mais difícil.

Penso que essas pessoas nos ouvem com atenção e seguem os nossos debates dificilmente compreenderão que saímos todos daqui — Governo e grupos parlamentares — sem que se diga com clareza, indicando as razões, que tipo de evolução quantitativa vão ter as pensões.

O Governo não o faz nas linhas fundamentais do orçamento da segurança social que apresentou à Assembleia e, se bem percebi, o Sr. Ministro remete para uma revisão do Orçamento, a fazer em meados deste ano, uma concretização da evolução quantitativa das pensões.

Pergunto se não seria preferível, ainda que em termos que porventura iriam altamente decepcionar os destinatários das pensões — não lhes chamo aqui beneficiários porque seria uma ironia cruel empregar o termo, que é o termo técnico e que, a meu ver, devia ser modificado —, por muito negro que seja o quadro, dizê-lo francamente expondo as razões.

O Sr. Ministro falou também no problema preocupante das baixas por doença. Penso, e evidentemente que não sou o único, que o número anormal de baixas por doença no nosso país traduz sobretudo as insuficiências dos mecanismos de cobertura do desemprego. É que embora apareçam certos meios a pretender especular com isso, dizendo que a população activa é absentista e que há abusos — é evidente que abusos há certamente —, não me parece que seja legítimo pensar que na grande maioria dos casos estes números signifiquem abusos. Não se trata de abusos mas de que na situação social do nosso país o seguro de doenças está a funcionar como seguro de desemprego por insuficiências deste seguro.

Gostaria também de ouvir a opinião do Sr. Ministro sobre este assunto e de saber se não seria possível que o Governo concretizasse um pouco mais que acções pretende desenvolver em relação a esta matéria.

Finalmente, ao ler as linhas do programa de segurança social para este ano pareceu-me notar uma ausência que merecia ser preenchida. Estamos no Ano Internacional da Criança e é evidente que para um Ministério dos Assuntos Sociais e para um Governo todos os anos devem ser anos internacionais da criança, isto é, devem-se desenvolver sempre uma política infantil que não pode ser confinada a períodos esporádicos ainda que de dimensão anual. Mas a virtude deste Ano Internacional da Criança é a de chamar especialmente a nossa atenção para os problemas latentes e para as acções que devem ser levadas a cabo.

Ora, não vejo que o Governo retire do ano especial em que nos encontramos quaisquer inferências em matéria de lançamento de acções. Tendo perfeita consciência das limitações financeiras com que o Governo se debate, mas, ainda assim, perguntaria se não se deveria ou não se poderia ter ido mais longe.

**O Sr. Presidente:** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: Gostaria de fazer três perguntas muito breves e muito simples, mas de cuja resposta certamente o povo português tirará as necessárias consequências.

A primeira pergunta é a seguinte: do montante global das dívidas à Previdência qual a parte que compete ao sector empresarial do Estado e qual a que respeita a empresas privadas?

A segunda pergunta está relacionada com o facto que V. Ex.<sup>a</sup> referiu da recuperação de cerca de 10,5 milhões de contos em benefício da Previdência. A esse propósito, pergunto: desses 10,5 milhões de contos qual a parte que foi recuperada de empresas privadas e qual a parte que foi recuperada de empresas públicas?

Finalmente, da parte recuperada de empresas públicas qual foi o montante financiado pela banca nacionalizada?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais para responder.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra: Começando por responder à sua primeira pergunta sublinharia que estamos a discutir o projecto de lei do Orçamento Geral do Estado para 1979. O que não quer dizer que não haja revisões do projecto em causa, desde que seja aprovado, o que, aliás, tem acontecido todos os anos. Talvez o que não tenha acontecido antes é haver um Ministro que não quer atribuir receitas superiores àquilo que pode, em determinado momento, ter a certeza de cumprir, e isto talvez seja um defeito de eu ser mais gestor do que político... Portanto, só àquilo que sei que posso chegar é que imediatamente o distribuo da forma que me parece mais equilibrada, sem prejuízo de também, imediatamente, tudo fazer para conseguir aumentar os montantes e fazer uma melhor redistribuição.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Obsessão!

**O Orador:** — Devo dizer-lhe que os números que tenho para Janeiro e Fevereiro deste ano foram-me fornecidos só depois de terem sido apresentados a esta Assembleia e portanto, há muito poucos dias. De qualquer forma, não sou suficientemente ingênuo para extrapolar de forma demasiado optimista e leviana valores, mas penso que estes constituem um indício extremamente importante e há a possibilidade de serem revistos e aumentados para um valor muito

superior àquele que já está previsto havendo, assim, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu aumentos das prestações diferidas.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Ministro, dá-me licença que o interrompe?

**O Orador:** — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Ministro, parece-me que o número que apontou nem é nada de extraordinário, tanto mais que em Janeiro incidem descontos para a segurança social que resultam do 13.º mês e, portanto, evidentemente que esse número nestes dois primeiros meses é muito maior do que será nos dois meses seguintes. É claro que nos dois meses seguintes não haverá essa incidência sobre o 13.º mês...

**O Orador:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se quiser poderei até dar-lhe de cor os números.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Ministro, com certeza que sim. Mas só para terminar a interrupção que me consentiu, gostaria também de lhe dizer que com o aumento da taxa de desconto de 0,5% para os trabalhadores e de 0,5% para a entidade empregadora não prevê o Sr. Ministro que haja, imediatamente, um aumento das dívidas à Previdência como tem, aliás, havido sempre que há um aumento da taxa de desconto para a Previdência?

**O Orador:** — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não prevejo. De qualquer forma, posso indicar-lhe os valores: 10,8 milhões de contos mais o mínimo de 4,6 milhões de contos vezes 1,15 milhões de contos, que é a repercussão de 15% sobre o aumento de 18% que os salários vão ter, e vezes o mínimo de onze meses deverá permitir encontrar 69 milhões de contos, mesmo sem o reflexo do aumento de 1% sobre as contribuições para a Previdência.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Dá-me novamente licença para o interromper?

**O Orador:** — Faça favor.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Ministro, mas nunca se pode ter em conta os 18% previstos para o aumento da massa salarial. Creio que o número normal que se tem em conta é os 12% que será o aumento médio. Creio, aliás, que foi nessa base que se fizeram as contas para o orçamento da segurança social. Certamente que não vai pensar que tendo, à partida, uma cobertura de 18% o aumento da massa salarial será realmente dessa ordem

**O Orador:** — Não, Sr.<sup>a</sup> Deputada. O aumento é, pelo menos, de 15%. Repare que as minhas contas foram feitas na base de 15% e não de 18%, e havendo uma cobertura de 18% é natural que haja, pelo menos, uma evolução de 15%, o que dá, salvo erro, 69 milhões de contos, e que, em relação a 65,5 milhões de contos que há pouco referi representa mais 3,5 milhões de contos. No entanto, como talvez a Sr.<sup>a</sup> Deputada compreenda, ainda não tomo esse valor como optimista. Gostaria de ver passar mais dois meses de execução para poder apresentar, com um mínimo de seriedade, um pedido de revisão orçamental a esta Câmara e fazer depois a sua distribuição em prestações diferidas.

Recordo-me até que no ano passado, quando houve os aumentos, não existia cobertura orçamental para eles e essa cobertura resultou da revisão orçamental de Dezembro.

Falou a Sr.<sup>a</sup> Deputada em medidas anti-sociais. Parece-me que é um termo duro e talvez seja conveniente vermos, a propósito, o que são medidas anti-sociais. Pois essencialmente implicam não se prometer aquilo que não se pode ou se duvida poder dar, ou aumentar pensões e alargar o seu âmbito sem, primeiramente, prever os meios financeiros

disponíveis para as poder executar ao longo de todo o tempo.

Uma outra questão foi sobre o aumento de 1% das contribuições para a previdência que reverte a favor do OGE: a Sr.<sup>a</sup> Deputada conhicerá tão bem como eu o conceito de segurança social que é a saúde. E até poderemos discutir em termos de conceito puro ou evolucionista de previdência social para segurança social... V. Ex.<sup>a</sup> escolherá.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — No conceito constitucional!

O Orador: — Com certeza. Sr.<sup>a</sup> Deputada. Pois o n.<sup>o</sup> 4 do artigo 63.<sup>º</sup> da Constituição diz que "o sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viudez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho". Inclui-se portanto na segurança social a saúde. Ora, a saúde custa 27 milhões de contos e a transferência que se deseja para o OGE é de 1,8 milhões de contos. Mais ainda: da parte da contribuição de 5,5% dos 26,5% é para despesas com os cuidados de saúde. E 5,5% a dividir por 26,5% e a multiplicar por 65,5 milhões de contos dá, se a memória não me falha, 13,7 milhões de contos. E efectivamente transfere-se para o OGE 1,8 milhões de contos.

Referiu-se também a Sr.<sup>a</sup> Deputada ao limite de baixa por doença de três dias. O nosso desejo seria manter esse tempo de baixa em três dias. No entanto, se considerarmos os 52 milhões de dias do regime geral — o total é, neste momento, de 64 milhões de dias. E Sr.<sup>a</sup> Deputada não me fale em 49 milhões de dias porque esse é o número de dias comparticipados. Mas se somarmos a esses 49 milhões de dias comparticipados três vezes, visto serem três dias, 1 100 000 de processos efectuados dá 52 milhões e se a esses 52 milhões de dias somarmos 12 milhões de dias do regime especial perfaz 64 milhões de dias. Aceitando, em parte, o que o Sr. Deputado Sérvulo Correia disse, penso que temos de "chamar os bois pelos nomes" e não podemos estar a utilizar as verbas da Previdência para financiar outros tipos de necessidades, temos que as dirigir para os objectivos para que são criados e para os quais os trabalhadores pagam.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro, desculpe, mas gostaria que me concedesse só uma última interrupção.

O Orador: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro se os dias por maternidade estão incluídos nesses milhões que apontou. Creio que a maternidade não é doença...

Vozes do CDS: — É regime especial.

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — A Constituição considera a maternidade uma função social eminente e creio que não é correcto à partida, considerar os dias, a que a mulher tem direito por ser mãe como agravamento desse índice de dias de baixa por doença. Foi referido o caso do desemprego e eu falaria do caso das pessoas que aguardam a concessão da pensão de invalidez durante um ou dois anos e que, entre tanto, vão recebendo como estando de baixa, quando efectivamente, não estão.

Mas já agora mais uma observação. Sr. Ministro: não conheço nenhum doente que tenha passado baixa a si próprio. Há, portanto, quem passe essas falsas declarações de baixa...

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP): — E se há quem passe essas falsas declarações de baixa a pessoas que estão bem de

saúde exerce-se depois repressão sobre aqueles que estão, efectivamente, doentes? São então essas pessoas que deixam de receber o subsídio por doença durante cinco dias? E o que é que se faz àqueles que passam as falsas baixas. Sr. Ministro?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Neste aspecto a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem toda a razão. Aliás, nem sempre a pessoa que passa a declaração de baixa o faz sabendo que o trabalhador não está doente mas, no entanto, admito, que isso algumas vezes aconteça.

Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu disse que essa era apenas uma das medidas; há certas medidas que parecem desgarradas e é evidente que essa medida só por si, nada ou muito pouco resolve e por isso tem de ser completada com outras. Mas se do partido a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada pertence ou de qualquer outro nos for sugerida uma série de medidas que sejam realizáveis e que possam resolver ou minimizar o problema, o Governo ficará extremamente grato. De qualquer forma, não é só essa medida que estamos a pôr em execução e penso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada teve conhecimento de um caso de aplicação de sanções a dois médicos e um enfermeiro exactamente porque não tiveram um procedimento correcto e porque daí decorreu uma maior despesa para o Estado, pelo que a Secretaria de Estado da Saúde os castigou com alguma severidade que não ainda aquela que vai ser normal por ter sido, digamos, um primeiro aviso. Isto não tem exactamente a ver com o caso referido há pouco pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas com uma passagem de receituário.

Estamos a pôr em acção, no campo da promoção e no do contrôle, quer junto dos trabalhadores, quer junto dos médicos, uma série de medidas. Mas também sentimos que temos de fazer mais qualquer coisa porque aquilo que desejamos, dentro do aceitável, é tentar diminuir ou mesmo evitar os casos de abuso ou de uso desregrado para das economias daí decorrentes poderem beneficiar aqueles que efectivamente necessitam.

Por outro lado, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nos números que citei estava incluída a maternidade, que, é óbvio, não considero doença, antes pelo contrário. Naturalmente que não pensamos diminuir essas regalias e esse aspecto não é considerado na transferência de três para cinco dias e absentismo por maternidade que queremos diminuir. Queremos só diminuir o absentismo por falsa doença.

Quanto às taxas moderadoras, disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada que era um aspecto inconstitucional. Permito-me discordar da sua posição e penso que estou, neste momento, extraordinariamente bem acompanhado porque, pelo menos, estou acompanhado pelo Sr. Deputado António Arnaut na medida em que no próprio projecto de lei sobre o Serviço Nacional de Saúde que apresentou admite que possa haver taxas moderadoras.

Quanto às perguntas do Sr. Deputado Armando Bacelar, permita-me que manifeste, previamente, uma certa, não direi preocupação, mas talvez quase preocupação; as suas questões — e talvez seja mau entendimento meu — parecem-me muito mais uma crítica à execução do II Governo Constitucional do que à proposta de lei do Orçamento Geral do Estado do IV Governo Constitucional. Efectivamente. V. Ex.<sup>a</sup> falou de uma série de projectos e de acções que deixou esquematizados no I Governo Constitucional e pareceu-me preocupado em saber porque é que o II Governo Constitucional não os pôs em execução.

Mas alguns dos pontos que referiu estão previstos no projecto de lei de bases do Serviço Nacional de Saúde apresentado pelo seu partido e até estão a ser discutidos nesta Assembleia. No entanto, responderei a algumas questões, considerando embora que não têm lugar na discussão da proposta de lei do Orçamento.

Concordo com o Sr. Deputado muito particularmente no que respeita à sua preocupação com a criação da Direcção-

-Geral de Financiamento da Saúde, que está prevista e de que temos estudos avançados, estando nós também à espera da evolução de toda a discussão do projecto de lei de bases do Serviço Nacional de Saúde, que, como o Sr. Deputado Armando Bacelar sabe, inclui uma pré-reestrutura da Secretaria de Estado de Saúde.

Quanto ao médico generalista, estou totalmente de acordo consigo e talvez o Sr. Deputado já tenha reparado que toda a acção do IV Governo Constitucional tem sido no sentido de diminuir o número de médicos do serviço P3, que, regressando da periferia, vão entrar como internos nas especialidades e estamos a diligenciar que sua maior parte se dirija à clínica geral dentro da concepção do médico generalista.

Em relação à segurança social, creio que o Sr. Deputado queria referir-se ao Decreto-Lei n.º 549/77, de 31 de Dezembro, e posso dizer que, neste momento, está já preparada uma série de diplomas que tendem a pôr, progressivamente, em concretização os vários órgãos e serviços nele previstos.

O Sr. Deputado falou das bases de um serviço nacional de saúde que a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado não contempla e pergunta se o Governo não pensa que o Orçamento seja aprovado. Pois o Governo pensa e deseja que seja aprovado um projecto de lei de bases do Serviço Nacional de Saúde e o Governo pensa e tudo fará para que ele entre em funções. Mas, Sr. deputado, há só uma coisa que não percebi: um serviço nacional de saúde é, sobretudo, um sistema organizativo que se vai servir dos centros de saúde, das unidades médicas de saúde, dos hospitais distritais, dos hospitais concelhios e do respectivo pessoal. Ora, na proposta de lei do Orçamento estão previstas verbas para fazer funcionar as unidades médicas, os centros de saúde, etc.. e portanto não encontro uma verba específica para o Serviço Nacional de Saúde.

Depois, agradeceria ao Sr. Deputado Sérvulo Correia as suas palavras de compreensão e de estímulo. Efectivamente, não foi má a audição do Sr. Deputado o não ver respondida por mim integralmente a sua questão. Pensava fazê-lo directamente, se bem que alguns elementos da minha intervenção respondam implícita e parcialmente a algumas das suas preocupações.

Quanto à transferência de 1,8 milhões de contos, penso que quando respondi à Sr.ª Deputada Zita Seabra respondi também a esta questão, mas, talvez pudesse ainda dar uma resposta mais completa. Temos e terei todo o prazer em lhe facultar um estudo que prova que na repartição estrutural dos custos da segurança social, incluída a saúde, porque internacionalmente ela é sempre considerada nessa rubrica, os nossos valores por quotização e por taxas estão equiparadas aos dos outros países da Europa. Por exemplo, o valor médio das quotizações dos países da CEE é de 69% e em Portugal no ano de 1978 foi de 68,6%. O valor médio por taxas a partir, portanto, das receitas do Estado nos países da CEE é de 26% e em Portugal de 27,2%. Quanto a outros tipos de financiamento nos países da CEE é de 5% contra 4,2% em Portugal. Se o Sr. Deputado estiver interessado em ter estes valores terei muito prazer em oferecer-lhe uma cópia.

Permito-me também lembrar-lhe a existência no Orçamento Geral do Estado para 1978 — não quer dizer que depois se realize porque, infelizmente, o Orçamento permite sobretudo verificar a execução orçamental em caso de incumprimento — de uma transferência prevista para o OGE de 6 milhões de contos. Portanto, nem sequer o que propomos foi caso virgem.

Pergunta também o Sr. Deputado Sérvulo Correia por que motivo não é já qualificado o valor das pensões. Já respondi à Sr.ª Deputada Zita Seabra e o nosso problema é que entendemos dever cumprir todas as consequências de medidas tomadas por Governos anteriores ao nosso. E isso é natural, pois eventualmente o V Governo também se verá

enfrentado com as boas ou más medidas que o IV Governo tomou. De resto, quando me refiro às consequências não as estou a criticar, pois caberia a esta Assembleia fazê-lo e não ao Governo. Temos também que fazer face às consequências sem sequer estarmos a discutir se as medidas foram certas ou erradas, até porque é muito mais fácil verificar que elas estão erradas, do que evitar errar quando tomamos uma decisão...

Contudo, o que é um facto é o seguinte: de Janeiro de 1978 a Fevereiro de 1979 integrámos 250 000 pensionistas e, fundamentalmente, por força de medidas de alargamento de âmbito. Mas não só integrámos 250 000 pensionistas como ainda estão em processamento mais 90 000 pensões. É evidente que temos de privilegiadamente, e quer queiramos quer não, utilizar os fundos que V. Ex.ª começou por dizer que eram exígios para fazer face a todas essas despesas.

Também quanto às acções que praticámos e vamos praticar no que diz respeito à recuperação de atrasados, temos esperanças bastante favoráveis, na medida em que, quanto a nós, os primeiros resultados também o são. Contudo, ainda não os podemos quantificar totalmente.

Atrevo-me mesmo a dizer que estou razoavelmente convencido de que vamos ter mais 3,5 milhões de contos a consagrar integralmente para aumento de pensões, se lhe somarmos 1 800 000 contos que há pouco a Sr.ª Deputada Zita Seabra citou — o que resulta de leitura cuidada de um relatório que o Instituto de Gestão Financeira fez. Com essa soma temos 5 300 000 contos e, se fizermos esse aumento a partir de Julho, como é natural, porquanto foi em Julho do ano passado que o aumento foi feito, e o critério é de aumentar ano a ano, iremos ter, pelo menos, a possibilidade de aumentar 500\$ a cada pensionista, privilegiando para valor superior a esse as pensões sociais e as pensões mínimas dos rurais.

Concordo também com o Sr. Deputado Sérvulo Correia ao dizer que o número de baixas por doença é influenciado pela utilização do recurso à baixa como sistema subsidiário do desemprego. Contudo, com o que não posso concordar —, e penso que há pouco já o disse —, é que utilizemos esse sistema de forma um tanto indiscriminada, com isso prejudicando, por exemplo, as pensões diferidas. Portanto, temos de fazer tudo para que a baixa seja utilizada unicamente para a doença e prever os outros meios para os outros casos.

**O Sr. Sérvulo Correia (PSD):** — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Sérvulo Correia (PSD):** — Sr. Ministro, o que a propósito disso perguntei é se o Governo está satisfeito com o actual sistema de cobertura através de subsídios de desemprego, ou se também tenciona ir acompanhando a evolução dos acontecimentos em termos de o ir aperfeiçoando.

**O Orador:** — Com certeza que sim. E penso que o que interessa mais não é só o âmbito do subsídio de desemprego, mas a redução do desemprego. Aliás, o caso que o Sr. Deputado Sérvulo Correia põe não é bem um caso de desemprego, mas talvez mais um caso de subemprego, um caso de expectativa pessimista em relação à possibilidade da empresa no fim de cada mês ou no fim de cada mês seguirte pagar as devidas remunerações.

Finalmente, e quanto ao Ano Internacional da Criança, estou totalmente de acordo com o Sr. Deputado Sérvulo Correia quando diz que para um Governo tem menos significado o Ano Internacional da Criança e mais significado uma política coerente e que se projecte a mais de um ano em relação à criança.

Têmos seguido a política anteriormente traçada, não estamos satisfeitos ainda e gostaríamos de poder fazer mais. Estamos, neste momento, a elaborar uma série de estudos para se definir globalmente a política de infância e esperamos poder iniciar a sua revisão e melhoria ao longo de todos este ano; no entanto e infelizmente, sempre condicionados por meios bastante limitados.

Em relação à primeira pergunta do Sr. Deputado Rui Pena, salvo erro, sobre o montante global das dívidas à Previdência por parte das empresas privadas, não tenho aqui números correctos para lhe indicar, o que poderei fazer amanhã. Contudo, em relação às empresas privadas – e o termo é agora um pouco duvidoso –, gostaria de saber se o Sr. Deputado ao falar em empresas privadas se refere a todas aquelas que não são empresas públicas e nacionalizadas, ou às que não são públicas, nacionalizadas, intervencionadas ou outras em que há uma certa dificuldade em definir o seu estatuto real.

O Sr. Rui Pena (CDS): – É isso mesmo, Sr. Ministro.

O Orador – Como já disse, indicarei amanhã números mais correctos, mas deve andar na ordem de cerca de 60% quanto às empresas privadas e de 40% quanto às outras.

Quanto ao problema da recuperação, queria chamar a sua atenção para o facto de que não falei numa recuperação de 10,8 milhões de contos, mas sim numa arrecadação de 10,8 milhões de contos, o que significa que os atrasos que este ano se verificaram foram compensados pela recuperação de atraso dos outros anos. Portanto, o saldo de atraso no fim de Fevereiro é igual ao saldo de atraso no fim de Dezembro. Considero isto já positivo na medida em que, por exemplo, o saldo no dia 31 de Dezembro de 1967 era de 18 milhões de contos e em 31 de Dezembro de 1968 era de 22,3 milhões de contos – houve, pois, um aumento de atrasados no valor de 4 milhões. Portanto, neste momento, o facto de já estarmos a conseguir que a formação de atrasados seja igual à recuperação de atrasados ainda que não inteiramente satisfatório é já um ponto positivo.

Finalmente, quanto à questão de saber qual a parte que foi recuperada das empresas públicas e qual a parte das empresas privadas, tenho a dizer que toda a recuperação neste ano – Janeiro e Fevereiro – foi de empresas privadas.

O Sr. Armando Bacelar (PS): – Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: – Para que efeito é que o Sr. Deputado pretende usar da palavra?

O Sr. Armando Bacelar (PS): – Sr. Presidente, pretendia dar uma breve explicação à Câmara.

O Sr. Presidente: – Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Armando Bacelar (PS): – Fiz, efectivamente, as perguntas ao IV Governo porque o II não está aqui nesta Assembleia a responder e não posso fazer perguntas a um governo que já não existe. Contudo, queria dizer, já que o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais tocou nesse assunto, que efectivamente, o II Governo esteve preocupado, na pessoa do meu cunhado António Arnaut, com um grande projecto para este país – que depois veio a ser apresentado a esta Câmara e para onde está transferido – de criação das bases de um Serviço Nacional de Saúde. Mas, não me consta que o III e o IV Governos estejam dedicados a uma obra geral deste tipo.

Por outro lado, a pendência da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde não deve adiar as acções pontuais necessárias que, não podendo ser incompatíveis com qualquer dos projectos de lei aqui pendentes, são necessárias a qualquer deles. E cito a V. Exa., Sr. Ministro, o caso do médico

generalista, do formulário nacional, do SAMUR, a unificação financeira, o diploma de institucionalização da ADSE, o Serviço Nacional de Sangue, a reestruturação da Secretaria de Estado da Saúde, que não precisam de parar só pelo facto de estar aqui em discussão um projecto do Serviço Nacional de Saúde que não deve ser, de maneira nenhuma, um travão ou um alibi para não se tomarem as acções indispensáveis para o arranque do próprio Serviço Nacional de Saúde, qualquer que ele seja.

Finalmente, quando falei em o Orçamento prever aquilo que é implicado pela quase certa aprovação nesta Câmara de um Serviço Nacional de Saúde, quer seja na versão do Partido Socialista quer na do CDS, quer numa outra versão, a verdade é que em qualquer delas há um alargamento de financiamento que – se qualquer dessas modalidades vier a ser adoptada no corrente ano – implica, não as despesas rotineiras, as dotações normais, mas, em certos sectores e em certos âmbitos, dotações próprias que no nosso projecto se destinam a cobrir as experiências-piloto de determinados distritos.

Era esta a explicação que queria dar à Câmara, pois isto não consta do Orçamento.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: – Sr. Deputado Armando Bacelar, muito obrigado pela explicação que deu, mas só queria acrescentar o seguinte: em primeiro lugar, o IV Governo, neste ponto, tem-se preocupado, e ainda há pouco – depois de ter sentido aquela preocupação, apesar de tudo tentei-lhe responder, embora admita que de forma sucinta – tentei dar o exemplo do jornalista.

Quanto ao regulamento das administrações distritais dos serviços de saúde, permito-me dizer-lhe que me parece não poder ser feito porque depende bastante do Serviço Nacional de Saúde e, mais uma vez e como sempre, agradeço ao Sr. Deputado António Arnaut as ajudas que me tem dado nesta Câmara.

Quanto a uma série de outros serviços, Sr. Deputado António Arnaut, queira ajudar-me pois eles figuram no seu projecto de lei de bases...

Sobre a previsão de uma verba, se necessário uma verba específica para a concretização da Lei de Bases que vier a ser, e espero que rapidamente, aprovada nesta Assembleia, ou há montante financeiro suficiente através das verbas que existem e que, eventualmente, terão de ser repartidas talvez de forma diferente para se recorrer à reorganização em marcha e que também tem implicações na reorganização financeira, ou se já for necessário para este ano, pois terá de ser aumentado. Neste momento não sei exactamente qual é o tipo de Serviço Nacional de Saúde que vai ser aprovado e qual a possibilidade da sua regulamentação e implementação este ano. Efectivamente, se não sei nada disto, não posso prever com um mínimo de objectividade uma verba nestas condições. É para isso que existem – e penso que só devia ser para isso – o mecanismo da revisão orçamental.

O Sr. Presidente: – Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta, para uma intervenção.

O Sr. Basílio Horta (CDS): – Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Aproveitar a discussão do Orçamento Geral do Estado (OGE) e do Plano para iniciar nesta Assembleia e perante o País uma ampla e aprofundada análise do sistema económico em que temos vivido, eis o principal objectivo político que norteará o CDS no decorrer do actual debate.

As intenções do meu partido são, pois, claras e transparentes: não usaremos esta oportunidade parlamentar para desferir ataques indiscriminados e gratuitos ao Governo e às instituições; recusaremos qualquer atitude política da qual

resulte um acréscimo de instabilidade ou mesmo uma nova crise, pois estamos convictos de que tal apenas servirá às forças antidemocráticas desejosas de estimular ambientes de agitação e de angústia propícios aos seus designios totalitários.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O País está cansado do clima de permanente guerra política em que tem vivido.

O cidadão comum cada vez comprehende menos o que querem e para que servem os partidos, sempre prontos a destruírem e a destruírem-se mas, no fundo, incapazes de proporem e de executarem modelos estáveis e realistas que tenham a ver com a independência nacional e com o bem-estar do povo.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Um governo cada seis meses; uma crise de maiores ou menores repercussões pelo menos mensal; um clima de contestação demagógica acompanhado de manifestações de rua permanente; o espírito de profunda hostilidade e até de ódio que caracterizava a sociedade política e dominava o funcionamento das instituições antes do 25 de Novembro a começar novamente a fazer-se sentir.

Impõe-se, pois, no entender do CDS, a criação de um projecto político novo, verdadeiro factor de mudança, que clarifique e fomente a unidade democrática e que seja capaz de obter uma nova maioria e de gerar uma nova Constituição.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pela nossa parte conduziremos este debate mais interessados em construir um futuro que seja a concretização da promessa democrática e libertadora do 25 de Abril do que em mantermos um presente que já não é nada a não ser desilusão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos sectores onde se detectam estrangulamentos fundamentais é o do sector público administrativo. Com efeito, a generalidade dos serviços prestados pelo Estado à colectividade tem vindo a degradar-se de forma sensível. É ver o que se passa nos domínios da saúde e assistência, educação, habitação, transportes e telecomunicações, só para referir alguns exemplos, e imediatamente se compreenderá as causas do mal-estar da sociedade civil que não se sente minimamente compensada pelos sacrifícios que, crescentemente, lhe são exigidos.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas esta sensação não existe apenas ao nível do contribuinte e do utente dos serviços públicos, alarga-se aos próprios funcionários e agentes, primeiras vítimas da desorganização interna do aparelho administrativo. A existência de numerosos serviços cujas funções e competências não estão abrangidas por nenhuma lei orgânica; a ausência de um eficaz sistema de responsabilização pessoal do funcionário; a proliferação de zonas cinzentas, onde abundam as sobreposições de tarefas e os conflitos de competência, para já não falar nas nomeações feitas com estritos objectivos sectários e partidários, geram compreensíveis situações de frustração e de ausência de expectativas que agravam a ineficácia da actuação dos funcionários e agentes.

O CDS propõe, pois, que a afectação dos elevados e crescentes recursos orçamentais, até agora feita de acordo com critérios extremamente discutíveis, passe a obedecer apenas a pressupostos de reproduтивidade, a qual deverá ser aferida através de apertados sistemas de *contrôle* criados para o efeito.

**O Sr. Rui Pena (DCDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — A má gestão dos recursos por parte do Estado é gravíssima ofensa aos trabalhadores e de forma geral às classes mais desfavorecidas, que estarão certamente dispostas a sacrificiar-se pela independência da sua Pátria e pelo bem-estar dos seus filhos, mas que não admitirão esbanjamentos para suportar e manter uma administração desorganizada e incompetente.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um outro sector de forte bloqueio ao nível da nossa economia e, por outro lado, pedra angular do sistema é precisamente o sector empresarial do Estado, em relação ao que importa fazer uma breve análise.

São múltiplas as causas de deterioração deste sector, mas convirá referir expressamente as seguintes:

A gestão encontra-se fortemente politizada, tendo-se processado a escolha dos gestores basicamente em função de critérios políticos em detrimento de opções de competência;

Não se processam saneamentos económico-financeiros das empresas públicas ao nível do necessário, pelo que é cometida ao gestor a missão impossível de rentabilizar uma exploração que tem de fazer face a incompatíveis responsabilidades financeiras e consequentes encargos;

A maior parte das empresas públicas agem como verdadeiros monopólios, subtraindo-se às leis da concorrência e, por consequência, descurando a necessidade de produzir os recursos necessários ao seu autofinanciamento, mostrando-se mesmo em muitos casos incapazes sequer de fazer face ao serviço da dívida gerada e tão-pouco ao pagamento de juros.

O Governo tem de tomar consciência de que o desconhecimento por parte de numerosos gestores públicos das leis da economia de mercado e por vezes o seu antagonismo pessoal ao próprio sistema têm conduzido ao endividamento exponencial do sector público e participado, sem qualquer tipo de viabilização económico-financeira. E isto para já não referir as empresas públicas que ainda não têm relatórios e contas aprovados ou que nem sequer pagam impostos. Apetecia-nos perguntar a título de exemplo se o sector cervejeiro já pagou ao Estado mais de um milhão de contos de imposto de transacções que tinha em dívida.

É necessário alterar profundamente este estado de coisas. Mas não se convença o Governo de que para tanto bastará fazer rodar os gestores de umas empresas para as outras. Se assim for, tudo ficará na mesma. Só os nomes é que mudam.

Será imprescindível ir mais longe e mais fundo. Alterar os critérios de recrutamento, de estatuto e de remuneração dos gestores públicos. Disciplinar e fiscalizar rigorosamente a obtenção e aplicação pelas empresas dos recursos alheios, quer pela via orçamental quer pela via do crédito.

Em suma, ter a coragem de aceitar claramente e sem equívocos que o Estado, quando empresário, não o é para perder o dinheiro dos contribuintes e que as falências não são um exclusivo das empresas privadas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Secretário de Estado do Tesouro deu esta manhã a conhecer com serenidade, aliás muito louvada, alguns números relativos às empresas públicas. Não vamos agora analisar ou discutir tais números. No entanto, queremos aqui dizer ao Sr. Secretário de Estado, com a mesma serenidade, que este se nos afigura o momento para definir opções e assumir responsabilidades. E não é só à Assembleia da República que elas cabem. É também ao

Governo. Já o ano passado, por esta mesma altura, os especialistas sabiam que as verbas então orçamentadas para as empresas públicas dariam apenas até meados do ano. Não é aceitável que um ano depois se volte a colocar o mesmo problema e se assista ao alijar das mesmas responsabilidades.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Finalmente e porque entendemos que a política de crédito deve ser um instrumento saneador da economia, embora alguns temem em usá-lo como mais um elemento para a sua destruição, abordaremos este tema sucinta e criticamente.

O actual sistema baseia-se fundamentalmente nas mais de cem "linhas de crédito" existentes e cuja aplicação e conjugação dos factores que as determinam constam essencialmente de circulares do Banco de Portugal.

O principal objectivo visível do sistema reside na possibilidade de o Banco de Portugal controlar os tipos de operações de crédito da banca, o que, porém, só sucede quando esta recorra ao redesconto e ou à bonificação.

As desvantagens do sistema actual são inúmeras, podendo sintetizar-se nas seguintes:

Excessiva burocracia;

Excessiva complexidade;

Redução do papel dos gestores de crédito a meros cumpridores de normas

Com efeito, começa-se por constatar que as empresas a quem as "linhas de crédito" são dirigidas não as entendem e quando acontece o contrário tentam, e em muitos casos conseguem, ludibriar os bancos, jogando com a documentação justificativa ou com outros expedientes.

Por seu lado, os bancos (gerentes, directores e outros gestores) igualmente muitas vezes as não entendem, pelo que há numerosas operações que não são apreciadas por se não enquadrarem nas "linhas". Igualmente os próprios serviços do Banco de Portugal não dominam integralmente o sistema, não sendo raro emitirem esclarecimentos diferentes sobre a mesma "linha". E quando se dá o caso de as operações de crédito serem submetidas à apreciação prévia do Banco de Portugal esta apreciação pode durar de três a seis meses, pelo que, quando se chega a uma conclusão, a empresa ou já obteve o crédito por outra via ou as suas necessidades de financiamento já são substancialmente diferentes. Finalmente, existem bancos que, por apresentarem excesso de liquidez, não têm necessidade de recorrer ao redesconto e assim não cumprem as "linhas", entrando abertamente no campo da concorrência.

Todo este panorama que a traços largos deixamos esboçado aponta para a necessidade urgente de uma profunda mudança no actual tipo de relações entre o Banco de Portugal e as restantes instituições nacionalizadas do sistema bancário.

A parte ainda só do sector privado tem de deixar de sofrer as dificuldades crescentes que de uma forma irracional lhes têm vindo a ser impostas, as quais nem sequer são compatíveis com a política económica dos diferentes governos, mesmo condicionada pelas limitações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A restrição do crédito não pode funcionar como um alibi a coberto do qual a banca corta o crédito às empresas ainda sãs e continua a financiar aquelas que são inviáveis e que por isso absorvem volumes crescentes de crédito, numa espiral de prejuízos e de consequentes financiamentos.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo deve, pois, concretizar o apoio à iniciativa privada, considerando-a verdadeiramente como instrumento privilegiado do desenvolvimento económico, no âmbito da política de crédito. Este o princípio ao qual se deveria subordinar a acção do Banco de Portugal e que deveria nortear a actividade dos gestores da banca, dentro

de uma maior autonomia e de uma maior responsabilidade no exercício das suas funções.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — No actual momento da vida económica portuguesa é paradoxal que as taxas de rentabilidade atribuídas aos indivíduos que não investem sejam extremamente benéficas em relação àqueles poucos que porfiam e arriscam a efectivação de projectos de investimento.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Será assim que se pretende reanimar o investimento?

Será assim que se pretende fazer face ao desemprego que só poderá atenuar-se através de novos empreendimentos cuja viabilidade se encontra comprometida pela ausência de incentivos e pelos obstáculos referidos?

Repetimos. O Governo tem de ter a consciência de que o caminho que continua a trilhar não o leva nem nos leva a parte nenhuma. Há que, corajosa e lucidamente, escolher outro.

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** O CDS tem a consciência de que o que está em causa neste momento não é nem devia ser a permanência ou a queda deste Governo.

Nem se nos asfigura legítimo que questões menores venham ensombrar ou distrair o País do grande debate nacional sobre o futuro da nossa vida económica e política que aqui deveria ser travado.

O que está agora em causa para o CDS é saber se sim ou não esta Assembleia e o Governo concluem que o actual sistema político e económico é um beco sem saída e uma marcha para o abismo sem hipótese de regresso.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É preciso que o Governo e as forças partidárias responsáveis se decidam a lutar e a comprometer-se numa nova ordem, num novo projecto político, eminentemente democrático e reformador que garanta a esperança do 25 de Abril, que salvaguarde o futuro de Portugal e dos Portugueses.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Certamente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira Lima.

**O Sr. Ferreira Lima (PS):** — Sr. Deputado Basílio Horta, permita que lhe diga que as intervenções do seu partido neste debate se têm caracterizado por ataques de carácter obsessivo ao sector empresarial do Estado, que hoje de manhã foi, finalmente, analisado com alguma precisão nesta Assembleia da República. Permito-me, contudo, chamar a atenção para três pontos que me parecem de maior importância discutir consigo, uma vez que é tempo de nós situarmos e pensarmos concretamente naquilo que queremos em função do sistema económico e do sistema político.

O primeiro ponto tem a ver com a referência que o Sr. Deputado Basílio Horta fez de numerosos gestores públicos serem nomeados por critérios políticos. Tive a honra de participar no II Governo Constitucional ao seu lado, pelo que poderá, tão bem como eu, testemunhar perante esta Câmara que nunca os critérios políticos presidiram à escolha de gestores públicos durante a vigência desse Governo.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Basílio Horta falou ainda do perigo que adviria do facto de determinadas empresas

públicas funcionarem em sistema de monopólio. Neste sentido, gostaria de fazer algumas perguntas:

Pensa o Sr. Deputado que a CP deveria agora serposta em concorrência com, por exemplo, a nova empresa dos caminhos de ferro da Beira? Pensa que devíamos criar mais uma transportadora aérea? Em relação à Siderurgia, pensa que esta deveria ser concorrenciada pelo sector particular? E, finalmente, gostaria de saber se pensa que seria útil e opportuno criar uma banca particular. É que, simples e unicamente, enquanto esta Constituição existir tal facto seria inconstitucional. Portanto, agradeceria ao Sr. Deputado Basílio Horta que esclarecesse o seu pensamento relativamente a esta matéria. E quanto ao sector empresarial de Estado, e mesmo em relação às mais difíceis empresas, relembo-lhe que, hoje de manhã, o Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações admitiu publicamente que apesar de 1974 e 1975 terem passado — e de que modo! — pela CP, a CP de hoje é melhor que a de 1973. Não fui eu que o disse, mas sim o Governo.

Por último, quando o Sr. Deputado fala na necessidade de estabelecer uma nova ordem, permita-me que diga que essa é uma expressão que não tem qualquer espécie de agrado para o Grupo Parlamentar Socialista.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É a "velha ordem!" É a "velha ordem!"

Vozes do CDS: — Não é, não, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Basílio Horta, pode responder, visto que não há mais ninguém inscrito para pedir esclarecimentos.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, respondo com muito agrado ao Sr. Deputado Ferreira de Lima, aliás, porque penso ser conveniente esclarecer as questões que me colocou.

Quanto à questão de saber se houve ou não nomeações segundo critérios políticos no II Governo, — onde também tive a honra de participar consigo em diversos Conselhos de Ministros — queria dizer que quando falei nas nomeações partidárias não me referi especificamente ao II Governo. Perguntei foi, desde o 25 de Abril — e o Sr. Deputado Ferreira Lima consulte a sua consciência —, quantas nomeações é que não se fizeram em Portugal com base em critérios políticos. O problema não é deste ou daquele governo, é, sim, o de saber e constatar se houve ou não muitas nomeações feitas com base em critérios puramente políticos e quanto é que isso custou e ainda vai custar ao povo português em sacrifícios, em trabalho e em termos de independência nacional.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Basta olhar os gestores do CDS...

O Sr. Carreira Marques (PCP): — ... Nomeados no II Governo!

O Orador: — O Sr. Deputado Ferreira Lima pôs-me outras questões sobre a CP e a Siderurgia e é evidente que concordamos ser apenas possível a existência de uma CP exclusiva nesse domínio, em que, como em muitos outros, não é possível a concorrência. Aliás, essa é matéria de definição de sector público e sector privado.

Mas agora perguntava ao Sr. Deputado se entende que o monopólio é útil, por exemplo, nos sectores das cervejas e dos cimentos ou no sector químico. É neste domínio que as ambiguidades têm de ser esclarecidas de uma vez por todas.

Vozes do PCP: — Ah!...

O Orador: — Temos de definir se queremos uma economia socialista ou uma economia de mercado voltada para a Europa, onde, aliás, o partido do Sr. Deputado tanto tem feito para nos integrar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, quanto à questão da banca, queria esclarecer o Sr. Deputado Ferreira Lima que não seria por via da Constituição que a banca particular não seria viável; a sua criação depende da alteração da Lei da Delimitação do Sector Público e do Sector Privado.

O CDS não esconde que era adepto da concorrência no sector bancário, que entendímos sei útil desde que possibilasse aos investidores a escolha dos meios através dos quais desejasssem proceder às suas operações de investimento.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O CDS não concorda é com o actual estado de coisas, isto é, que quem tem o dinheiro no banco, calmamente, a render seja tratado preferencialmente aos empresários sérios e honestos que arriscam a sua economia e a sua estabilidade e, afinal, só encontram burocacias, só encontram peias e muitas vezes são tratados como verdadeiros antipatriotas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Isso é quando são empresários pequenos...

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Empresários com um metro e meio...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Olha que acusaram o toque...

O Orador: — Sr. Deputado Vítor Louro, tenho pena que não se tivesse inscrito porque gosto sempre tanto de falar consigo.

Sr. Deputado Ferreira Lima, quanto à "nova ordem": certamente que a expressão não foi do agrado da sua bancada, talvez, porque não a tivesse entendido. É que eu falei numa nova ordem no sector económico e, inclusivamente, no sector político, no sentido de possibilitar a formação de maioria estáveis e que os governos não durem sistematicamente seis meses; que permita que sejamos governados com um mínimo de credibilidade...

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ... e que a promessa democrática não seja para o nosso povo uma promessa cada vez mais adiada. Era esta a minha nova ordem, Sr. Deputado.

Aplausos do CDS.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito é, Sr. Deputado?

O Sr. Ferreira Lima (PS): — É para dar um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Sr. Deputado Basílio Horta, foi um prazer ouvi-lo, como sempre, e creio que a sua intervenção ajudou a esclarecer o modelo económico, social e político do seu partido.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Está no nosso programa e é do domínio público. Sr. Deputado!

O Orador: — De facto, confirma-se o modelo neoliberal que quero acreditar não ser do passado mas do futuro.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Com certeza.

O Orador: — Naturalmente, tudo anda à volta da noção de cada um do sector nacionalizado, que é o sector estratégico e de base da nossa economia portuguesa. E aqui é que reside a questão.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Certamente.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Era apenas para perguntar se o Sr. Deputado pensa que entre o modelo de esquerda e o modelo neoliberal não há nada pelo meio?

O Orador: — Sr. Deputado Basílio Horta, penso que há sempre posições pelo meio, mas prefiro estar definitivamente numa das pontas....

Risos

...que por acaso não é a direita!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Ah!... É a esquerda!?

O Orador: É a esquerda, sim, Srs. Deputados. O Partido Socialista é um partido de esquerda e nunca o escondeu. Assim, o modelo que defendemos é, como é óbvio, um modelo de esquerda.

Aplausos do PS.

Está a ver o Sr. Deputado que a vantagem de debatermos os problemas com franqueza é a de nos entendermos sempre? ...

Por último, aceito a explicação que deu relativamente à expressão "nova ordem". É que, como sabe, essa expressão tem um sentido político preciso. Assim, fico agora com a certeza de que o Sr. Deputado Basílio Horta não a interpretou e utilizou no sentido político usual, mas naquele que explicou.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moita.

O Sr. Manuel Moita (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em palavras parece que o Governo dá muita importância à agricultura. No entanto, sugiro ao Governo que, se hoje apresentar, como tem feito todos os dias, mais alguma alteração às propostas de lei, acrescente o seguinte: "Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço."

É que no Orçamento Geral do Estado (OGE), o sector agrícola é contemplado com um aumento das despesas públicas de 12,6 % em relação ao ano passado. Como a taxa oficial de inflação no ano passado é da ordem de 22 %, o aumento monetário verificado no OGE fica aquém do valor da desvalorização, o que significa que, em termos reais, as despesas com o sector agrícola vão diminuir.

Sr. Presidente, os agricultores reconhecem a importância decisiva dos sistemas de comercialização para o sucesso ou insucesso dos rendimentos da agricultura e do abastecimento do mercado. O Governo afirma propor-se transformar os organismos de intervenção no mercado. As palavras são aparentemente incontestáveis, mas na realidade nada dizem. Primeiro, porque o Governo não indica o sentido da

transformação; segundo, porque não indica qual vai ser a estratégia da produção. E qual tem sido a prática do Governo no domínio da comercialização? Vejamos o actual escândalo da importação da batata de semente, aparecendo mais cara no mercado e pondo em cauda as próprias sementes; a não fixação da tabela do preço do azeite, passados que são quatro meses sobre o início da venda desse produto pelos agricultores; a importação de vinho sem cuidar dos reais interesses dos produtores e dos stocks existentes nas adegas cooperativas; a não alteração do preço do trigo, quando já estamos a dois meses das ceifas; são exemplos significativos de que a política de comercialização e de preços dos produtos agrícolas adoptada na prática por este Governo é contrária ao desenvolvimento da agricultura e preparada e dirigida para benefício dos grandes armazéns e importadores e intermediários.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo na proposta de lei do Plano estabelece o princípio de que a agricultura deve ir a reboque das indústrias de transformação. E a propósito disso reconhece que estas dispõem de uma capacidade financeira e de poder de negociação considerável junto dos produtores agrícolas. A agricultura tem, de facto, uma fraquíssima capacidade de negociação, pelo simples facto de ser um sector altamente descentralizado, e não contar com alternativas para as culturas que pratica.

Por tudo isso, o Governo propõe-se deixar que, pelo jogo aparentemente livre das negociações, o sector agrícola veja agravar-se ainda mais a saída dos capitais criados na agricultura para o sector industrial.

O que o Governo quer é que a agricultura aceite o seu próprio suicídio.

O Governo falou-nos do seu célebre e ridiculamente vazio "programa de desenvolvimento integrado da agricultura" e assenta nele a estratégia de produção. Mas foi há seis meses que este Ministério da Agricultura aqui veio com essa conversa. E agora, passados seis meses, continua sem saber quais são os principais ramos da produção que interessa fomentar.

Que competência!... Um Ministério da Agricultura que não sabe o que se há-de produzir.

As sementeiras de Inverno já lá vão; as da Primavera estão à porta e o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) ainda anda à procura de identificar o que se deve produzir. Noutra passagem do Plano diz-se querer melhorar o nível de vida dos agricultores e outros trabalhadores agrícolas.

Melhorar a vida dos camponeses e dos trabalhadores agrícolas é para este Governo prosseguir a política de destruição da Reforma Agrária, tirando a terra a quem a trabalha e entregando-a a absentistas e mesmo a indivíduos que nada têm a ver com a agricultura.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Melhorar a vida dos camponeses para este Governo é existirem muitos milhares de hectares de terras abandonadas sem que tome as medidas previstas na lei, entregando essas terras aos camponeses pobres e a trabalhadores agrícolas que têm fome de explorar a terra, que reclamam essa terra diariamente, sem que o Governo lhe dê ouvidos.

Melhorar a vida dos trabalhadores do sector agrícola é para este Governo não publicar a regulamentação do trabalho agrícola e não satisfazer as justas reclamações dos assalariados de todo o País.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Melhorar o nível de vida dos agricultores é aumentar em 41 800 as pensões de invalidez e velhice para os rurais.

Estranha maneira de melhorar a vida dos que sempre trabalharam no duro.

Por outro lado, o Governo diz no Plano querer "abertura ao diálogo franco e aberto com as partes interessadas".

Mas, onde está o diálogo franco e aberto deste Governo quando agricultores, rendeiros, seareiros e trabalhadores agrícolas reivindicam preços justos para os seus produtos e o Governo mantém o maior silêncio? Onde está o diálogo quando os agricultores pedem apoio técnico e eficaz, ansiando de qualidade e o Governo nada diz? Onde está o diálogo franco e aberto quando os agricultores pedem a fixação de contratos-programa, estabelecimento do seguro agro-pecuário, crédito a curto e longo prazos e perguntam pela proposta de lei n.º 480 sem que o Governo divulgue a existência desse crédito? Onde está o diálogo quando os agricultores pedem incremento dos investimentos estatais em obras de defesa e melhoramento de equipamentos, de rega, drenagem, estradas, electrificação, preços de garantia, pagamento imediato dos produtos, etc., e o Governo nada diz?

Para falar deste diálogo, dito "franco e aberto", é consultar os mais de 600 trabalhadores do Alentejo da zona da Reforma Agrária, que já foram barbaramente espancados por ordens do MAP, o Ministério que o povo lá fora já chama o Ministério da Agressão e Provocação.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto às medidas de apoio ao emprego, que digam os agrocultores e os trabalhadores agrícolas qual o apoio que lhes é dado na compra de adubos, pesticidas, sementes, rações, palhas, combustíveis, máquinas, crédito agrícola, vacinas para o gado e tudo o mais que a lavoura precise. E qual o apoio que foi dado aos agricultores para cobertura de prejuízos causados pelas cheias, geadas, pragas, doenças de animais, etc. Que dirão os agricultores de Vila Real, a cada um dos quais o MAP pagou entre os 35\$ e 55\$ de indemnização pelos estragos causados pelos temporais do ano passado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Mas onde a política deste MAP aparece mais agressiva e mostra toda a sua face antidemocrática e antinacional é no campo da Reforma Agrária. O Governo aponta no Plano para empresas agrícolas viáveis quando leva à prática uma política de destruição de UCPs e cooperativas, retirando-lhes as melhores terras, muitas vezes a totalidade do regadio e as instalações e os próprios investimentos realizados pelos trabalhadores, desde barragens a construções pecuárias, oficinas e outras.

Mesmo quando os proprietários não pedem ou não querem a reserva, o MAP inventa outros reservatórios como, por exemplo, acaba de acontecer com a transformação em rendeiros da herdade das Águas Altas de dois carvoeiros que, trabalhando por conta própria, nada tinham a ver com aquela nem com nenhuma outra.

Há três meses, algumas notificações de reserva ainda eram enviadas na véspera, hoje nem sequer as enviam na generalidade dos casos, desrespeitando-se assim o Decreto-Lei n.º 81/78. Mas o MAP também faz tábua rasa da lei do Arrendamento Rural, mandando entregar hoje à Junta de Freguesia de Galveias a herdade que esta arrendou à cooperativa mediante contrato escrito.

E na ânsia de satisfazer os agrários, chega a despachar no sentido de entregar uma reserva na Herdade da Galeana com todas as majorações possíveis e impossíveis, e não contente confia ao mesmo reservatório a gestão de toda a área que não lhe pode atribuir como reserva.

E tudo isto, toda esta evidente ilegalidade, movimenta e compromete milhares de homens da GNR e serviu de pretexto para a tentativa de ocupação policial no Alentejo numa manobra de instauração de uma espécie de estado de sítio, identificando e interrogando cidadãos nas ruas das

cidades e tentando cercar os direitos fundamentais de reunião e manifestação.

Bem significativo é ainda o comportamento deste Governo em relação às grandes herdades estatais, tais como a Comporta, Palma, Machados e Barrosinha. Pois ao invés de aproveitar as suas potencialidades para o fomento agro-pecuário, o MAP busca todas as maneiras de as liquidar. Inventa instalações, maquinaria e equipamento, e até áreas agrícolas que considera arbitrária e ilegalmente como não expropriadas. Na herdade da Comporta a comissão administrativa paga aos Espírito Santo o aluguer de todos os tratores utilizados na exploração, porque o MAP considerou que eles não eram abrangidos pela "Lei Barreto" e os devolveu ao agrário!

Mas como isso não baste, cuida o MAP de se desfazer do resto das terras — de que maneira? Distribuindo-as individualmente por trabalhadores dessas herdades contra o que está expresso no próprio Decreto-Lei n.º 111/78. Com que direito? Com que fundamento? Simplesmente e inquestionavelmente com o propósito de liquidar as nacionalizações e a Reforma Agrária e de fugir ao imperativo constitucional de auxílio do Estado aos pequenos e médios agricultores e às UCPs e cooperativas.

E tudo isto é feito às escondidas e no silêncio, tentando a divisão entre os trabalhadores dessas herdades e criando privilegiados.

Por outro lado, fala o MAP na criação de condições de perfeita igualdade entre os sectores público, cooperativo e privado, no apoio à produção, na necessidade de substituição de importações apoiando a produção interna e na criação de empresas viáveis. Vejamos como procede em relação à pecuária na Reforma Agrária, cujo valor representa quase metade da produção total das UCPs e cooperativas, e que, além de constituir um ramo fundamental na produção para o mercado interno de bens alimentares que hoje o País importa em grande escala, constitui também um factor de defesa da estabilidade dos rendimentos perante a fragilidade dos resultados das culturas cerealíferas e outras. Aí o Governo impede-as de ter acesso ao crédito para forragens, entrega-lhes fora do prazo as sementes pagas antecipadamente, rouba-lhes gados para entregar a agrários e falsos reservatórios, entrega a estes tanta terra que os gados das UCPs e cooperativas ficam sem poder apascentar-se.

Sr. Presidente, esta política agrícola não serve nem o povo nem o País.

**A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Os trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária, assim como todos os agricultores rejeitam-na. Nós comunistas, interpretando os seus sentimentos, votaremos para que ela não seja levada à prática.

Estamos seguros de que essa será a vontade majoritária desta Assembleia, que tal política agrícola será rejeitada.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira para uma intervenção.

**A Sr.ª Carmelinda Pereira (Indep.):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A discussão que está aqui a desenrolar-se e a votação que aqui vai ter lugar, não é mais do que um debate entre outros, uma decisão entre tantas outras que aqui têm sido tomadas.

A discussão e votação do Plano e do Orçamento do Governo Eanes/Mota Pinto é a concentração da traição feita ao mais alto nível contra o povo trabalhador português, a sua soberania e contra a democracia conquistada com o 25 de Abril!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Nem tanto, nem tanto!

**A Oradora:** — A existência deste Governo é uma afronta ao povo português e à democracia. Deixá-lo continuar a sua actuação é o maior insulto que pode ser feito à população trabalhadora deste país, àqueles que em todas as eleições votaram pelas liberdades, pela democracia, pelo 25 de Abril e para que este país avançasse para o socialismo.

Com a votação do Plano e Orçamento do Governo Eanes/Mota Pinto os dirigentes do PS e do PCP decidem se deixam ou não continuar no poder o Governo dos secretários de Salazar e com isso lançar este país na miséria, no caos, na guerra civil, ou se, por outro lado, respeitando o voto do povo, respeitando a soberania do povo, o fazem cair.

O Orçamento Geral do Estado que os Srs. Deputados se preparam para votar é o concentrado da política de destruição do Governo de Eanes/Mota Pinto; é um Orçamento que leva à degradação brutal tudo o que resta das estruturas de saúde deste país; é um Orçamento que conduz à mendicidade de milhares e milhares de famílias, que leva à destruição centenas de pequenas e médias empresas e que leva à ruína milhares e milhares de camponeses; é um Orçamento que expolia milhões de contos de impostos a todas as camadas da população que trabalha, que precariamente aumenta de 27 para 43 milhões de contos a verba destinada às forças armadas e PSP e que indemniza em milhões e milhões de contos aqueles que durante quarenta e oito anos, defendidos e protegidos por uma ditadura de polícias e militares, enriqueceram à custa da vida e do suor da maioria do povo português.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O povo português está farto de ignóbeis manobras, está farto de todas as tentativas feitas para o enganar e para o fazerem aceitar uma vida cada vez mais dura e em muitos casos dramática.

O povo português tem o direito de vir a esta Assembleia exercer a sua soberania, exigir que seja respeitada a sua vontade, exigir que o Governo dos secretários de Salazar seja expulso dos lugares que ilegitimamente ocupa, porque aqueles que falam em nome do povo, em nome da democracia, em nome do socialismo, nada mais fazem do que enganá-lo e traí-lo.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Os dirigentes do PCP sabem que a única maneira de impedir este Orçamento de passar é a manifestação do povo diante desta Assembleia.

Eles dizem que são por impedir este Orçamento de passar! Eles dizem que são por fazer cair este Governo! Então porque não apelam à manifestação dos trabalhadores diante desta Assembleia no dia da votação deste Orçamento?!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Ah! Grande democrata! Assim mesmo é que é!

**A Oradora:** — O socialismo é a verdade. A luta pelo socialismo é a luta pela verdade. Se os dirigentes do PCP dizem que são contra este Orçamento, se os dirigentes do PCP dizem que querem fazer cair este Governo e não apelam à manifestação popular diante desta Assembleia da República no dia da votação do Orçamento, o que é que pretendem? O que é que pretendem com as suas frases à esquerda e com os seus apelos a manifestações dispersas por todo o País que não permitem ao povo fazer cair o Governo? Pretendem enganar o povo para melhor assegurar a continuação deste Governo de secretários de Salazar! Se não apelam à manifestação que permita ao povo derrubar o Governo para que possa exercer a sua soberania, significa então que estão do lado do Governo. Srs. dirigentes do PCP: este Orçamento é ou não o Orçamento do general Ramalho Eanes?

Risos.

Sim ou não vocês são pelo general Ramalho Eanes?  
Srs. Deputados do PS...

**Uma voz do PS:** — À direita!

Risos do PCP.

**A Oradora:** — Srs. Deputados, o que eu aqui digo é a verdade e tenho o direito de a dizer...

Risos.

**Vozes do PS:** — Faça favor de a dizer!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Assim não, Sr.a Deputada...

**A Oradora:** — ...tal como o povo trabalhador deste país tem o direito de vir exigir a esta Assembleia que vocês respeitem o mandato que ele vos deu.

Vocês pediram os votos ao povo para poderem estar nesta Assembleia. Quando vocês lhe pediram os votos assumiram o compromisso diante dele de defender as liberdades, a democracia e todas as conquistas do 25 de Abril.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Primeiro, assumiram o compromisso de votar nesta Assembleia a favor dos interesses do povo trabalhador e, depois, asseguraram a passagem de um Governo de afronta à democracia, de um Governo cujos objectivos é não deixar pedra sobre pedra de tudo o que foi construído com o 25 de Abril.

Conheço muitos dos Srs. Deputados do PS. Sei que são homens e mulheres honrados com um passado considerado digno pela população. Foi com essa honra e dignidade que se apresentaram ao povo português e lhe pediram o voto para exercerem o mandato de Deputados do povo.

A direcção Mário Soares está hoje a impor-vos o quê?

Ao mesmo tempo que se realiza um Congresso, como este último de que tanto falaram os jornais, a rádio, a televisão, como um congresso de um Partido Socialista, como um congresso de verdade, procura-se silenciar-me e ao meu camarada Aires Rodrigues, quando não nos caluniam — e lá sabem porquê!... Fazem-no porque estão todos ao serviço do Sr. General Ramalho Eanes.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**A Oradora:** — No Congresso afirmou-se que o PS era o partido da saúde para todos, das casas para todos, do emprego para todos, era o partido do socialismo. E agora o que é que esse partido vos quer impor, Srs. Deputados do PS? Quer impor-vos a abstenção para deixar passar um Orçamento de doença e de morte neste país. A abstenção para deixar passar um Orçamento de fome, de miséria e caos!

Srs. Deputados, a contradição é visível: o último Congresso terminou com as afirmações da direcção Mário Soares dizendo "vamos todos partir daqui e lutar contra este Governo" e agora a direcção do PS, com Mário Soares, quer impor-vos a abstenção para assegurar a continuação da existência deste Governo. Pedem que se diga uma coisa e se faça outra. Nenhum democrata, nenhuma pessoa que preze a sua honra pode aceitar que se diga uma coisa e se faça outra.

Deputados do PS: pede-se para sacrificardes a vossa honra, o vosso passado, em nome de quê? Em nome dos interesses da maioria do povo português? Em nome dos interesses do País? Em nome da defesa da democracia? Em nome da defesa do vosso futuro?

Vocês sabem tão bem como eu que se vos pede para sacrificardes o vosso nome, o vosso passado, considerado honrado e digno, unicamente para assegurar a passagem desse Orçamento que concentra os piores ataques a todo o povo, para assegurar a manutenção de um Governo de secretários de Salazar que se propõe liquidar o 25 de Abril, liquidar tudo o que foi construído à custa da luta do povo, mergulhar este país no caos, na violência, na guerra civil.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa, de interromper, mas está a fazer um tipo de intervenção em relação ao qual a Mesa achou por bem dever chamar a sua atenção.

Estão em discussão o Plano e Orçamento Geral do Estado e agradecia que não utilizasse adjetivos injuriosos seja para quem for.

A Oradora: — Sr. Presidente, estou no uso da palavra e penso que tenho o direito de fazer as considerações que estou a fazer em relação a um Orçamento cuja discussão e votação implica o avançar ou recuar da situação geral do povo português.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — A senhora não está a falar do Orçamento e nem o pode fazer porque não sabe o que isso é, porque a senhora não sabe nada de nada, não sabe sequer o que é a democracia!...

Risos.

A Oradora: — Sr. Deputado Carlos Robalo, quando o Sr. fala costume ouvi-lo com atenção, mesmo que não esteja interessada.

Se quiser interromper-me, faça-o no fim da minha intervenção. Mostre ao menos se quer ou não ser democrata...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Oh! minha senhora! Tanta asneira junta, não! Penso que o direito à asneira tem limites!...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Robalo, deixe prosseguir a intervenção.

A Oradora: — Srs. Deputados, este Orçamento não só concentra os piores ataques a tudo o que foi feito com o 25 de Abril como visa a sua destruição.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, terminaram os dez minutos a que tem direito para a discussão na generalidade das propostas de lei do Plano e do Orçamento. Faça favor de terminar o mais rapidamente possível.

A Oradora: — É para isso que se vos pede que sacrificieis a vossa honra, o vosso passado considerado digno aos olhos da população que vos elegeu. Estão a tempo de retomar o lugar que deve ser o vosso: o lugar de homens e mulheres de uma só cara, de homens e mulheres que possam aparecer de cabeça erguida diante da população que vos elegeu e que em vós depositou a sua confiança.

Não vos faço qualquer apelo, Srs. Deputados do PS.

Os Srs. Deputados sabem o que significa o vosso voto; sabem o que está em jogo com ele; sabem que através dele se joga o futuro do País e o nosso próprio futuro!

Os Srs. Deputados do PS sabem reflectir e tomar decisões, e saberão, pois, escolher de que lado ficarão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: foi apresentado, conjuntamente pelo PS, PSD, CDS e PCP, o projecto de lei n.º 225/I — Comissão de apreciação dos actos do Ministério da Agricultura e Pescas —, que baixou à 1.ª Comissão (Assuntos Constitucionais).

A sessão de amanhã iniciar-se-á às 10 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 5 minutos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO,

José Pinto.

*Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS) . . .  
 Albano Pereira da Cunha Pina.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Augusto M. da Silva Andrade.  
 Alberto Marques Antunes.  
 Alfredo Fernando de Carvalho.  
 António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Pinheiro da Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel Maldonado Gonelha.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Carlos Manuel Natividade da C. Candal.  
 Etevínia Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves H. Mendes.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Jerónimo da Silva Pereira.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João da Silva.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José M. de Albuquerque de A. Leitão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Branco Ferreira Lima.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria Teresa Vieira Bastos R. Ambrósio.  
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
 Mário Augusto Sotomayor Leal Cardia.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amélia Cavaleiro M. de A. de Azevedo.  
 Américo de Sequeira.  
 Anatónio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 António Augusto Lacerda de Queirós.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
 Augusto Nunes de Sousa.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Fernando José da Costa.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco Barbosa da Costa.

Francisco Braga Barroso.  
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Alberto Ribeiro.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Augusto de A. de Oliveira Baptista.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.  
 Maria Rita S. de Almeida P. M. L. Vidal.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Pedro Manuel Cruz Roseta.  
 Rúben José de Almeida Raposo.  
 Rui Manuel Parente de C. Machete.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.  
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Cunha Simões.  
 José Duarte de A. Ribeiro e Castro.  
 José Luís R. de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Margarida Garcês da S. Ventura.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro de Sá.

**União Democrática Popular (UDP)**  
 Acácio Manuel de Frias Barreiros.  
**Independentes**  
 António Jorge de O. Aires Rodrigues.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Socialista (PS)**

António Fernandes da Fonseca.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Antídio das Neves Costa.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Jorge Duarte Rebello de Sousa.  
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 António Manuel Barata Portugal.  
 Eduardo José Vieira.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João Manuel Ferreira.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 Maria Helena do Rego da Costa S. Roseta.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Henrique José C. M. P. de Moraes.  
 João Lopes Porto.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Diamantino José Dias.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.

**PREÇO DESTE NÚMERO 26\$00**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA**